









353.98169  
M548





Relatório apresentado em  
outubro de 1938 ao exmo. sr. Pre-  
sidente da República, pelo dr. Nerêu  
Ramos, Interventor federal no Estado  
de Santa Catarina.

10287

17.11.1938

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO  
FLORIANÓPOLIS

14.3.1941

— 1 9 3 8 —

3718

281147

Senhor Presidente da República,

Delegado posto pela confiança de Vossa excelência à frente dos destinos catarinenses, tenho por dever iniludível dar-lhe conta dos negócios públicos para, destarte, corresponder à honra e às responsabilidades da elevada investidura.

Integrada no Estado novo, livre das ameaças do caudilhismo impenitente que lhe trazia, de quando em quando, alarmadas as populações fronteiriças, realiza Santa Catarina, nesta hora de renascimento, obra que lhe não desmerece o nome no seio da Federação.

“Afeito a olhar o Brasil do alto, como uma grande unidade de ação em torno de objetivos comuns”, não lhe despreocuparam, a Vossa excelência, as aspirações e os anseios da gente barriga-verde.

Na partilha dos benefícios com que a sadia orientação administrativa do governo federal houve por bem contemplar as diversas unidades federativas, que só do desenvolvimento harmônico destas pôde resultar o progresso maior da nação, Santa Catarina recolheu excelente parcela, através de serviços e melhoramentos em vários sectores da sua atividade.

De justiça, portanto, que no início dêste trabalho se registrem os agradecimentos do povo catarinense ao Chefe eminente que, no conduzir o Brasil para os seus altos destinos, zela com o mesmo carinho patriótico assim das grandes como das pequenas unidades federativas.



## EDUCAÇÃO POPULAR

Mais que as palavras, dizem do nosso ininterrupto esforço em prol da educação popular, os números d'êste quadro referente ao último triênio:

	Número de unidades escolares nos anos de			Matrícula			Frequência		
	1935	1936	1937	1935	1936	1937	1935	1936	1937
<b>Estabelecimentos</b>									
Escolas isoladas estaduais . . . . .	818	866	971	45621	50814	56108	33957	36760	40795
Escolas isoladas municipais . . . . .	564	611	706	23164	26038	29417	17369	19018	21226
Escolas particulares subvencionadas . .	610	636	661	25200	26335	27490	20824	20823	21578
Grupos escolares . . . . .	49	55	56	13056	15273	16396	9889	11139	12053
Normais primárias . . . . .	41	46	53	1770	2127	3619	1420	1730	3038
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>2082</b>	<b>2214</b>	<b>2447</b>	<b>108811</b>	<b>120587</b>	<b>133030</b>	<b>83459</b>	<b>89470</b>	<b>98690</b>

Distribuíram-se assim, por município, as unidades escolares estaduais:

N.	Municípios	Escolas isoladas			Grupos escolares			Normais primárias		
		1935	1936	1937	1935	1936	1937	1935	1936	1937
1	Araranguá . . . . .	33	35	40	1	1	1	1	1	1
2	Biguassú . . . . .	26	28	30	1	1	1	1	1	1
3	Blumenau . . . . .	14	16	16	1	1	1	1	1	1
4	Bom Retiro . . . . .	19	21	25	1	1	1	—	—	—
5	Brusque . . . . .	25	27	28	1	1	1	1	1	1
6	Caçador . . . . .	8	8	12	1	1	1	1	1	1
7	Camboriú . . . . .	11	12	13	1	1	1	—	—	—
8	Campo Alegre . . . . .	7	7	7	1	1	1	1	1	1
9	Campos Novos . . . . .	11	12	12	2	4	4	1	1	2
10	Canoinhas . . . . .	24	25	31	1	1	1	1	1	1
11	Concórdia . . . . .	7	8	10	—	—	—	—	—	—
12	Crescuma . . . . .	22	24	27	1	1	1	1	1	1
13	Cruzeiro . . . . .	12	13	16	—	1	1	—	—	—
14	Curitibanos . . . . .	10	11	15	1	1	1	1	1	1
15	Florianópolis . . . . .	53	56	56	5	5	5	2	2	3
16	Gaspar . . . . .	11	10	10	—	1	1	—	1	1
17	Hamônia . . . . .	5	10	14	—	—	—	—	—	—
18	Imaruí . . . . .	19	21	22	—	—	—	—	—	—
19	Indaial . . . . .	14	15	17	1	1	1	—	—	1
20	Itaiópolis . . . . .	9	10	11	—	—	—	—	—	—
21	Itajaí . . . . .	32	33	35	2	2	2	1	1	1
22	Jaguaruna . . . . .	5	6	7	—	—	—	—	—	—
23	Joinville . . . . .	25	25	28	3	3	3	1	1	2
24	Jaraguá . . . . .	26	23	25	1	1	1	—	1	1
25	Lages . . . . .	33	34	47	1	1	1	1	1	1
26	Laguna . . . . .	28	29	31	2	3	3	1	1	1
27	Mafra . . . . .	17	18	20	1	1	1	1	1	1
28	Nova Trento . . . . .	15	16	18	—	—	—	—	—	—
29	Orleans . . . . .	16	17	19	1	1	1	—	1	1
30	Palhoça . . . . .	46	49	50	1	1	1	1	1	1
31	Parati . . . . .	16	17	17	—	—	—	—	—	—
32	Pôrto Belo . . . . .	12	13	13	—	—	—	—	—	—
33	Pôrto União . . . . .	14	15	18	2	2	2	1	1	2
34	Rio do Sul . . . . .	16	17	23	1	1	1	1	1	1
35	Rodeio . . . . .	—	—	10	—	—	—	—	—	—
36	S. Bento . . . . .	8	8	9	2	2	2	2	2	2
37	S. Joaquim . . . . .	8	10	12	1	1	1	1	1	1
38	S. Francisco . . . . .	10	11	12	1	1	1	1	1	1
39	S. José . . . . .	25	27	29	2	2	2	1	1	2
40	Tijucas . . . . .	31	31	39	1	1	1	1	1	1
41	Timbó . . . . .	12	14	7	1	1	1	—	—	1
42	Tubarão . . . . .	38	39	42	2	2	2	1	1	1
43	Urussanga . . . . .	25	26	27	2	2	2	1	1	1
44	Xapecó . . . . .	20	19	21	—	—	—	—	—	—
TOTAL . . . . .		818	866	971	46	51	51	28	31	38

A matrícula nas escolas isoladas estaduais foi, também por município, a seguinte:

N.	Municípios	1935			1936			1937		
		Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1	Araranguá . .	1211	916	2127	1357	1019	2376	1424	1152	2576
2	Bignassú . . .	699	608	1307	802	750	1552	814	804	1618
3	Blumenau . . .	505	439	944	579	432	1011	618	474	1092
4	Bom Retiro . .	542	435	977	663	525	1188	761	653	1414
5	Brusque . . . .	745	654	1399	837	752	1589	886	753	1639
6	Caçador . . . .	207	170	377	199	193	392	389	328	717
7	Camboriú . . .	312	279	591	357	316	673	391	362	753
8	Campo Alegre	215	146	361	206	136	342	212	148	360
9	Campos Novos	318	212	530	460	232	692	357	223	580
10	Canoinhas . .	967	633	1600	981	685	1666	1075	832	1907
11	Concórdia . . .	161	179	340	243	188	431	431	332	763
12	Crescuma . . .	644	570	1214	754	661	1415	936	772	1708
13	Cruzeiro . . . .	342	257	599	357	284	641	499	422	921
14	Curitibanos . .	266	154	420	319	161	480	467	228	695
15	Florianópolis .	2055	1303	3358	2195	1330	3525	1970	1323	3293
16	Gaspar . . . . .	356	271	627	314	216	530	351	244	595
17	Hamônia . . . .	179	164	343	307	245	552	408	328	736
18	Imaruí . . . . .	600	508	1108	768	626	1394	698	644	1342
19	Indaial . . . . .	372	279	651	493	328	821	448	372	820
20	Itaiópolis . . .	293	200	493	320	239	559	340	259	599
21	Itajaí . . . . .	1124	925	2049	1131	940	2071	1151	1070	2221
22	Jaguaruna . . .	168	146	314	260	222	482	307	221	528
23	Jaraguá . . . . .	689	580	1269	720	597	1317	762	655	1417
24	Joinville . . . .	757	549	1306	778	642	1420	873	701	1574
25	Lages . . . . .	851	568	1419	936	645	1608	1175	792	1967
26	Laguna . . . . .	1185	889	2074	1169	829	1998	1365	974	2339
27	Mafra . . . . .	453	370	823	567	485	1052	584	516	1100
28	Nova Trento . .	310	267	577	349	294	643	448	365	813
29	Orleans . . . . .	526	408	934	577	437	1014	658	476	1134
30	Palhoça . . . . .	1184	991	2175	1343	1140	2483	1386	1119	2505
31	Paratí . . . . .	571	382	953	553	409	962	478	399	877
32	Pôrto Belo . . .	353	366	719	415	424	839	408	420	828
33	Pôrto União . .	494	323	817	480	386	866	562	413	975
34	Rio do Sul . . .	630	491	1121	761	598	1359	933	746	1679
35	Ródeio . . . . .	—	—	—	—	—	—	296	264	560
36	S. Bento . . . .	217	191	408	212	205	417	234	221	455
37	S. Francisco . .	247	187	434	345	258	603	414	284	698
38	S. Joaquim . . .	209	157	366	312	228	540	360	337	697
39	S. José . . . . .	737	596	1333	872	681	1553	903	743	1646
40	Tijucas . . . . .	1070	908	1978	1162	967	2129	1335	1148	2483
41	Timbó . . . . .	372	295	667	404	375	779	229	161	390
42	Tubarão . . . . .	1275	1021	2296	1450	1107	2557	1520	1201	2721
43	Urussanga . . .	665	579	1244	713	646	1359	752	656	1408
44	Xapecó . . . . .	581	398	979	556	378	934	555	410	965
TOTAL . . .		25657	19964	45621	28603	22211	50814	31163	24945	56108

O quadro subsequente acusa o aumento de classes nos diversos Grupos escolares e a respectiva matrícula:

N.	Municipics	Classes			MATRÍCULA								
					1935			1936			1937		
		1935	1936	1937	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1	Araranguá.....	6	7	8	167	129	296	223	159	382	186	148	334
2	Biguaçu.....	8	8	8	191	185	374	208	192	400	231	189	420
3	Blumenau.....	9	10	11	213	154	347	275	159	432	315	161	476
4	Bom Retiro.....	4	5	4	105	101	206	91	88	179	91	84	175
5	Brusque.....	8	8	8	140	106	246	162	114	276	167	105	272
6	Caçador.....	6	7	8	158	142	300	170	99	269	193	90	283
7	Camboriú.....	6	6	6	131	95	226	144	91	235	136	84	220
8	Campo Alegre.....	4	4	4	53	51	104	60	64	124	75	79	154
9	Campo Novos.....	10	18	21	204	212	416	379	347	726	421	372	793
10	Canoinhas.....	5	5	6	114	94	208	158	118	276	160	109	269
11	Concórdia.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
12	Crescúma.....	6	7	7	92	133	225	154	195	349	126	152	278
13	Cruzeiro.....	—	4	6	—	—	—	115	83	198	172	132	304
14	Curitibanos.....	5	5	5	111	96	207	72	72	144	68	65	133
15	Florianópolis.....	41	46	52	916	981	1897	1084	966	2050	1215	1056	2251
16	Gaspar.....	—	5	6	—	—	—	116	74	190	103	82	185
17	Hamônia.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18	Imaruí.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
19	Indaial.....	5	5	5	74	54	128	69	53	122	78	63	141
20	Itaiópolis.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
21	Itajaí.....	14	16	16	346	326	672	395	330	725	413	333	746
22	Jaguaruna.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
23	Joinville.....	25	28	28	622	459	1081	717	531	1248	694	542	1236
24	Jaraguá.....	6	6	6	121	98	219	130	120	250	140	118	258
25	Lages.....	8	8	9	182	147	329	184	135	319	172	156	328
26	Laguna.....	17	24	26	416	425	841	631	650	1281	594	610	1204
27	Maíra.....	5	6	8	182	131	313	204	162	366	189	185	372
28	Nova Trento.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
29	Orleans.....	7	7	7	156	152	308	131	127	258	126	120	246
30	Palhoça.....	6	6	8	153	112	265	137	108	245	173	152	325
31	Parati.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
32	Porto Belo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
33	Porto União.....	11	11	13	236	177	413	226	187	413	275	213	488
34	Rio do Sul.....	5	6	7	112	100	212	182	124	306	203	160	363
35	Rodeio.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
36	S. Bento.....	10	10	10	189	173	362	220	184	404	215	183	398
37	S. Francisco.....	11	11	13	281	190	471	298	235	533	334	234	568
38	S. Joaquim.....	6	6	6	113	108	221	128	112	240	124	113	237
39	S. José.....	20	20	20	481	433	914	448	397	845	423	417	840
40	Tijucas.....	8	8	9	128	115	243	137	147	284	232	170	402
41	Timbó.....	3	4	4	46	47	93	57	63	120	67	59	126
42	Tubarão.....	14	14	16	322	319	641	400	394	794	399	397	796
43	Urussanga.....	8	8	8	145	153	278	148	142	290	147	133	280
44	Xapacó.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	TOTAL.....	307	349	380	6900	6156	13056	8251	7022	15273	8657	7244	15901

Foram inaugurados êste ano o grupo escolar "Olívio Amorim", de 3ª classe, no distrito da Trindade, município de Florianópolis, e o grupo "Eliseu Guilherme", de 2ª classe, em Hamônia. Serão inaugurados ainda no corrente exercício o grupo "General Oshorio", de 1.ª classe, em Três Barras, município de Canoinhas, o grupo "Olavo Bilac", de 3ª classe, no distrito de Pedreira, em Joinville, e o grupo "Correia Pinto", também de 3.ª classe, no de Paniel, em Lages. Todos os prédios foram construídos pelo Estado. Estão em construção o novo grupo de Maíra e o de Campos Novos. Em breves dias será iniciado o de Crescúma.

Quanto às escolas normais primárias o movimento foi o seguinte:

N.	Municípios	Classes			MATRÍCULA								
					1935			1936			1937		
		1935	1936	1937	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1	Araranguá ...	3	3	3	20	27	47	24	30	54	35	30	65
2	Biguaçu ....	3	3	3	25	25	50	29	38	67	27	46	73
3	Blumenau....	3	3	3	28	26	54	38	42	80	44	47	91
4	Bom Retiro ..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5	Brusque. ....	3	3	3	42	38	80	41	22	63	37	19	56
6	Caçador.....	1	2	2	—	9	9	28	13	41	25	11	36
7	Camboriú....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
8	Campo Alegre	2	3	3	13	10	23	21	12	33	24	12	36
9	Campos Novos	1	2	4	15	21	36	6	12	18	15	31	46
10	Canoinhas ...	3	3	3	20	20	40	18	27	45	20	25	45
11	Concórdia ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
12	Crescuma ...	1	2	3	7	13	20	7	32	39	9	37	46
13	Cruzeiro.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
14	Curitibanos ..	1	2	1	7	9	16	10	8	18	7	4	11
15	Florianópolis .	10	12	14	150	260	410	188	282	470	204	293	495
16	Gaspar.....	—	1	2	—	—	—	6	10	16	17	15	32
17	Hamônia.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18	Imaruí.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
19	Indaial.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
20	Itaiópolis ....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
21	Itajaí .....	4	4	4	50	58	108	73	69	142	75	82	157
22	Jaguaruna ...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
23	Jaraguá .....	—	1	2	—	—	—	13	6	19	21	13	34
24	Joinville .....	3	3	6	53	51	106	59	55	114	66	67	133
25	Lages .....	3	3	3	43	33	76	53	35	88	67	37	104
26	Laguna.....	3	3	3	42	72	114	52	80	132	55	85	140
27	Mafrá.....	3	3	3	17	12	29	20	16	36	19	13	32
28	Nova Trento..	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
29	Orleans .....	—	1	2	—	—	—	9	12	21	15	13	28
30	Palhoça.....	3	3	3	16	18	34	26	28	54	26	36	62
31	Parali.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
32	Pôrto Belo...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
33	Pôrto União..	3	3	4	18	18	36	34	26	60	40	36	76
34	Rio do Sul ..	3	3	3	23	13	36	22	14	36	26	33	59
35	Rodeio.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
36	S. Bento ....	4	5	6	21	23	44	29	31	60	35	27	62
37	S. Francisco..	3	3	3	46	41	87	54	43	97	51	53	104
38	S. Joaquim ..	3	3	3	21	15	36	18	17	35	16	14	30
39	S. José.....	3	3	4	24	28	52	27	32	59	40	48	88
40	Tijucas.....	3	3	3	36	29	65	26	30	56	30	35	65
41	Timbó.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	23	12	35
42	Tubarão.....	3	3	3	61	70	131	43	86	129	39	89	128
43	Urussanga ...	2	3	3	20	11	31	24	21	45	23	20	43
44	Xapuzó.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	TOTAL ...	77	89	104	820	950	1770	998	1129	2127	1139	1292	2431

### PROFESSORADO ESTADUAL

O número de professores em 1935 era de 1340. Passou no ano seguinte a 1433, para, em 1937, subir a 1624. O quadro abaixo aponta-lhes, por município, as diferentes categorias:

N.	Municípios	PROFESSORES ESTADUAIS					
		CATEGORIA			ADJUNTOS		
		Norm.	Compl.	Prov.	Norm.	Compl.	Prov.
1	Araranguá . . . . .	12	15	25	—	—	—
2	Biguassú . . . . .	15	22	8	—	—	1
3	Blumenau . . . . .	16	12	12	—	4	2
4	Bom Retiro . . . . .	6	7	16	—	—	—
5	Brusque . . . . .	14	13	13	—	—	—
6	Caçador . . . . .	12	2	8	—	—	—
7	Camboriú . . . . .	7	6	7	—	1	—
8	Campo Alegre . . . . .	6	3	4	—	—	—
9	Campos Novos . . . . .	26	—	11	1	—	4
10	Canoinhas . . . . .	12	14	15	—	3	—
11	Concórdia . . . . .	1	1	8	—	—	—
12	Crescuma . . . . .	9	10	17	—	1	3
13	Cruzeiro . . . . .	8	—	16	—	—	1
14	Curitibanos . . . . .	7	—	15	—	—	1
15	Florianópolis . . . . .	96	16	13	5	3	6
16	Gaspar . . . . .	8	2	8	—	—	2
17	Hamônia . . . . .	6	5	10	—	—	1
18	Imaruí . . . . .	—	5	17	—	—	1
19	Indaial . . . . .	8	8	9	—	—	—
20	Itaiópolis . . . . .	1	1	10	—	—	1
21	Itajaí . . . . .	25	29	4	—	9	2
22	Jaguaruna . . . . .	—	1	6	—	—	—
23	Jaraguá . . . . .	10	7	15	—	—	4
24	Joinvile . . . . .	40	5	22	—	1	3
25	Lages . . . . .	18	9	39	—	—	—
26	Laguna . . . . .	40	15	14	—	—	10
27	Mafra . . . . .	10	6	14	—	—	2
28	Nova Trento . . . . .	1	7	10	—	—	1
29	Orleans . . . . .	8	4	15	—	—	2
30	Palhoça . . . . .	12	23	27	—	—	4
31	Parati . . . . .	—	7	10	—	—	2
32	Pôrto Belo . . . . .	—	5	8	—	—	1
33	Pôrto União . . . . .	21	9	9	—	—	—
34	Rio do Sul . . . . .	8	2	22	—	—	7
35	Rodeio . . . . .	—	4	6	—	—	1
36	S. Francisco . . . . .	15	10	3	—	—	2
37	S. Joaquim . . . . .	7	4	8	—	—	—
38	S. Bento . . . . .	14	3	6	—	2	—
39	S. José . . . . .	28	11	9	—	5	4
40	Tijucas . . . . .	14	21	16	—	—	3
41	Timbó . . . . .	5	1	6	—	—	—
42	Tubarão . . . . .	19	19	23	—	2	1
43	Urussanga . . . . .	11	8	20	—	—	2
44	Xaçepó . . . . .	—	—	21	—	—	—
	TOTAL . . . . .	586	352	575	6	31	74

## ESCOLAS MUNICIPAIS

Os municípios, nestes últimos anos, vêm dando ao problema educacional a devida atenção. Em 1930 existiam no Estado apenas 130 escolas, número verdadeiramente irrisório, em se tendo em vista as necessidades de um meio onde a colonização agrava a importância do problema. De 1931 para cá, graças às providências tomadas pelo governo do Estado, começaram de aumentar as escolas municipais. No fim do ano passado era-lhes de 706 o número.

No quadro abaixo discriminam-se as escolas de cada município com a respectiva matrícula:

N.	Municípios	Unidades escolares			MATRÍCULA								
					1935			1936			1937		
		1935	1936	1937	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1	Ararangá.....	31	25	32	808	554	1362	853	604	1457	1016	712	1728
2	Biguaçu.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3	Blumenau.....	18	21	24	542	479	1021	543	459	1002	619	570	1189
4	Bom Retiro.....	25	27	21	450	344	794	485	385	870	589	324	713
5	Brusque.....	9	—	—	105	95	200	—	—	—	—	—	—
6	Caçador.....	9	16	33	117	80	197	240	201	441	553	446	999
7	Camboriú.....	5	6	6	123	97	220	111	94	205	105	87	192
8	Campo Alegre...	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
9	Campos Novos..	3	3	4	87	77	164	35	24	59	40	51	91
10	Canoinhas.....	12	15	18	370	199	569	484	280	764	540	332	872
11	Concórdia.....	24	27	30	535	364	899	482	338	820	898	624	1452
12	Crescuma.....	17	15	18	401	296	697	380	278	658	507	399	906
13	Cruséis.....	26	26	29	617	444	1061	563	460	1023	562	456	1018
14	Curitibanos.....	5	4	6	58	24	82	89	78	167	110	29	139
15	Florianópolis.....	22	22	27	502	465	967	598	584	1182	752	655	1407
16	Gaspar.....	6	5	4	125	119	244	119	124	243	124	120	244
17	Hamônia.....	7	10	7	236	168	404	309	239	548	209	148	357
18	Imaruí.....	4	5	6	96	73	169	96	72	168	183	162	345
19	Indaial.....	6	7	10	95	74	169	131	107	238	220	183	403
20	Itaiópolis.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
21	Itajaí.....	42	46	52	1202	876	2078	1200	862	2062	1320	974	2294
22	Jaguaruna.....	10	10	9	276	163	439	279	167	446	245	143	388
23	Jaraguá.....	8	8	8	251	208	459	259	227	486	266	240	515
24	Joinville.....	24	23	26	559	461	1020	573	443	1016	637	473	1110
25	Lages.....	40	30	32	826	446	1272	682	346	1028	528	325	853
26	Laguna.....	12	12	15	404	311	715	276	220	496	386	339	725
27	Maíra.....	7	17	17	196	159	355	366	328	694	349	324	673
28	Nova Trento.....	9	8	10	137	135	272	146	150	296	154	159	313
29	Orleans.....	9	21	19	320	244	564	780	557	1337	681	468	1149
30	Palhoça.....	8	8	8	111	96	207	130	124	254	118	100	218
31	Parafá.....	1	5	6	15	19	34	172	129	301	91	83	174
32	Pôrto Belo.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
33	Pôrto União.....	12	13	13	240	175	415	259	170	429	237	199	436
34	Rio do Sul.....	16	33	41	460	343	803	997	757	1754	1101	930	2031
35	Rodeio.....	—	—	11	—	—	—	—	—	—	180	173	353
36	S. Bento.....	1	2	4	18	15	33	44	42	86	89	84	173
37	S. Francisco.....	12	15	18	210	168	378	358	279	637	412	338	750
38	S. Joaquim.....	12	8	10	246	153	399	176	79	255	213	138	351
39	S. José.....	7	6	6	176	186	362	142	122	264	126	110	236
40	Tijucas.....	15	18	24	219	189	408	302	265	567	392	356	748
41	Timbó.....	20	20	20	421	332	753	402	365	767	344	345	689
42	Tubarão.....	41	45	46	1064	801	1865	996	807	1803	1033	873	1906
43	Urussanga.....	11	13	15	262	192	454	322	247	569	302	257	559
44	Xapacó.....	18	18	21	440	220	660	424	222	646	481	237	718
TOTAL.....		564	611	706	13320	9844	23164	14803	11255	26038	16442	12975	29417

## ESCOLAS PARTICULARES

Eram em número de 661, no fim do ano passado. Muitas recebem subvenção dos cofres públicos.

Essas escolas se espalham per município na maneira que os dados subseqüentes assinalam:

N.	Municípios	Unidades escolares			MATRÍCULA								
					1935			1936			1937		
		1935	1936	1937	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
1	Araranguá .....	2	1	17	16	10	26	55	33	88	523	312	835
2	Biguaçu .....	8	3	5	205	68	273	96	62	158	90	65	155
3	Blumenau .....	54	57	46	1405	1393	2798	1483	1473	2956	1418	1378	2796
4	Bom Retiro .....	15	16	14	197	136	333	229	170	399	216	185	401
5	Brusque .....	9	21	17	320	270	590	493	489	982	497	488	985
6	Caçador .....	7	9	14	109	71	180	178	158	336	238	245	483
7	Camboriú .....	2	3	1	25	15	40	32	24	56	12	13	25
8	Campo Alegre .....	4	4	4	39	29	68	40	37	77	55	44	99
9	Campos Novos .....	36	69	67	692	554	1246	869	594	1463	877	667	1544
10	Canoinhas .....	13	17	17	315	348	663	456	463	919	514	505	1019
11	Concórdia .....	7	15	12	103	98	201	133	100	233	230	177	407
12	Crescuma .....	6	5	3	95	79	174	92	53	145	78	62	140
13	Cruzeiro .....	18	28	30	281	257	538	491	304	795	610	453	1063
14	Curitibanos .....	5	5	5	55	20	75	28	18	46	30	12	42
15	Florianópolis .....	15	15	16	342	612	954	328	688	1016	404	719	1123
16	Gaspar .....	8	10	7	187	158	345	194	150	344	193	141	334
17	Hamônia .....	39	39	40	688	610	1298	755	680	1435	781	677	1458
18	Imaruí .....	3	6	5	19	32	51	71	79	150	86	98	184
19	Indaial .....	20	20	17	339	322	661	293	260	553	422	347	769
20	Itaiópolis .....	22	16	21	407	376	783	433	297	730	487	380	867
21	Itajaí .....	14	14	15	476	457	933	454	459	913	426	439	865
22	Jaguariuna .....	—	1	1	—	—	—	12	—	12	15	—	15
23	Jaraguá .....	21	29	30	696	659	1355	1005	817	1822	936	760	1746
24	Joinville .....	39	35	37	1272	1107	2379	1159	1073	2232	1188	1069	2257
25	Lages .....	11	13	14	309	358	667	280	303	583	291	387	678
26	Laguna .....	4	4	6	162	210	372	188	225	413	191	221	412
27	Mafrá .....	16	4	2	328	262	590	72	40	112	34	17	51
28	Nova Trento .....	4	3	3	106	111	217	189	159	348	109	115	224
29	Orleans .....	15	2	8	367	240	607	56	38	94	218	139	357
30	Palhoça .....	13	13	10	233	195	428	201	177	378	242	185	427
31	Parati .....	10	2	—	247	173	420	15	10	25	—	—	—
32	Porto Belo .....	—	1	1	—	—	—	17	15	32	17	15	32
33	Porto União .....	15	15	14	222	365	587	314	344	658	370	393	763
34	Rio do Sul .....	50	55	37	840	677	1517	698	656	1354	718	643	1361
35	Rodeio .....	—	—	20	—	—	—	—	—	—	362	362	724
36	S. Bento .....	11	11	11	223	203	426	288	232	520	289	248	537
37	S. Francisco .....	4	9	12	141	155	296	226	276	502	319	306	625
38	S. Joaquim .....	5	5	5	42	27	69	118	87	205	95	72	167
39	S. José .....	8	5	12	162	131	293	124	65	189	78	53	131
40	Tijucas .....	7	8	9	79	109	188	126	136	262	207	141	348
41	Timbó .....	33	36	15	643	611	1254	685	646	1331	383	338	721
42	Tubarão .....	19	19	21	521	427	948	666	497	1163	722	589	1311
43	Urussanga .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
44	Xapacó .....	18	22	24	193	164	357	171	134	305	394	278	672
TOTAL .....		610	655	661	15101	12099	25200	13804	12531	26335	15415	13758	29173

Merecem destacados, dentre os estabelecimentos particulares de ensino, o Ginásio catarinense, dos padres jesuitas, e o Colégio "Coração de Jesus", das irmãs da Divina Providência, equiparado aos institutos de educação do Estado.

### Colégio "Coração de Jesus"

O movimento escolar dêsse excelente educandário nos últimos anos atesta-o êste esplêndido quadro estatístico:

CURSOS	Ano	1935		1936		1937		1938	
		matric.	frequ.	matric.	frequ.	matric.	frequ.	matric.	frequ.
Jardim da Inf.	masc.	84	50	79	60	78	60	70	58
	fem.	75	40	86	62	79	58	85	79
Preliminar	1' masc.	27	24	17	15	19	19	—	—
	fem.	84	76	98	89	94	90	101	95
	2' masc.	15	15	12	10	—	—	—	—
	fem.	72	66	77	72	75	68	66	65
	3' masc.	—	—	7	7	—	—	—	—
Normal Primário	fem.	64	58	71	68	68	64	67	60
	4' fem.	52	50	54	50	55	55	69	62
	1.	65	60	65	60	65	64	65	58
	2'	28	27	35	34	34	35	41	38
Norm. Secundário	3'	34	32	23	21	25	24	29	27
	1'	45	42	31	30	34	34	33	32
	2.	32	30	37	37	32	31	27	24
	3.	28	27	24	23	28	28	29	29
Sup Vocacional	4.	20	17	27	26	—	—	—	—
	1'	—	—	—	—	20	19	13	13
	2'	—	—	—	—	—	—	20	18
Ginásial	1a. série	50	48	52	51	56	55	58	57
	2a. série	—	—	46	46	44	43	54	52
	3a. série	—	—	—	—	46	46	36	36
	4a. série	—	—	—	—	—	—	39	36
Curso de Letras		14	11	19	18	5	5	2	2
* * Pintura		32	32	29	29	30	30	45	45
		<u>819</u>	<u>705</u>	<u>687</u>	<u>778</u>	<u>885</u>	<u>824</u>	<u>925</u>	<u>860</u>
		<b>Em 1935</b>		<b>Em 1936</b>		<b>Em 1937</b>		<b>Em 1938</b>	
Jardim da Infância		157		165		157		155	
Curso Preliminar		314		356		309		303	
Normal Primário		127		121		124		135	
Normal Secundário		125		119		94		89	
Superior Vocacional		—		—		20		35	
Ginásio feminino		50		98		146		167	
Curso de Letras		14		19		5		2	
* de bordado e pintura		32		29		30		45	
		<u>819</u>		<u>887</u>		<u>885</u>		<u>925</u>	

Em virtude de contrato com o Estado, frequentam gratuitamente êsse colégio 16 alunos, sendo 14 no externato e 2 no internato.

Distribuem-se por curso:

2.º ano vocacional . . . . .	1
3.º ano normal secundário . . . . .	2
2.º ano normal secundário . . . . .	2
1.º ano normal secundário . . . . .	2
3.º ano normal primário . . . . .	1
2.º ano normal primário . . . . .	5
1.º ano normal primário . . . . .	3

### Ginásio catarinense

O movimento dessa antiga casa de ensino está documentado nos seguintes números:

#### I

#### Quadro de matrícula relativo aos anos de 1935-1938

Curso	Série	1935	1936	1937	1938
funda- mental	1. <sup>a</sup> . . . . .	102	122	141	127
	2. <sup>a</sup> . . . . .	83	88	93	99
	3. <sup>a</sup> . . . . .	69	56	64	61
	4. <sup>a</sup> . . . . .	70	74	55	50
	5. <sup>a</sup> . . . . .	30	44	46	43
TOTAL . . . . .		354	384	399	380
Curso comple- mentar	1. <sup>a</sup> . . . . .	—	—	9	13
	2. <sup>a</sup> . . . . .	—	—	—	7
TOTAL . . . . .		354	384	408	400

#### II

#### Quadro de frequência relativo aos anos de 1935-1937

Curso	Série	1935	1936	1937
funda- mental	1. <sup>a</sup> . . . . .	95 %	96 %	97 %
	2. <sup>a</sup> . . . . .	95 %	97 %	95 %
	3. <sup>a</sup> . . . . .	94 %	97 %	98 %
	4. <sup>a</sup> . . . . .	97 %	96 %	95 %
	5. <sup>a</sup> . . . . .	95 %	95 %	96 %
Curso comple- mentar	1. <sup>a</sup> . . . . .	—	—	90 %

## NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO

Este o máximo problema da hora presente em Santa Catarina. E' que aqui, por motivos vários e que vêm de longa data, se instalaram centenas de escolas que, zombando da fiscalização, não ministravam o ensino na língua vernácula. Por espírito partidário, estreito e condenável, pretendeu-se negar o fato, que a realidade punha à mostra na exibição de brasileiros que ignoravam a língua de sua pátria, apesar de terem frequentado escolas dentro no território nacional. Tanto que assumí o govêrno, conhecendo a realidade catarinense, porque percorrí por vezes o Estado, em suas várias direções, determinei fiscalização escolar mais rigorosa, que a sabia deficiente e frouxa, e exigí fosse cumprido o preceito constitucional que determinava o ensino em português, salvo o de línguas estrangeiras. Não pequeno foi assim o número de escolas particulares substituídas por oficiais.

A despeito do esforço do govêrno, continuava o mal a sinistra caminhada. E' que a legislação favorecia o ardid dos que se não compenetravam do dever de respeitar a soberania da nação. O 10 de novembro, pondo termo a êsses excessos de liberdade, que eram atentados à dignidade nacional, ensanchou ocasião para ação mais energica, e porisso mesmo mais eficiente, contra as escolas estrangeiras, fôcos de desnacionalização e de enfraquecimento dos sentimentos brasileiros.

O govêrno da República, conduzido pela energia realizadora do Presidente Getúlio Vargas, promulgou o decreto-lei n. 406, de 4 de maio último, que, no tocante às escolas rurais, contem providências de irrecusável acêrto e sabedoria. A proibição do ensino de línguas estrangeiras a menores de 14 anos e a de serem professores os que no Brasil não nasceram, restituirão em breve a algumas zonas do nosso país a fisionomia moral que se lhes vinha alterando, e os sentimentos que da alma se lhes vinham erradicando por trabalho constante, metódico e calculado.

Não é mal repetir aquí, como justificativa e fundamento da nova legislação sôbre o ensino privado, duas verdades que Lauro Müller enunciou com aquela claridade do seu espírito luminoso:

A primeira:

“Portas mais largas não tem outra nação por onde entre o forasteiro, se agasalhe e trabalhe, livre na sua atividade, nas suas crenças e nos seus ideais, acolhido por uma hospitalidade que, sem superior no mundo, lhe dispensam os sucessores daquela “gente bôa e de bôa simplicidade” que Pero Vaz Caminha traçou na singeleza graciosa da sua carta histórica”.

Mas porque assim é, dessa verdade se não dissocia estoura, que legítima toda a atividade governamental e a ampara da acusação de xenofobia, valvula por onde escorre a má fé dos que, tendo olhos, não querem vêr os imperativos da consciência nacional:

“Não ambicionamos um palmo de alheios territórios, nem pretendemos governar além das nossas fronteiras. Dentro destas, sim e soberanamente, sem satisfações a poderes estranhos, nem subordinações a colônias estrangeiras, que só nos apraz ter como hóspedes e amigos enquanto se não esqueçam de que somos os donos da casa”.

Na consonância daquêles altos imperativos, baixou o govêrno do Estado o decreto-lei n. 88, de 31 de março, o qual, com as alterações que em alguns dispositivos lhe introduziu o decreto federal, regula o ensino primário nas escolas particulares.

Da sua severa aplicação, e de providências outras que a experiência e a observação forem determinando, para evitar a fraude, depende o êxito da campanha nacionalizadora em boa hora encetada pelo Estado novo.

O referido decreto-lei, que mereceu o aplauso unânime do Conselho Nacional de Educação, é do seguinte teor:

#### **Decreto-lei n. 88**

Estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares, no Estado.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 181 da Constituição da República,

Considerando que, embora a arte, a ciência e o seu ensino sejam livres à iniciativa individual e à de associações ou pessoas coletivas, “não se pode confundir liberdade de pensamento e de ensino com a ausência de fins sociais”;

Considerando que o ensino é “um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam”;

Considerando que, portanto, é dever do Estado tutelar a educação da infância e da juventude brasileiras, não apenas apercebendo-as de conceitos e noções sem fisionomia moral e cívica, mas formando-lhes o espírito no culto às tradições, à língua, aos costumes e às instituições nacionais, e na compreensão dos direitos e dos deveres do cidadão brasileiro;

Considerando que, sendo cidadãos brasileiros “os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo êste a serviço do govêrno do seu país”, — corre ao Estado a obrigação de resguardar e defender as novas gerações brasileiras, sem distinção de sua origem racial, de toda e qualquer influência que contrarie aquele postulado constitucional e desvirtue, tolha ou dificulte a propagação dos sentimentos de brasilidade no espírito dos que nasceram no sólo nacional;

Considerando a necessidade de consolidar e uniformizar as disposições existentes relativas ao ensino primário privado, bem como de pô-las de acôrdo com a orientação social e política do Estado Novo;

DECRETA:

Art. 1.º — Os estabelecimentos particulares de ensino primário reger-se-ão, no Estado, pelas normas dêste decreto-lei.

Art. 2.º — Nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá funcionar no Estado, sem prévia licença do Secretário do Interior e Justiça.

Parágrafo único — Dentro em um raio de três quilômetros de escola pública, ou particular licenciada, só poderá ser localizada outra escola, de vez que as existentes não comportem a totalidade das crianças, em idade escolar, recenseadas na circunscrição correspondente.

Art. 3.º — A concessão de licença depende de requerimento, que especifique:

- 1.º — o nome do estabelecimento;
- 2.º — o local da escola, com indicação do município, cidade, vila, ou povoado; rua e número;
- 3.º — os cursos que se manterão, as disciplinas que serão professadas, e o programa e horário adotados;
- 4.º — a duração de cada curso;
- 5.º — o número máximo de alunos para cada classe;
- 6.º — o período de férias;
- 7.º — o corpo docente, com a designação do diretor;
- 8.º — se a escola representa iniciativa singular do professor; ou organização de um grupo de professores ou de sociedade escolar;
- 9.º — o nome do responsável pelo estabelecimento, perante o Govêrno do Estado;
- 10.º — a relação do material escolar e a declaração de estar êste, ou não, exonerado de dívida.

Art. 4.º — Deverá o requerimento ser instruído com os seguintes documentos:

1.º — prova de serem brasileiros natos os professores da língua nacional, geografia, história da civilização e do Brasil e de educação cívica e moral, em todos os cursos;

2.º — prova de que o diretor, ou responsável, e os demais professores são brasileiros natos, ou naturalizados;

3.º — prova de serem os professores diplomados por estabelecimento de ensino oficialmente reconhecido, ou habilitados conforme o decreto n. 1.300, de 14 de novembro de 1919;

4.º — prova de identidade e idoneidade moral do diretor, ou responsável, e dos professores;

5.º — prova de sanidade do diretor, professores e demais funcionários da escola;

6.º — prova da propriedade do material escolar;

7.º — demonstração dos meios de manutença da escola, pormenorizando-se a receita e a despesa anuais; e, recebendo o estabelecimento auxílio ou contribuição individual, quer diretamente, quer por meio de sociedade escolar, especificar os nomes dos auxiliaadores, ou contribuintes, sua nacionalidade, residência, idade, profissão, e se são representantes legais de alunos matriculados;

8.º — cópia do regimento interno, que será adotado;

9.º — fotografia e planta do prédio e de seus compartimentos;

10.º — prova da capacidade didática dos professores;

11.º — declaração expressa do responsável, com firma reconhecida, de que o estabelecimento não será mantido nem subvencionado por instituição ou governo estrangeiro;

12.º — um exemplar dos respectivos estatutos e a prova de se acharem inscritos no registro competente, se o estabelecimento fôr mantido por sociedade escolar.

Art. 5.º — O Governo do Estado poderá rejeitar no todo, ou em parte, as provas oferecidas, desde que as não julgue bastantes, bem como, por intermédio do Departamento de Educação, determinar as investigações necessárias para averiguar a procedência, ou a veracidade, das declarações feitas.

Art. 6.º — Não poderá ser diretor, ou professor de estabelecimento de ensino primário ou por êste responsável, pessoa que o Governo do Estado, a seu exclusivo juízo, não reputar idonea, sobretudo em relação ao objetivo da propaganda dos sentimentos de brasilidade e de educação moral e cívica.

Art. 7.º — E' obrigatório aos estabelecimentos particulares de ensino primário:

1.º — dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primário, primário e complementar, inclusive as de educação física, salvo quando se tratar do ensino de idioma estrangeiro;

2.º — adotar os livros aprovados oficialmente;

3.º — usar exclusivamente a língua nacional quer na respectiva escrituração, quer em taboletas, placas, cartazes, avisos, instruções ou dísticos, na parte interna ou externa do prédio escolar;

4.º — confiar os cursos de jardins de infância e escolas maternais a professores brasileiros natos;

5.º — ter sempre ensaiados os hinos oficiais;

6.º — homenagear aos sábados a Bandeira Nacional, conforme se pratica nos estabelecimentos oficiais, fazendo recitar a oração, que será fornecida pelo Departamento de Educação;

7.º — respeitar os feriados nacionais, comemorando-os condignamente;

8.º — adotar uniformes escolares, desde que seja mantido mais de um curso, e submetê-los, previamente, à aprovação do Departamento de Educação, que poderá determinar as modificações que julgar necessárias;

9.º — ter à vista, na sala de aula, o horário das lições;

10.º — receber e acatar as autoridades escolares, apresentando-lhes todas as informações que exigirem;

11.º — organizar uma biblioteca de obras nacionais, para os alunos;

12.º — apresentar, anualmente, ao Diretor do Departamento de Educação, o relatório dos trabalhos escolares;

13.º — fornecer, ao Departamento de Educação e às autoridades de ensino, os dados estatísticos solicitados;

14.º — não admitir aplicação de castigos físicos aos alunos.

Art. 8.º — Os mapas, fotografias, estampas, dísticos ou emblemas, assim nas salas de aula, como em qualquer outra parte do prédio escolar, não poderão perder o característico de brasilidade.

Parágrafo único — É obrigatória a colocação da Bandeira Nacional em lugar de destaque, em todas as salas do estabelecimento.

Art. 9.º — Nenhum estabelecimento de ensino particular poderá, direta ou indiretamente, ser mantido, ou subvencionado, por instituição ou governo estrangeiro, ou elementos que, embora não estrangeiros, não exprimam, a juízo exclusivo do Governo do Estado, cabal garantia de que o auxílio escolar fornecido não concorra para desvir-

tuar ou enfraquecer os sentimentos de brasilidade, que devem ser transmitidos à infância e à juventude nascidas no Brasil.

Art. 10.º — Deverá ser préviamente aprovada pelo Secretário do Interior e Justiça a denominação de estabelecimento de ensino particular.

Parágrafo único — Não poderá ser adotada denominação que, embora em língua nacional, recorde, ou exprima, de qualquer forma, origem ou relação estrangeira.

Art. 11.º — O responsável por estabelecimento particular de ensino primário assinará, perante o Inspetor Escolar da circunscrição, termo de responsabilidade pelo cumprimento de todas as exigências do presente decreto-lei.

Art. 12.º — Fica obrigado ao exame previsto pelo decreto n. 1.300, de 14 de novembro de 1919, o diretor, ou professor, de escola particular que não fôr diplomado por estabelecimento de ensino oficial, ou reconhecido, nem possuir certificado de professor provisório.

§ 1.º — A reprovação no exame inhabilita o candidato, assim para as funções de professor, como para as de diretor, ou responsável.

§ 2.º — Sómente passados dois anos poderá requerer novo exame o candidato reprovado.

§ 3.º — O exame será presidido pelo Inspetor federal das escolas subvencionadas, quando realizado nas zonas sob sua jurisdição.

Art. 13.º — Excetuados os estrangeiros que sejam hóspedes oficiais do Govêrno do Estado, nenhum orador, ou conferencista, poderá expressar-se, nas reuniões ou comemorações escolares, senão em língua nacional.

Parágrafo único — Serão préviamente submetidos à aprovação do inspetor de ensino da circunscrição os programas dessas comemorações, ou reuniões.

Art. 14.º — O ensino religioso será feito em língua nacional, quando ministrado dentro no horário dos trabalhos escolares.

Art. 15.º — Os estabelecimentos particulares de ensino primário não poderão ter outro horário, senão o aprovado pelo Departamento de Educação.

Art. 16.º — A infração de dispositivos do presente decreto-lei corresponderão as seguintes penâlidades:

- a) afastamento do diretor, ou responsável, e professores;
- b) fechamento temporário do estabelecimento;

c) fechamento definitivo, com apreensão do material escolar e didático.

Art. 17.º — O diretor, ou professor, será afastado quando:

1.º — não tiver ensaiados os hinos oficiais em todos os cursos, nem der aos alunos a explicação e a interpretação das respectivas letras;

2.º — não fizer a escrituração escolar no idioma nacional e de acôrdo com o modelo oficial;

3.º — não adotar programas oficiais para o curso primário;

4.º — não usar a série de livros didáticos adotados pelo Departamento de Educação, para o curso primário;

5.º — negar informações solicitadas pelas autoridades escolares, ou fornecê-las inverídicas;

6.º — aplicar castigos físicos aos alunos;

7.º — infringir individualmente quaisquer outros dispositivos dêste decreto-lei;

8.º — fôr acometido de moléstia contagiosa, ou que o torne incapaz para a função.

§ 1.º — Não poderá, durante cinco anos, exercer o magistério no Estado, o diretor, responsável, ou professor afastado por qualquer dos motivos previstos neste artigo.

§ 2.º — Se o afastamento fôr motivado por ter cooperado para impedir, ou dificultar, a nacionalização do ensino, não mais poderá exercer qualquer função pública em repartição do Estado, nem em instituição ou estabelecimento por êste subvencionado.

Art. 18.º — Fechar-se-á o estabelecimento temporariamente, e enquanto persistir a irregularidade, quando:

1.º — não ministrar todo o ensino na língua nacional, exceto o de idioma estrangeiro;

2.º — não houver cometido a brasileiro nato o ensino da língua nacional, história da civilização e do Brasil, geografia, educação moral e cívica e os cursos de jardim de infância e de escolas maternas;

3.º — adotar livros em língua estrangeira, sem prévia licença do Departamento de Educação;

4.º — tiver professor em situação ilegal no corpo docente;

5.º — houver reincidência na aplicação de castigos físicos aos alunos;

6.º — não tomar parte nas comemorações cívicas promovidas na localidade, ou deixar de comemorar os dias de festa nacional, recomendados pelo Departamento de Educação;

7.º — não mantiver o prédio escolar em condições de salubridade, higiene, ou segurança;

8.º — deixar de ter, por qualquer motivo, responsável pelo seu funcionamento, ou o que fôr aceito não assinar o respectivo termo de responsabilidade;

9.º — não lhe fôr, manifestamente, a renda, ou auxílio, bastante à manutenção, tendo-se em vista o disposto no artigo 20.º;

10.º — contravir a dispositivo do presente decreto-lei, e para a infração não tiver sido prevista sanção especial.

Art. 19.º — Fechar-se-á definitivamente o estabelecimento, quando:

1.º — não estiver registrado no Departamento de Educação, conforme o presente decreto-lei;

2.º — houver fraude, ou simulação, no regisro;

3.º — receber, direta ou indiretamente, subvenção, ou auxílio compreendidos na proibição prevista pelo artigo 9.º;

4.º — constituir-se, por qualquer motivo, ou forma, centro desnacionalizador;

5.º — ministrar o ensino de língua estrangeira a crianças que não tenham o curso primário no idioma nacional;

6.º — impedir ou dificultar a visita de autoridade do ensino;

7.º — houver graves e manifestas irregularidades no seu funcionamento, ou o emprêgo de fraude, ou simulação, para evitar o cumprimento dêste decreto-lei;

8.º — houver reincidência nas faltas previstas nos artigos 17.º e 18.º.

Art. 20.º — A manutenção de estabelecimento particular de ensino primário, desde que baseada em contribuições de alunos, será calculada, tomando-se em consideração os seguintes dados:

a) Para o cômputo da receita, não se admitirá contribuição mensal excedente de seis mil réis (6\$000), por aluno, nas sedes de distritos e nas zonas rurais, e de dez mil réis (10\$000) nas sedes de municípios.

b) Para o cômputo das despesas, calcular-se-ão, no mínimo, os vencimentos mensais de cento e vinte mil réis (120\$000), nas sedes de distritos e nas zonas rurais, e de cento e cinquenta mil réis (150\$000) nas sedes dos municípios, para cada professor, e de trinta mil réis (30\$000) mensais, para a conservação ou aluguel, do prédio escolar. Havendo diretor, ser-lhe-ão imputados os vencimentos de

duzentos mil réis (200\$000), mensais, incluídos nestes os de professor, se o fôr também.

c) A cada professor corresponderá uma classe de cinquenta alunos, no máximo, salvo autorização especial do Secretário do Interior e Justiça.

Parágrafo único — O Departamento de Educação poderá promover os meios necessários à fiscalização das contribuições, ou subvenções. E caso se presuma, com fundamento motivo, existência de fraude, ou simulação, no modo de ser dada a subvenção, ou contribuição, poderá o Secretário do Interior e Justiça determinar que se faça por intermédio daquele Departamento, com as cautelas e garantias que julgar necessárias.

Art. 21.º — Fechado o estabelecimento particular de ensino primário, com frequência escolar, promoverá, desde logo, o Departamento de Educação, no mesmo local, ou dentro na mesma área, a abertura de escola estadual, com capacidade correspondente à do estabelecimento interdito.

Art. 22.º — As penas previstas nas alíneas a, b e c do artigo dezesseis serão impostas:

a) pelo Diretor do Departamento de Educação, com recurso para o Secretário do Interior e Justiça, as da alínea a;

b) pelo Secretário do Interior e Justiça, com recurso para o Governador, ou Interventor Federal, as da alínea b;

c) pelo Governador ou Interventor Federal as da alínea c, do referido artigo.

Parágrafo único — Os recursos deverão ser interpostos dentro em quinze dias, contados da data da publicação do ato, ou despacho, sob pena de deserção.

Art. 23.º — Compete ao Inspetor Escolar:

1.º — fiscalizar o ensino primário nas escolas particulares, enquadrando-as no sistema das escolas estaduais, e propôr ao Departamento de Educação as providências que, a respeito, julgar necessárias;

2.º — dar parecer nos processos de abertura e fechamento de escolas particulares;

3.º — fazer cumprir os dispositivos dêste decreto-lei.

Art. 24.º — Os atuais estabelecimentos particulares de ensino primário deverão, dentro em noventa dias e sob pena de fechamento, regularizar a sua situação, de acôrdo com os novos requisitos criados por êste decreto-lei.

Parágrafo único — Não os beneficia, porém, êsse prazo, em relação ao cumprimento de condições já existentes em leis anteriores e que, por êste decreto-lei, foram ape-

nas consolidadas. Neste caso, a aplicação da pena independe do transcurso do prazo.

Art. 25.º — As Prefeituras Municipais não poderão subvencionar escolas particulares de ensino primário, sem prévio parecer do Departamento de Educação e despacho do Secretário do Interior e Justiça.

Art. 26.º — Ficam revogados o decreto n. 58, de 28 de janeiro de 1931, e as demais disposições em contrário.

Art. 27 — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Govêrno em Florianópolis, 31 de março de 1938.

NERÉU RAMOS

Ivo d'Aquino

---

Em virtude dos novos dispositivos legais sôbre o ensino privado, fecharam-se dezenas de escolas particulares, onde êle não era ministrado em vernáculo, ou onde o era em maneira defeituosa, por estrangeiros os professores.

O govêrno, invariavelmente, há providenciado para dar assistência escolar aos alunos saídos dos estabelecimentos interditados.

Já se esboça, entretanto, através de ensino a domicílio, o propósito de fugir às determinações legais.

Atento, porém, está o govêrno, que não transigirá no cumprimento de seu dever para com a nação.

Para tornar efetivas as medidas legais, criou-se a Inspeção geral de escolas particulares e nacionalização do ensino, à qual se atribuiu competência para:

a) fazer, com o concurso dos inspetores escolares, que para êsse fim forem nomeados, ou designados em comissão, a inspeção dos estabelecimentos de ensino particular regidos pelas leis do Estado;

b) velar pelo fiel cumprimento das leis estaduais quanto à adoção dos programas, normas de ensino e educação, orientação pedagógica e eficiência dos professores nas escolas particulares, dando as necessárias instruções aos inspetores escolares e docentes;

c) tornar efetivas as exigências do decreto-lei n. 88, de 31 de março de 1938, e das leis federais, no tocante à nacionalização do ensino, propondo à Superintendência Geral do Ensino as medidas que, para êsse fim, julgar necessárias, especialmente quanto ao afastamento de professores e interdição de estabelecimentos escolares que transgridam aquelas leis;

d) fiscalizar as associações a que se refere o decreto-lei n. 76, de 4 de março de 1938, e exigir delas o cumprimento das leis do Estado e das determinações do Departamento de Educação, quanto à educação cívica e organização de programas comemorativos;

e) cooperar com a Superintendência Geral do Ensino nos trabalhos que esta indicar e com ela colaborar para o aperfeiçoamento do ensino e educação nas escolas primárias particulares;

f) auxiliar a fiscalização federal do ensino primário privado no Estado, tomando as providências que por ela forem solicitadas em benefício do ensino;

g) aplicar penalidades regulamentares aos funcionários que lhe forem diretamente subordinados.

A Inspetoria foi confiada ao professor Luiz Trindade, o qual, pela sua capacidade de trabalho e pelo conhecimento perfeito do meio, é garantia segura da eficiência dêsse novo aparelho fiscalizador do ensino e das associações de fins culturais e desportivos.

### INSTITUTOS DE EDUCAÇÃO

Os dois estabelecimentos oficiais tiveram, no triênio, o seguinte movimento:

N.	MUNICÍPIOS	Matrícula			Frequência		
		1935	1936	1937	1935	1936	1937
1	Florianópolis. . .	182	172	164	169	165	148
2	Lages . . . . .	58	43	40	50	38	32
	Total . . .	240	215	204	219	203	180

### ENSINO SECUNDÁRIO

Os ginásios existentes no Estado apresentam a seguinte matrícula nos seus cursos fundamentais:

1	Ginásio catarinense, em Florianópolis . . .	380
2	Ginásio Bom Jesus, em Joinville . . . . .	173
3	Ginásio Coração de Jesus (feminino) em Florianópolis . . . . .	167
4	Ginásio Santo Antônio, em Blumenau . . .	154
5	Ginásio Lagunense, em Laguna . . . . .	153
6	Ginásio Diocesano, em Lages . . . . .	92
7	Ginásio Barão de Antonina, em Mafra . . .	78
8	Ginásio Aurora, em Caçador . . . . .	70

O Ginásio catarineense, em virtude de contrato celebrado com o Estado, mantém um curso complementar prejurídico, em dois anos, com 20 alunos, dos quais 2, indicados pelo govêrno, gratuitamente.

No curso fundamental estudam, por força também de contrato, cinco alunos internos e vinte externos.

## SUPERINTENDÊNCIA GERAL DO ENSINO

A observação de quase três anos de govêrno infundirame no espírito a convicção de que o Departamento estadual de Educação precisava de modificações, assim na sua orientação técnica como na sua atividade administrativa.

Mirando a êsse objetivo, pedí ao govêrno de São Paulo que, repetindo o gesto de há vinte cinco anos passados, pusesse à disposição do meu govêrno um de seus professores. Fui prontamente atendido pelo ilustre sr. Cardoso de Melo Neto, então Interventor federal, que designou o professor Sebastião de Oliveira Rocha, diretor da Escola normal de São Carlos, para a missão que lhe desejava confiar o govêrno catarinense, qual a de superintênder os serviços referentes à educação popular.

Contratado por dois anos, acha-se, desde 28 de abril do corrente ano, o distinto professor paulista à frente do Departamento de Educação, cercado de simpatia e confiança generalizadas.

## EDUCAÇÃO FÍSICA

A Constituição de 10 de novembro, em seu artigo 131, estabeleceu a obrigatoriedade da educação física em todas as escolas primárias, normais e secundárias.

Criou-se, porisso, a Inspetoria de Educação física, subordinada ao Departamento de Educação, com as finalidades de:

a) organizar e dirigir a Escola de Educação física para a formação de professores especializados naquela disciplina;

b) ministrar nas Escolas normais, aos futuros professores, os conhecimentos necessários sôbre a técnica da educação física, sôbre os efeitos produzidos pelos exercícios físicos na criança e noções sôbre biometria, pedagogia e metodologia da educação física;

c) orientar e fiscalizar a educação física nos estabelecimentos de ensino primário e, nos termos do decreto-lei n. 76, de 4 de março de 1938, a educação física nas associações e clubes esportivos, tornando a sua prática metódica e racional.

Por sugestão do eminente senhor Ministro Gustavo Capanema e do digno diretor da Escola de Educação física do

Exército, solicitei do ilustre Interventor federal no Espírito Santo, sr. Capitão João Punaro Bley, fosse posto à disposição do govêrno catarinense o professor Aloir Queiroz de Araujo, que, contratado por dois anos, já iniciou o seu trabalho com a atenção e o cuidado recomendados pela natureza do serviço que lhe foi confiado.

## FACULDADE DE DIREITO

A Constituição de 10 de novembro e os decretos-leis que se lhe seguiram impossibilitaram-lhe a vida, a êsse conceituado estabelecimento, como instituto oficial. É que a proibição das acumulações remuneradas excluiu do seu quadro de professores, vários dos seus mais prestigiosos elementos.

Para mantê-la, no interêsse da cultura jurídica da nossa terra, entendeu o govêrno que devia retorná-la à primitiva feição de Instituto livre, consoante sempre lhe fôra o pensamento.

Nêsse intuito foram baixados os seguintes atos de natureza legislativa:

### Decreto-lei n. 120

Converte a Faculdade de Direito em Instituto livre.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 181 da Constituição Federal;

Considerando que, em face das proibições contidas nos arts. 92 e 159 da mesma Constituição, só com grande dispêndio poderá o Estado manter a Faculdade de Direito de Santa Catarina, equiparada pelo decreto n. 2.098, de 1º de novembro de 1937;

Considerando que tal dispêndio, que seria consequente do vultoso aumento por fazer nos vencimentos do corpo docente, não pôde ser efetuado sem sacrifício de outros serviços imprescindíveis e que necessariamente estão a cargo do Estado;

Considerando, entretanto, que a dita Faculdade, que vem prestando bons serviços à coletividade, poderá, mediante favores do Estado, ter a sua existência assegurada, se fôr convertida em instituto livre;

Considerando que o Conselho Nacional de Educação, dando parecer sôbre consulta que relativamente a tal conversão fez o Govêrno do Estado ao exmo sr. Ministro da Justiça, opinou pela sua exequibilidade;

Considerando que o Govêrno Federal, a escolas superiores oficiais do Estado do Rio de Janeiro, que o respectivo Govêrno transformou em livres, já concedeu inspeção permanente;

Considerando, assim, que é de toda conveniência que se faça tal mudança de regime na Faculdade de Direito de Santa Catarina,

DECRETA :

Art. 1 — Fica revogada a lei n. 19, de 30 de novembro de 1935, que reconheceu como instituto estadual a Faculdade de Direito de Santa Catarina, ficando ela desincorporada da administração estadual.

Art. 2 — A' Faculdade de Direito de Santa Catarina, reorganizada como instituto livre de ensino superior, com personalidade jurídica, e mantidos, sem outra formalidade, os professores titulados que nela serviam, inclusive os que foram exonerados em virtude do decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937, concederá o Govêrno do Estado, dentro de 15 dias, a contar da data da eleição da diretoria, os seguintes favores, que perdurarão enquanto funcionar regularmente com observância das leis federais aplicáveis:

I — Transferência do domínio do prédio sito à rua Esteves Junior, em que funciona, e do terreno em que está edificado, com todas as benfeitorias, instalações e móveis existentes.

II — Isenção de impostos e taxas estaduais.

III — Abatimento de cinquenta por cento nas publicações de seus atos no Diário Oficial.

IV — Permissão aos alunos para frequentarem o gabinete médico-legal da Secretaria de Segurança, nos termos do decreto n. 304, de 21 de junho de 1937.

Art. 3 — O Govêrno fará ainda à Faculdade outras doações que se tornem necessárias e que, sem onus excessivo para o Estado, se enquadrem no art. 128 da Constituição Federal.

Art. 4 — A Faculdade obrigar-se-á a manter alunos gratuitos, indicados pelo Govêrno do Estado, na proporção de 10 % do número de matrícula paga.

Art. 5 — A Faculdade aproveitará os atuais funcionários, em cargos que não tenham vencimentos inferiores aos que ora percebem.

Art. 6 — Em caso de dissolução da Faculdade, será seu patrimônio, de acôrdo com o art. 22, parágrafo único, do Código Civil, devolvido ao Govêrno do Estado.

Art. 7 — Revogam-se as disposições em contrário.  
Palácio do Governo, em Florianópolis, 9 de junho de  
1938.

NERÊU RAMOS  
Gustavo Neves

Decreto-lei n. 126

Faz doações de apólices inalienáveis  
à Faculdade de Direito.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 181 da Constituição Federal,

Considerando que a Faculdade de Direito de Santa Catarina, no seu novo regime de instituto livre, estabelecido pelo decreto-lei n. 120, de 9 de junho de 1938, se enquadra entre os institutos de ensino postos sob o amparo do Estado pelo art. 128 da Constituição Federal;

Considerando que, pelo art. 3 do mesmo decreto-lei, se obrigou o Governo a fazer-lhe doações que se tornem necessárias e que, sem onus excessivos para o Estado, se enquadrem nêsse mandamento constitucional;

Considerando que, para segurança de regular funcionamento, deve a Faculdade ter receita que independa das flutuações de matrícula;

Considerando que essa receita fica assegurada com a posse de títulos de dívida pública estadual,

DECRETA :

Art. 1 — Fica a Secretaria da Fazenda e Agricultura autorizada a emitir em favor da Faculdade de Direito de Santa Catarina quatro apólices do valor nominal de mil contos de réis cada uma, as quais serão inalienáveis, e vencerão juros anuais de cinco por cento (5 %), pagáveis mensalmente

Art. 2 — Essas apólices serão devolvidas ao Estado e canceladas, se a Faculdade não obtiver inspeção federal permanente dentro de três anos, ou si, depois de a obter, vier a perdê-la.

Art. 3 — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em Florianópolis, 18 de junho de  
1938.

NERÊU RAMOS  
Gustavo Neves  
Altamiro Guimarães

Ao govêrno da República solicitou então o do Estado as regalias concedidas a estabelecimentos congêneres.

Foi-lhe isso deferido pelo

**Decreto-lei n. 509 — de 22 de junho de 1938**

Concede prazo às Faculdades de Direito dos Estados de Alagôas, Piauí e Santa Catarina para que se adaptem à legislação em vigor.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1 — Ficam revogados os decretos n. 792, de 4 de maio de 1936, n. 2.009, de 4 de outubro de 1937 e n. 2.098, de 1.º de novembro de 1937.

Art. 2 — Fica concedido o prazo de dois anos, contados da data dêste decreto, para que as Faculdades de Direito de Alagôas, Piauí e Santa Catarina se adaptem integralmente à legislação em vigor, cabendo ao Conselho Nacional de Educação examinar a regularidade da adaptação.

Art. 3 — Durante o prazo fixado no artigo anterior, as Faculdades citadas gozarão das regalias do reconhecimento a que se refere o decreto-lei n. 421, de 11 de maio de 1938 e ficam sujeitas aos onus dele decorrentes.

Art. 4 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETÚLIO VARGAS

Gustavo Capanema

**ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA**

Provida de cursos de córte e costura, chapéus, flores e bordados, vai, a despeito da sua precária instalação, prestigiando-se no conceito público, como da respectiva matrícula se deduz.

Foi de 230 em 1935. Elevou-se a 271 em 1936, para atingir 294 em 1937.

Para que realize a Escola seu objetivo educacional de maneira mais eficiente, é indispensável instalá-la convenientemente e dar-lhe organização que lhe sane os defeitos que a experiência de alguns anos pôs de manifesto.

## CAIXAS ESCOLARES

Verifica-se através dos seguintes dados o desenvolvimento dessas utilíssimas organizações de assistência aos escolares desajudados da fortuna:

Em 1935 funcionavam 34 Caixas com a arrecadação de .. 23:761\$200. No ano seguinte 57, com a receita de 32:567\$830. E em 1937, 65, com 46:406\$800 de renda.

A despesa foi respectivamente de 16:967\$120, . . . . . 23:389\$200 e 32:059\$600.

O decreto-lei n. 55, de 3 de fevereiro último, que adiante vai transcrito, deu às Caixas organização que melhor lhes assegura a existência e mais eficiente lhes torna a atividade.

### Decreto-lei n. 55

Dispõe sôbre Caixas Escolares.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 181 da Constituição da República,

Considerando que o art. 130 da Constituição da República declarou que a gratuidade do ensino primário não exclue o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados, podendo, assim, ser exigida uma contribuição módica e mensal para a Caixa Escolar aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar, escassez de recursos;

Considerando que há necessidade de adaptar ao dispositivo constitucional a organização das Caixas Escolares do Estado, criadas pelo Decreto n. 967, de 14 de novembro de 1916,

### DECRETA :

Art. 1— Fica extensiva a todos os estabelecimentos de ensino primário estaduais e municipais a obrigação de organizar as Caixas Escolares criadas pelo decreto n. 967, de 14 de novembro de 1916, nas quais deverão ingressar os pais, ou representantes legais, dos alunos matriculados naqueles estabelecimentos.

§ 1.º — E' de seis mil réis (6\$000) nas escolas isoladas e de doze mil réis (12\$000) nos Grupos Escolares e Escolas Normais a contribuição mínima anual, que será satisfeita em prestações mensais até o dia dez (10) de cada mês, sendo facultativo o pagamento adiantado por período maior.

§ 2.º — São isentas da contribuição as pessoas de notória escassez de recursos, que deverá ser alegada, por ocasião da matrícula do aluno.

Art. 2 — A Diretoria da Caixa Escolar remeterá, mensalmente, ao Departamento de Educação, um balancete organizado pelo seu tesoureiro, e por ela aprovado.

Art. 3 — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 3 de fevereiro de 1938.

NERÊU RAMOS

Ivo d'Aquino

### CLUBES AGRÍCOLAS

Graças ao trabalho inteligente e tenaz do professor João dos Santos Areão, dedicado inspetor das escolas subvencionadas pelo govêrno federal, vai de ano para ano crescendo o número de clubes agrícolas escolares.

De 21 organizados em 1935, subiu-lhes a 44 o número em 1936 e a 124 em 1937.

Merecem incentivadas essas instituições que visam despertar no escolar o gôsto das coisas agrícolas.

Os Prefeitos Municipais devem assistir-lhes, a êsses clubes, com amparo material e moral, que isso é benefício à própria comuna que administram.

### NA ESCOLA DE BELAS ARTES

Posto haja Martinho de Haro terminado o curso na Escola, conquistando o prêmio de viagem à Europa, entendeu o govêrno que lhe não devia retirar já a bolsa escolar que lhe vinha sendo atribuída.

E' que o câmbio atual mal lhe permitirá manter-se no velho mundo com a importância que aquele prêmio lhe confere.

A Agostinho Malinverni Filho continúa o Estado a auxiliar com a bolsa de 450\$000 mensais. E, por seu aproveitamento, vêm êle fazendo jús a êsse amparo.

Não errou José Boiteux quando, para êsses dois coestaduanos, pleiteou o auxílio que lhes abriu o caminho da arte e do triunfo.

## BÔLSAS ESCOLARES

Com bôlsas escolares instituídas em benefício de estudantes economicamente necessitados, mantem o Estado:

a) — no Rio de Janeiro, um estudante no curso complementar de engenharia e outro no de agronomia.

b) — no Colégio “Coração de Jesus”, desta Capital, uma aluna no segundo ano normal primário e outra no primeiro normal secundário;

c) — no Liceu industrial de Santa Catarina, 19 alunos que completaram o curso em grupos escolares do interior.

## ESCOLA DE COMÉRCIO

Tal como à Faculdade de Direito carreou a proibição das acumulações remuneradas dificuldades insuperáveis à existência da Escola de Comércio de Santa Catarina, como instituto oficial. Convertida foi, porisso, em instituto livre, nos termos do decreto-lei n. 60, que assim está redigido:

### Decreto-lei n. 60

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando que pelo decreto 782, de 5 de abril de 1935, o Curso de Comércio do Instituto Politécnico passou a denominar-se Escola de Comércio de Santa Catarina e foi anexada ao Departamento de Educação;

Considerando que não há conveniência em manter-se essa anexação que dificulta a vida do estabelecimento e exige despesas que os recursos do Estado não permitem;

Considerando que com assegurar autonomia à Escola, garante-lhe o Estado do mesmo passo o funcionamento;

Considerando que para isso basta que o Estado continue a lhe assistir com subvenção razoável,

### D E C R E T A :

Art. 1 — E' declarado Instituto livre a Escola de Comércio de Santa Catarina.

Art. 2 — O Estado manterá junto à Escola um fiscal por ela pago.

Art. 3 — A Escola é obrigada a manter com vencimentos nunca inferiores aos atuais, os funcionários que exerciam cargos no Instituto Politécnico e na Escola Prática de Comércio, os quais, em virtude do art. 7 do decreto 782, foram aproveitados pelo Estado, e que por êsse decreto ficam dispensados dos cargos que naquela Escola exercem.

Art. 4 — Os funcionários nomeados posteriormente ao decreto 782 ficarão adidos ao Departamento de Educação até ulterior deliberação.

Art. 5 — O Estado subvencionará a Escola com .... 52:900\$000 anuais, pagos em prestações mensais.

Parágrafo único — Essa despesa correrá pelas verbas 155 e 165 do orçamento vigente.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 9 de fevereiro de 1938.

NEREÚ RAMOS  
Gustavo Neves

A matrícula desse estabelecimento no ano corrente e no anterior expressa-se nestes algarismos:

	1937	1938
Curso de admissão .....	39	36
Curso propedeutico .....	109	102
Curso de perito-contador .....	37	44
	<hr/>	<hr/>
	185	182

### LICEU INDUSTRIAL DE SANTA CATARINA

Dia a dia se eleva no conceito público êste estabelecimento federal, graças à orientação técnica e administrativa que lhe vem imprimindo o seu atual diretor.

Eis o resumo das suas atividades no ano findo:

#### 1 — MANUTENÇÃO

##### I — Pessoal

a) — Dotação orçamentária . . .	182:640\$000
Total .....	182:640\$000

##### II — Material

a) — Dotação orçamentária. . .	47:100\$000
Total .....	47:100\$000

Despesa total de manutenção .... 229:740\$000

#### 2 — FUNCIONAMENTO

##### I — Movimento escolar

a) — Matrícula	
1. <sup>a</sup> época .....	201 alunos
2. <sup>a</sup> época .....	29 alunos
Total .....	230 alunos

b) —	Frequência		
	Comparecimento total . . . . .	38.552	
	Frequência média . . . . .	159,795	
	Percentagem de frequência ..	82,396%	
c) —	Exclusão		
	Total de exclusões . . . . .	44 alunos	
	Percentagem de exclusões ..	23%	
d) —	Exames		
	Aprovações em 1. <sup>a</sup> época ..	70 alunos	
	Aprovações em 2. <sup>a</sup> época ..	13 alunos	
	Total de alunos aprovados . . . . .		83 alunos
	Não alcançaram média . . . . .	99 alunos	
	Reprovações em 1. <sup>a</sup> época ..	4 alunos	
	Reprovações em 2. <sup>a</sup> época ..	— alunos	
	Total de alunos reprovados . . . . .		103 alunos

## II — Movimento industrial

a) —	Encomendas		
	De particulares e repartições	303	
	Da Escola . . . . .	107	
	Total das encomendas . . . . .		410
b) —	Produção		
	Financiada . . . . .	41:122\$700	
	Não financiada . . . . .	5:401\$200	
	Total da produção . . . . .		46:523\$900
c) —	Custo médio		
	Aproximadamente . . . . .		113\$472
d) —	Renda		
	Total da renda da União . . . . .		11:800\$300
e) —	Industrialização		
	Mão de obra de alunos ..	5:220\$600	
	Mão de obra da mestrança	9:711\$300	
	Mão de obra de diáristas		
	(ex-alunos) . . . . .	5:504\$900	
	Percentagem da adminis-		
	tração . . . . .	2:799\$900	
	Material do Departamento		
	Industrial . . . . .	6:188\$200	
	Energia do Departamento		
	Industrial . . . . .	135\$000	
	Total da industrialização . . . . .		29:559\$900

## III — Assistência escolar

a) —	Associação Cooperativa e de Mutualidade	
	Em c/c no Banco do Brasil	235\$400
	Em dinheiro (saldo em poder do Tesoureiro).	200\$000

P R O D U T O	Ano	Quantidade	Valor oficial (mil réis)
Artefatos de celuloide . . . . . (quilo)	1935	28.613	507:379
	1936	6.510	60:573
	1937	18.037	614:641
	1935	306.241	183:745
Bananas . . . . . (cacho)	1936	297.230	178:367
	1937	289.025	173:115
	1935	7.972	14.673:727
Banha refinada e em bruto . . . . . (tonelada)	1936	7.347	17.927:420
	1937	8.723	22.587:122
	1935	444	133:206
Batatas . . . . . (tonelada)	1936	395	120:043
	1937	369	169:906
	1935	18	59:597
Camarões em conserva . . . . . (tonelada)	1936	33	115:389
	1937	34	120:006
	1935	207	436:020
Camarões secos . . . . . (tonelada)	1936	138	344:519
	1937	169	422:390
	1935	187	205:993
Carne em conserva . . . . . (tonelada)	1936	90	99:233
	1937	64	71:282
	1935	940	751:810
Carnes salgadas . . . . . (tonelada)	1936	995	706:811
	1937	957	765:872
	1935	111.609	8.928:760
Carvão de pedra . . . . . (tonelada)	1936	92.159	5.529:540
	1937	94.380	5.674:630
	1935	1.685	269:566
Caixas de madeiras abatidas . . . . (metro cúbico)	1936	925	170:581
	1937	914	188:170
	1935	505	230:638
Cebolas . . . . . (tonelada)	1936	504	150:814
	1937	515	217:992
	1935	182	897:041
Cêra de abelha . . . . . (tonelada)	1936	233	1.404:515
	1937	172	1.212:790
	1935	56	107:342
Charque . . . . . (tonelada)	1936	27	52:115
	1937	31	58:603
	1935	22.542	77:440
Charutos . . . . . (cento)	1936	26.510	79:049
	1937	36.792	110:796
	1935	587.651	1.150:967
Cigarrilhos e cigarros . . . . . (cento)	1936	567.625	1.135:250
	1937	682.060	1.363:297
	1935	259	510:751
Couros de boi, curtidos e solas . . (tonelada)	1936	191	424:450
	1937	184	536:685

P R O D U T O	Ano	Quantidade	Valor oficial (mil réis)
	1935	238	125:032
Couros de boi, salgados . . . . .	1936	294	296:213
(tonelada)	1937	531	553:291
	1935	530	587:373
Couros de boi, secos . . . . .	1936	579	1.067:933
(tonelada)	1937	610	1.276:733
	1935	147	58:578
Couros de porco . . . . .	1936	307	134:266
(tonelada)	1937	250	150:355
	1935	1.111	222:290
Crina vegetal . . . . .	1936	1.074	280:455
(tonelada)	1937	904	451:785
	1935	736	161:953
Dextrinas . . . . .	1936	711	166:757
(tonelada)	1937	898	267:431
	1935	3.939	1.573:629
Erva mate beneficiada . . . . .	1936	4.876	3.857:350
(tonelada)	1937	4.531	3.397:994
	1935	8.514	2.554:199
Erva mate cancheada . . . . .	1936	7.732	5.131:420
(tonelada)	1937	9.937	6.461:618
	1935	40	337:091
Especialidades farmacêuticas . . .	1936	26	416:194
(tonelada)	1937	55	580:316
	1935	—	—
Farelo de trigo . . . . .	1936	1.385	277:645
(tonelada)	1937	1.057	211:624
	1935	46	35:973
Farinha de araruta . . . . .	1936	56	44:883
(tonelada)	1937	90	71:824
	1935	176	112:783
Farinha de centeio . . . . .	1936	215	150:252
(tonelada)	1937	163	114:369
	1935	13.458	1.903:608
Farinha de mandioca . . . . .	1936	28.293	3.907:647
(tonelada)	1937	26.044	5.699:057
	1935	4.774	3.341:894
Farinha de trigo . . . . .	1936	4.869	3.407:194
(tonelada)	1937	4.030	2.790:601
	1935	7.184	835:395
Feijão . . . . .	1936	6.659	1.905:692
(tonelada)	1937	10.436	5.201:465
	1935	246	639:600
Fósforo . . . . .	1936	386	1.005:005
(tonelada)	1937	369	958:724
	1935	32	127:850
Fumo em corda . . . . .	1936	15	61:300
(tonelada)	1937	10	40:658



## SITUAÇÃO ECONÔMICA

Atestam em maneira irrecusável o auspicioso desenvolvimento econômico do Estado os algarismos que lhe representam a exportação.

Assim, o valor oficial desta, no último triênio, foi o seguinte:

Anos	Interior	Exterior	Total
1935	96.890:028\$700	11.190:858\$900	108.080:887\$600
1936	114.933:651\$300	17.104:417\$600	132.038:068\$900
1937	146.302:477\$300	23.815:090\$500	170.117:567\$800

Completadas essas cifras com as indicativas da exportação, no mesmo período, dos principais produtos catarinenses, patente estará a expansão das forças vivas do Estado. Variada é a sua produção e, por isso mesmo, solida a base da organização econômica catarinense.

Os principais produtos exportados, assim para o interior, como para o exterior, foram estes:

P R O D U T O	Ano	Quantidade	Valor oficial (mil réis)
Açúcar mascavo . . . . . (tonelada)	1935	5.833	1.805:326
	1936	8.009	2.693:697
	1937	7.345	3.535:994
Alfafa . . . . . (tonelada)	1935	11.413	1.730:009
	1936	12.745	1.922:465
	1937	12.417	2.483:341
Arroz sem casca . . . . . (tonelada)	1935	13.204	5.249:199
	1936	14.199	8.293:344
	1937	14.830	15.442:791
Artefatos de madeira . . . . . (tonelada)	1935	91	348:420
	1936	184	362:928
	1937	181	362:162

Em dinheiro (saldo a depositar) . . . . .	2:118\$800	
Empréstimo ao Departamento Industrial . . .	1:250\$100	
Total do encaixe . . . . .		3:804\$300
b) — Merenda		
Total distribuido . . . . .	38:552	
Custo médio . . . . .	\$570	
Total dispendido . . . . .		21:999\$900

**IV — Custo médio de e/aluno**

Aproximadamente . . . . . 1:358\$000

**DESPESAS COM EDIFÍCIOS ESCOLARES**

No período que, começando em 1.º de maio de 1935, data em que assumi as redeas da administração, termina em 30 de junho último, dispendeu o Estado com a construção, conservação e aparelhamento dos estabelecimentos de ensino a importância de 2.797:904\$423, assim discriminada:

EDIFÍCIOS	LOCALIDADES	DESPESAS EFETUADAS			TOTAL
		com obras	com compra de terrenos	com compra de moveis	
G. E. *Professor Davido Amarel.	Araguã	4:566\$900	—	151\$500	5:018\$400
G. E. *Luiz Delfino.	Blumenau	42:658\$000	—	700\$000	43:358\$000
G. E. (Novo)	Blumenau (Garcia)	—	27:000\$000	—	27:000\$000
G. E. *José Brasilcio.	B'guassú	1:770\$800	—	—	1:770\$800
G. E. Feliciano, Pires.	Brusque	6:897\$800	—	—	6:897\$800
G. E. *José Arantes.	Camboriú	3:881\$000	—	—	3:881\$000
G. E. *Ana Cidade.	Canoinhas	81:543\$400	—	8:020\$000	89:563\$400
G. E. *Roberto Trompowsky.	Cruzeiro do Sul	55:000\$000	7:500\$000	17:184\$000	79:684\$000
G. E. Lebon Régis.	Campo Alegre	45:000\$000	—	4:879\$400	49:879\$400
G. E. *Gustavo Richard.	Campos Novos	23:000\$000	—	—	23:000\$000
G. E. *D. Joaquim Domingues.	Braço do Norte	—	—	1:689\$000	1:689\$000
G. E. *Dias Velho.	Florianópolis	247:608\$798	—	25:821\$000	273:429\$798
G. E. *Lauro Müller.	Florianópolis	2:685\$250	—	—	2:685\$250
G. E. *Silveira de Sousa.	Florianópolis	8:061\$200	—	—	8:061\$200
G. E. *Prof. Honório Miranda.	Gaspar	109:747\$400	—	17:184\$000	126:931\$400
G. E. *Eliseu Guilherme.	Hamônia	144:452-200	—	700\$000	145:152\$200
G. E. *Raulino Horn.	Indaial	116:617\$500	—	1:059\$200	117:676\$500
G. E. *Vitor Meireles.	Itajaí	14:211\$300	—	—	14:211\$300
G. E. *Lauro Müller.	Itaí	—	—	4:174\$000	4:174\$000
G. E. *Conselheiro Mafra.	Joinville	171:337\$100	—	23:239\$000	194:576\$100
G. E. *Germano Timm.	Joinville	983\$400	—	19:781\$000	20:764\$400
G. E. *Olavo Bilac.	Joinville (Pedreira)	45:000\$000	—	—	45:000\$000
G. E. *Vidal Ramos.	Lages	50:562\$600	—	—	50:562\$600
G. E. *Ana Condin.	Laguna	4:851\$400	—	151\$500	5:002\$900
G. E. *Jerônimo Coelho.	Laguna	27:042\$600	—	—	27:042\$600
G. E. *Prof. Luiz Neves.	Mafra	90:000\$000	—	—	90:000\$000
G. E. *Com. Costa Carneiro.	Orleans	1:020\$000	—	151\$500	1:171\$500
G. E. *Prof. Wenceslau Bueno.	Palhoça	12:863\$000	—	—	12:863\$000
G. E. *Profa. Adelina Régis.	C. Novos (Perdizes)	—	—	12:104\$000	12:104\$000
G. E. *Prof. Balduino Cardoso.	Pôrto União	253:257\$200	—	21:738\$200	255:015\$400
G. E. *Prof. João J. de Campos.	Rio Bonito	—	—	12:086\$000	12:086\$000
G. E. *Paulo Zimmermann.	Rio do Sul	142:912\$000	17:456\$300	600\$000	160:968\$300
G. E. *Profa. Maria Tevares	Rio Negrinho	28:560\$000	—	—	28:560\$000
G. E. *Felipe Schmidt.	São Francisco	6:263\$200	—	—	6:263\$200
Transporte		1,722:694\$128	51:956\$300	171:413\$300	1,946:063\$728

EDIFÍCIOS	LOCALIDADES	DESPESAS EFETUADAS			TOTAL
		com obras	com compra de ferrenos	com compra de móveis	
<i>A transportar</i>		1.722:694\$128	51:956\$300	171:413\$300	1.946:063\$728
G. E. *Manoel Cruz	São Joaquim	79:384\$500	—	17:633\$000	97:017\$500
G. E. *Francisco Tolentino	São José	16:638\$000	—	—	16:638\$000
G. E. *José Boiteux	São José (J. Pessôa)	40:118\$100	—	100\$000	40:218\$100
G. E. *Herculio Luz	Tubarão	16:807\$700	—	6:241\$500	23:049\$200
G. E. *Polidoro Santiago	Timbó	—	—	7:708\$000	7:708\$000
G. E. *Olivio Amorim	Trindade (Fpolis)	73:246\$950	—	150\$000	73:396\$950
G. E. *Tiburcio de Freitas	Urussanga	—	—	8:942\$000	8:942\$000
G. E.	Três Barras	115:301\$200	—	—	115:301\$200
Escola Normal	Florianópolis	45:060\$190	—	4:100\$000	49:160\$190
Escola Normal	Lages	220:000\$000	101:880\$300	24:727\$000	346:607\$300
Esc. Profal. Feminina	Florianópolis	761\$679	—	4:500\$000	5:261\$679
Escola Pública	Caiaçanga	2:450\$000	—	—	2:450\$000
Escola Pública Sindicato					
Trab. Armazens e Trapiches	Florianópolis	—	—	769\$000	769\$000
Escola Pública	Ratones	—	—	769\$000	769\$000
Escola das Três Pontes	Florianópolis	196\$720	—	—	196\$720
Escola Pública	Itacorobi	—	—	769\$000	769\$000
Escola Pescadores*Boiteux	Tijucas	—	—	695\$000	695\$000
Escola Pública	Saco dos Limões	—	—	769\$000	769\$000
Escola Pública	Praia dos Ingleses	—	—	769\$000	769\$000
Escola Pública	Casteira Pirajubaé	—	—	769\$000	769\$000
Escola de Comércio Santa Catarina	Florianópolis	521\$600	—	3:510\$000	4:031\$600
Escola Pública	Três Barras	—	—	5:409\$000	5:409\$000
Escola Pública	Painel	20:000\$000	—	—	20:000\$000
		2.353:180\$767	153:836\$600	259:742\$800	2.766:760\$167
G. E. *Arq. São José	Florianópolis				
Auxílio para as obras de aumento do prédio		13:000\$000	—	—	13:000\$000
Depart. Educação	Florianópolis	13:188\$256	—	4:956\$300	18:144\$256
		2.379:369\$023	153:836\$600	264:698\$800	2.797:904\$423

Para serem pagos no correr do segundo semestre deste ano, já foram adquiridos 50:706\$300 de móveis para Grupos escolares.

P R O D U T O	Ano	Quantidade	Valor oficial (mil réis)
	1935	1.290	1.031:766
Fumo em folha . . . . .	1936	1.704	1.363:614
(tonelada)	1937	2.894	2.331:706
	1935	54.422	5.442:200
Gado suino . . . . .	1936	43.778	4.914:130
(cabeça)	1937	24.295	3.146:378
	1935	2.884	576:800
Gado vacum adulto . . . . .	1936	6.249	1.233:200
(cabeça)	1937	2.379	538:800
	1935	85	245:697
Linguiças . . . . .	1936	81	235:274
(tonelada)	1937	88	262:286
	1935	955	4.295:422
Manteiga . . . . .	1936	914	4.087:621
(tonelada)	1937	950	5.068:342
	1935	299.348	15.410:238
Madeiras . . . . .	1936	340.935	19.325:505
(metro cúbico)	1937	392.478	31.984:047
	1935	131	1.962:461
Meias de algodão . . . . .	1936	141	2.119:402
(tonelada)	1937	143	2.154:452
	1935	1.089	76:233
Meias de seda animal . . . . .	1936	11.026	103:772
(duzia)	1937	10.856	209:371
	1935	287	169:848
Mel de abelha . . . . .	1936	410	249:513
(tonelada)	1937	324	226:500
	1935	2.784	417:783
Milho em grão . . . . .	1936	6.779	1.703:659
(tonelada)	1937	4.506	1.351:865
	1935	39.618	831:613
Móveis e mobílias de madeira . . .	1936	40.210	911:764
(volume)	1937	49.592	1.141:231
	1935	126.418	159:435
Ovos . . . . .	1936	132.957	175:440
(duzia)	1937	101.623	171:263
	1935	107	42:818
Plumas vegetais . . . . .	1936	88	35:979
(tonelada)	1937	78	31:243
	1935	691	103:886
Palhões para garrafas . . . . .	1936	834	138:067
(tonelada)	1937	863	172:705
	1935	553	1.220:191
Papél . . . . .	1936	906	1.317:120
(tonelada)	1937	1.114	1.590:531
	1935	206	245:500
Peixe sêco . . . . .	1936	108	130:493
(tonelada)	1937	156	184:035

PRODUTO	Ano	Quantidade	Valor oficial (mil réis)
Polvilho . . . . . (tonelada)	1935	3.103	774:464
	1936	3.474	1.167:550
	1937	4.534	1.849:095
Queijos . . . . . (tonelada)	1935	596	2.085:738
	1936	608	2.251:113
	1937	465	1.151:791
Rendas e entremeios de seda animal (tonelada)	1935	11	234:139
	1936	5	334:637
	1937	4	299:519
Roupas feitas de algodão . . . . . (tonelada)	1935	182	2.726:085
	1936	298	2.981:594
	1937	226	3.241:668
Tanino . . . . . (tonelada)	1935	390	116:950
	1936	900	269:907
	1937	597	183:943
Tapioca . . . . . (tonelada)	1935	512	180:504
	1936	764	310:545
	1937	293	150:950
Tecidos de algodão . . . . . (tonelada)	1935	830	5.539:043
	1936	742	5.250:615
	1937	858	5.929:562
Rendas, entremeios etc. de algodão (tonelada)	1935	21	640:235
	1936	78	1.009:057
	1937	84	1.312:730
Toalhas, guardanapos, etc. . . . . (duzia)	1935	74.246	813:693
	1936	86.638	977:365
	1937	92.466	1.030:550
Tubos de ferro . . . . . (tonelada)	1935	116	208:293
	1936	127	228:492
	1937	159	285:267
Velas de stearina . . . . . (tonelada)	1935	248	653:955
	1936	264	701:778
	1937	309	870:669
Vinhos de uva . . . . . (litro)	1935	1.307.713	1.176:942
	1936	1.263.104	1.136:785
	1937	1.903.608	1.713:327

Patenteiam êsses dados que os principais produtos de exportação obedeceram no último ano à seguinte ordem, quanto à quantidade: madeira, farinha de mandioca, arroz, erva-mate, alfafa, açúcar, banha e produtos suínos, feijão, polvilho, tapioca, milho em grão. E a esta quanto ao valor oficial: madeira, banha e produtos suínos, tecidos, arroz, erva-mate, farinha de mandioca, açúcar, feijão, manteiga.

Mirando à defesa do patrimônio florestal catarinense, já desfalcado em muitas das essências de maior valor econômico, promulgou o govêrno o seguinte decreto-lei, que torna praticamente exequível no Estado o Código da União:

### Decreto-lei n. 132

Determina providências para defesa do patrimônio florestal.

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor Federal no Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acôrdo com o que lhe faculta o art. 18, alínea a, da Constituição Federal,

Considerando que há necessidade de preservar os tipos florísticos de valor econômico;

Considerando que a supressão das essências de porte, como vem sendo feita em várias localidades do Estado, acarreta profundas alterações na fertilidade das terras agricultáveis, nos mananciais, no clima e na salubridade locais;

Considerando que a extração de madeiras, para quaisquer fins industriais, deve ser feita de modo que, pelo replantío, seja assegurada a feição de floresta originária;

Considerando que cabe ao Govêrno do Estado estabelecer medidas de proteção e defesa às florestas;

Considerando que foi ouvido o Conselho florestal federal,

### DECRETA :

Art. 1 — São consideradas, no seu conjunto, bens de interêsse coletivo, as florestas existentes no território do Estado, exercendo-se o direito de propriedade com as restrições que as leis em geral, Código Florestal e êste Decreto, determinarem.

Art. 2 — São consideradas florestas protetoras aquelas que, pela sua situação, servirem, no todo ou em parte, para qualquer dos fins seguintes:

- 1 — conservar o regimen das aguas;
- 2 — evitar a erosão das terras pela ação dos agentes naturais;
- 3 — fixar dunas;
- 4 — auxiliar os planos estratégicos de defesa da fronteira, julgados necessários pelas autoridades militares;

O quadro subsequente discrimina, por país, a saída da produção catarinense:

D E S T I N O	A N O S		
	1935	1936	1937
<b>AMERICA DO SUL:</b>			
Argentina . . . . .	7.348:176\$300	10.122:305\$500	14.250:832\$400
Chile . . . . .	948:617\$600	2.315:487\$800	2.377:923\$100
Uruguai . . . . .	370:465\$900	249:394\$700	1.082:007\$100
<b>AMERICAS DO NORTE E CENTRAL:</b>			
Estados Unidos . . . . .	250:246\$400	923:044\$500	930:109\$000
Nicarágua . . . . .	\$	600\$000	\$
<b>EUROPA:</b>			
Alemanha . . . . .	1.330:601\$900	2.095:679\$400	2.942:210\$900
Austria . . . . .	15:000\$000	\$	\$
Belgica . . . . .	326:843\$600	616:392\$600	624:120\$600
Dinamarca . . . . .	\$	3:900\$000	\$
Espanha . . . . .	3:000\$000	\$	\$
França . . . . .	104:275\$300	138:920\$000	44:351\$200
Grécia . . . . .	3:600\$000	1:860\$000	\$
Grã Bretanha . . . . .	121:956\$000	121:402\$100	127:237\$500
Holanda . . . . .	243:981\$500	351:870\$000	549:092\$800
Italia . . . . .	21:657\$000	\$	\$
Noruega . . . . .	\$	600\$000	\$
Polónia . . . . .	120\$800	80:555\$000	361:660\$000
Portugal . . . . .	30:000\$000	3:344\$400	\$
<b>AFRICA:</b>			
União Sul Africana . . . . .	22:316\$600	79:061\$600	525:545\$900
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>11.190:858\$900</b>	<b>17.104:417\$600</b>	<b>23.815:090\$500</b>

Os nossos principais mercados continuam sendo a Argentina, a Alemanha, o Chile, o Uruguai, os Estados Unidos e a Belgica. Merece especial registro o desenvolvimento do nosso comércio com a Holanda, com a União Sul Africana e com a Polónia.

Os principais produtos exportados para o exterior, no ano findo, foram estes:

GENEROS	Unid.	Quantidade	Valor official
Café chumbado . . . . .	Kg.	112.590	112:500\$000
Cêra animal . . . . .	"	131.866	923:212\$000
Couro de boi, cru, salgado . . .	"	371.129	386:729\$000
Couro de boi, cru, sêco . . . . .	"	539.737	1.125:914\$000
Fumo em folha . . . . .	"	1.857.508	1.486:246\$900
Erva mate beneficiada . . . . .	"	4.090.490	3.073:872\$000
Erva mate cancheada . . . . .	"	9.128.401	5.935:692\$400
Madeiras . . . . .	M3	122.200	10.244:409\$900
Mel de abelhas . . . . .	Kg.	86.152	60:306\$400
Tapioca . . . . .	"	146.530	73:265\$000
Tecido de algodão tinto . . . . .	"	17.383	121:681\$000
Trigo, farelo de . . . . .	"	896.000	179:005\$000

Registram o movimento dos portos por onde sai a produção catarinense os seguintes dados referentes ao seu valor official:

Portos	Exportação	Parcial	Total
São Francisco	Exterior	19.570:441\$600	38.908:398\$900
	Interior	19.337:957\$300	
Itajaí	Exterior	569:266\$000	33.865:625\$000
	Interior	33.296:359\$000	
Imbituba	Interior	12.129:473\$900	17.792:273\$900
	Carvão mineral	5.662:800\$000	
Laguna	Interior	364:760\$000	9.893:333\$500
	Carvão mineral	9.516:743\$500	
	Exterior	11:830\$000	
Florianópolis	Interior	1.139:226\$100	7.616:324\$000
	Exterior	6.477:097\$900	
Tijucas	Interior	2.002:227\$500	2.002:227\$500

## MADEIRAS

Como o comprovam os dados exibidos, continua em franco desenvolvimento o comércio de madeiras. A exportação no último exercício ultrapassou à do anterior em 51.543,000 m.3. Foi o produto que maior valor carregou para a nossa balança de exportação.

O quadro subsequente indica as qualidades da madeira exportada, assim para o exterior, como para o interior:

ESPÉCIE	INTERIOR	EXTERIOR	TOTAL
Madeira de inferior qualidade	993	576	1.569
Madeira de qualidade . . . . .	222.835	118.065	340.900
Madeira de lei . . . . .	46.450	3.559	50.009
	270.278	122.200	392.478

No quinquênio foi a seguinte a exportação:

A n o	Quantidade	Valor
1933 . . . . .	192.311,276 m.3	11.688:989\$700
1934 . . . . .	219.840,846 "	12.505:623\$600
1935 . . . . .	299.348,000 "	15.410:238\$000
1936 . . . . .	340.935,000 "	19.325:505\$000
1937 . . . . .	392.478,000 "	31.984:047\$000

Porisso que cada vez mais intensa e desordenada é a devastação das nossas matas, urgiam providências que coibissem o impeto dos devastadores desatinados, que vivem a empilhar madeira à margem dos trilhos da São Paulo-Rio Grande, para aí apodrecer e se desvalorizar, à espera da mercê de um vagão que a conduza ao pôrto de saída.

Não incluído o carvão, a exportação para o exterior foi de 115.472 toneladas e de 352.489 a para o interior.

O valor oficial dos produtos catarinenses exportados para as diversas unidades da Federação, teve a seguinte expressão numérica no mesmo período:

D E S T I N O	A N O S		
	1935	1936	1937
Amazonas . . . . .	111:387\$000	77:303\$900	108:198\$900
Pará . . . . .	272:627\$300	290:686\$900	232:401\$200
Maranhão . . . . .	265:587\$500	286:569\$200	181:535\$800
Piauí . . . . .	58:269\$000	30:020\$000	57:416\$100
Ceará . . . . .	320:641\$700	354:525\$000	502:232\$500
Rio Grande do Norte .	169:201\$600	949:282\$000	834:296\$100
Paraíba . . . . .	387:795\$100	218:684\$500	607:443\$400
Pernambuco . . . . .	3.104:053\$300	3.284:665\$900	4.767:585\$900
Alagoas . . . . .	975:485\$900	757:948\$700	532:677\$000
Sergipe . . . . .	264:652\$500	244:948\$100	325:127\$400
Baía . . . . .	1.490:064\$300	1.352:066\$200	1.810:611\$500
Espírito Santo . . . .	286:812\$300	98:117\$100	121:432\$400
Rio de Janeiro . . . .	32.305:458\$600	35.641:623\$500	49.023:004\$800
São Paulo . . . . .	22.670:381\$000	25.949:987\$000	33.601:016\$700
Paraná . . . . .	17.841:639\$000	27.147:419\$700	34.293:462\$800
Rio Grande do Sul . .	7.337:385\$000	10.536:272\$000	13.315:049\$700
Minas Gerais . . . . .	61:942\$600	185:066\$100	209:211\$100
Goiás . . . . .	\$	533\$000	\$
Mato Grosso . . . . .	37:210\$000	101:212\$500	105:144\$000
Acre . . . . .	675\$000	\$	\$
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>87.961:268\$700</b>	<b>107.506:931\$300</b>	<b>140.627:847\$300</b>

O quadro subsequente discrimina, por país, a saída da produção catarinense:

D E S T I N O	A N O S		
	1935	1936	1937
<b>AMERICA DO SUL:</b>			
Argentina . . . . .	7.348:176\$300	10.122:305\$500	14.250:832\$400
Chile . . . . .	948:617\$600	2.315:487\$800	2.377:923\$100
Uruguai . . . . .	370:465\$900	249:394\$700	1.082:007\$100
<b>AMERICAS DO NORTE E CENTRAL:</b>			
Estados Unidos . . . . .	250:246\$400	923:044\$500	930:109\$000
Nicarágua . . . . .	\$	600\$000	\$
<b>EUROPA:</b>			
Alemanha . . . . .	1.380:601\$900	2.095:679\$400	2.942:210\$900
Austria . . . . .	15:000\$000	\$	\$
Belgica . . . . .	326:843\$600	616:392\$600	624:120\$600
Dinamarca . . . . .	\$	3:900\$000	\$
Espanha . . . . .	3:000\$000	\$	\$
França . . . . .	104:275\$300	138:920\$000	44:351\$200
Grécia . . . . .	3:600\$000	1:860\$000	\$
Grã Bretanha . . . . .	121:956\$000	121:402\$100	127:237\$500
Holanda . . . . .	243:981\$500	351:870\$000	549:092\$800
Italia . . . . .	21:657\$000	\$	\$
Noruega . . . . .	\$	600\$000	\$
Polônia . . . . .	120\$800	80:555\$000	361:660\$000
Portugal . . . . .	30:000\$000	3:244\$400	\$
<b>AFRICA:</b>			
União Sul Africana . . . . .	22:316\$600	79:061\$600	525:545\$900
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>11.190:858\$900</b>	<b>17.104:417\$600</b>	<b>23.815:090\$500</b>

Os nossos principais mercados continuam sendo a Argentina, a Alemanha, o Chile, o Uruguai, os Estados Unidos e a Belgica. Merece especial registro o desenvolvimento do nosso comércio com a Holanda, com a União Sul Africana e com a Polônia.

§ 1.º — O pedido de registro deverá conter:

- a) — nome da firma, empresa ou razão social;
- b) — distrito e município onde está localizada a serraria;
- c) — número de operários que ocupa;
- d) — número de máquinas e sua capacidade de rendimento;
- e) — quantidades e espécies de madeira que pretende beneficiar;
- f) — nome dos proprietários das terras de onde a madeira é extraída.

§ 2.º — A falta de registro das serrarias implica a imposição de multa de 500\$000 a 5:000\$000, variável de acôrdo com o seu vulto econômico.

Art. 11 — As florestas de propriedade privada consideradas protetoras, no todo ou em parte, só poderão ser exploradas com autorização especial da autoridade competente, a quem caberá determinar o replantio, oportunidade, extensão e intensidade da exploração.

Parágrafo único — Em tais casos, terá direito o proprietário à indenização de perdas e danos comprovados, tal seja o regimen especial a que ficar subordinado.

Art. 12 — Em cada município do Estado haverá um ou mais agentes florestais, que servirão gratuitamente e serão nomeados, dentre as pessoas idôneas da região, pelo Diretor do Serviço de Fomento da Produção Vegetal.

§ 1.º — Constitue serviço relevante o exercício regular de agente florestal por mais de dois anos.

§ 2.º — Nos municípios onde mais necessária se fizer a fiscalização, haverá um agente remunerado pelos cofres municipais, e nomeado mediante a indicação do prefeito.

Art. 13 — Incumbe aos agentes florestais:

- 1 — exercer rigorosa fiscalização nas suas respectivas zonas, para que este decreto-lei seja fielmente cumprido;
- 2 — prestar as informações que lhes forem solicitadas pelo Serviço de Fomento da Produção Vegetal;
- 3 — executar medidas e instruções que lhes forem determinadas pelo Serviço de Fomento da Produção Vegetal;
- 4 — lavrar os autos de infração e tomar as medidas que se fizerem necessárias à sua prova.

Art. 14 — Constitue infração o ato, ou omissão, contrários a este decreto-lei, incorrendo os responsáveis nas sanções adiante enunciadas.

Art. 15 — Todo aquele que atentar contra as florestas consideradas protetoras, de acôrdo com as utilidades de-

terminadas no art. 2.º e por outra forma que não a já prevista na alínea g do artigo 22 do Código Florestal Federal, pagará a multa de 50\$000 a 2:000\$000, variável de acordo com a extensão do dano verificado.

Art. 16 — Pela não observância do artigo 4 e seu parágrafo, serão multados em 20\$000 por unidade de essências não replantadas, os proprietários de florestas de rendimento em exploração.

Art. 17 — As multas serão aplicadas pelo Secretário da Fazenda e Agricultura e, toda a vez que houver reincidência, serão elevadas ao dôbro.

§ 1.º — Os autos de infração serão lavrados pelos funcionários do Serviço de Fomento da Produção Vegetal ou pelos agentes florestais, e assinados por duas testemunhas e pelo infrator, si quiser.

§ 2.º — Após a lavratura do auto de infração será êle encaminhado à exatoria estadual competente, para ser devidamente processado, afi permanecendo pelo prazo de 15 dias, contados da data da intimação para que o autuado apresente defesa.

§ 3.º — A intimação será feita pelo autuante, no próprio auto, quando êste fôr lavrado em presença do infrator ou de quem o represente e por êle assinado, e pelo exator, mediante carta registrada ou publicação no Diário Oficial.

§ 4.º — Findo o prazo estabelecido no § 3.º com a defesa ou sem ela, e neste caso se lavrará termo de preempção, será o processo encaminhado à Secretaria da Fazenda, para julgamento.

§ 5.º — Da decisão proferida não haverá recurso.

§ 6.º — As multas impostas serão cobradas executivamente, depois de devidamente inscritas como dívida ativa do Estado.

Art. 18 — A renda das multas terá aplicação especial no ensino agrícola.

Art. 19 — O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 11 de julho de 1938.

NERÊU RAMOS

Altamiro Guimarães

## TECIDOS E ARTEFACTOS

Vai dia a dia se impondo nos mercados consumidores essa indústria catarinense. Dedicam-se-lhe já 43 fábricas, assim distribuídas pelo Estado:

LOCALIZAÇÃO	ESPÉCIE					
	Fiação	Tecidos de algodão	Tecidos de malhameias	Rendas e bordaços	Tecidos de lã	Cederços e filãs
Blumenau . . . . .	2	4	2	—	2	2
Brusque . . . . .	2	4	1	1	—	1
Joinville . . . . .	1	3	7	1	1	3
Itaiópolis . . . . .	1	—	—	—	—	—
Nova Trento . . . . .	1	—	—	—	—	—
Itajaí . . . . .	—	2	—	—	—	—
São Bento . . . . .	—	—	1	—	—	—
Florianópolis . . . . .	—	—	—	1	—	—

## ARROZ

De ano para ano avoluma-se e aperfeiçoa-se a sua produção.

Alcançou no ano passado preço elevadíssimo, como se vê do valor oficial, o qual não exprime ainda a realidade, porque assenta na pauta, base do imposto de exportação e que lhe é sempre inferior.

São expressivos êstes algarismos da exportação:

ANO	QUANTIDADE	VALOR
1933 . . . . .	9.508.511	3.823:465\$000
1934 . . . . .	10.471.724	4.112:751\$000
1935 . . . . .	13.305.925	5.269:518\$000
1936 . . . . .	14.583.280	8.407:557\$000
1937 . . . . .	15.360.882	15.680:964\$800

## ERVA-MATE

Foi o ano de 1937 o de maior exportação no quinquênio.

Atestam-no êstes algarismos, destacados pela espécie do produto:

Ano	INTERIOR			EXTERIOR		
	Beneficiada	Cancheada	Total em kg.	Beneficiada	Cancheada	Total em kg
1933	731.566	1.039.170	1.770.736	4.091.013	7.274.616	11.366.629
1934	257.835	582.983	840.818	3.610.039	9.739.715	13.349.754
1935	436.784	390.165	826.949	3.492.740	8.123.832	11.616.572
1936	546.865	929.852	1.476.717	4.328.661	6.802.031	11.130.692
1937	432.160	808.618	1.240.778	4.098.490	9.128.401	13.226.891

Pôsto aumentasse a exportação, não saiu toda a safra. Manteve-se, por isso, de acôrdo com o Paraná, em dois meses o período de corte.

A criação do Instituto Nacional do Mate (decreto-lei n. 375), descortinou possibilidades novas para a sua indústria e comércio. Já na mensagem que ao Poder legislativo dirigí em 1936, punha em relêvo a urgência dessa criação, que só uma organização nacional, desprovida de regionalismos rivalizantes, poderia coordenar as providências indispensáveis à defesa da produção e à propaganda e ao comércio do mate.

## AÇUCAR E AGUARDENTE

Ambos os produtos tiveram acrescida a sua exportação.

Da saída do primeiro dizem os seguintes algarismos referentes ao último quinquênio:

ANO	QUANTIDADE	VALOR
1933 . . . . .	4.290.368	1.455:265\$000
1934 . . . . .	6.192.891	1.917:438\$000
1935 . . . . .	6.289.560	2.047:982\$000
1936 . . . . .	8.162.266	2.815:332\$000
1937 . . . . .	9.880.485	5.393:737\$200

Foram as do quadro abaixo as espécies exportadas no ano findo:

ESPECIE	Unid.	Quantidade	Valor
Açúcar cristal . . . . .	Kg.	9.962	7:969\$600
Açúcar mascavo e mascavinho	"	7.344.921	3.535:994\$400
Açúcar mascavo e mascavinho .	"	2.413.996	1.774:331\$400
Açúcar não especificado . . .	"	111.606	75:441\$800
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>Kg.</b>	<b>9.880.485</b>	<b>5.393:737\$200</b>

A maior quantidade saiu pelo pôrto de Florianópolis.

### Aguardente

Expressam a exportação dêsse produto êstes dados:

ANO	QUANTIDADE	VALOR
1933 . . . . .	257.691 litros	265:691\$000
1934 . . . . .	216.382 "	216:382\$000
1935 . . . . .	145.155 "	145:155\$000
1936 . . . . .	362.645 "	362:645\$000
1937 . . . . .	616.170 "	617:941\$200

As exatorias por onde mais se escoou o produto foram as de Jaraguá — 248.060 litros; Bananal — 116.288; Florianópolis — 17.512 e Itajaí — 17.500.

Para dificultar a entrada dêsse produto, o Paraná criou a taxa bromatológica, que outra coisa não representa que uma barreira comercial criada entre duas unidades da Federação.

## BANHA

Cresceu tambem a exportação da banha, sobretudo da refinada ou frigorificada. E' que se estimulou a saída com favores especiais, mediante cláusulas fixadas em contratos com o Estado.

Os produtos suínos entraram com as seguintes qualidades e valores nos quadros da nossa exportação:

Carne de porco, fumada . . . .	1.016.361 kg.	813:147\$100
Linguiça . . . . .	88.464 "	262:285\$200
Miudos . . . . .	111.559 "	69:596\$900
Presunto . . . . .	85.855 "	429:262\$500
Salame . . . . .	174.390 "	784:755\$400
Toucinho . . . . .	148.122 "	296:243\$000
<hr/>		<hr/>
Soma . . . . .	1.624.751 kg.	2.655:290\$100

## TRIGO

O plantío do trigo vai se intensificando animadoramente. De há muito está feita a experiência da propriedade das nossas terras para essa cultura. Assim o compreendeu o illustre Ministro da Agricultura, senhor Fernando Costa, que, dando orientação prática ao problema, resolveu instalar desde já no Estado uma estação experimental e dois campos ou postos de multiplicação de sementes. As terras já foram escolhidas pelo engenheiro-agronomo Ariosto Peixoto, destacado para aqui dirigir o serviço.

O govêrno do Estado e os dos municípios colaborarão nessa obra patriótica, que se não compreende importemos do exterior aquilo que, com facilidade, poderemos produzir. O que é de mister é pôr de lado discussões estereis, para enfrentar o problema com o propósito sadio de lhe dar solução definitiva.

Assim pensando, concretizou o Estado a sua colaboração neste decreto-lei:

### Decreto-lei n. 145

Autoriza a Fazenda estadual a adquirir um terreno no município de Canoinhas

O Doutor Nerêu Ramos, Interventor federal no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 181 da Constituição da República,

Considerando que o Estado deve, no interêsse da sua própria economia, cooperar com o Govêrno federal na campanha de incremento ao plantío do trigo;

Considerando que ao êxito dessa campanha, indispensáveis são os campos ou postos de multiplicação de sementes;

Considerando que o município de Canoinhas foi escolhido pelo técnico do Ministério da Agricultura para sede de um desses postos,

#### D E C R E T A :

Art. 1 — Fica a Fazenda do Estado autorizada a adquirir, no município de Canoinhas, terreno apropriado à instalação dum pôsto de multiplicação de sementes.

Art. 2 — No ato da aquisição será a Fazenda do Estado representada pelo Promotor público da comarca.

Art. 3 — Abrir-se-á para essa aquisição o crédito especial de duzentos contos de réis.

Art. 4 — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Govêrno, em Florianópolis, 23 de julho de 1938.

NEREÚ RAMOS

Altamiro Guimarães

O Estado, em 1937, distribuiu entre os lavradores regular quantidade de sementes de trigo, devidamente imunizadas, dependendo nisso 45:997\$000.

#### VINHO

O vinho catarinense vai penetrando os mercados com facilidade. Denunciam-no as cifras de sua exportação. Em 1934 foram exportados 568.869 litros. Em 1937 — 1.903.608.

#### FUMO

Cresceu muito a exportação dêsse produto e de seus derivados, tanto para o interior, como para o exterior.

A' semelhança do que têm feito outras unidades da Federação, cogita o govêrno de classificar e padronizar as qualidades exportáveis, no sentido de assegurar mercados consumidores.

## MANDIOCA

A exportação da farinha de mandioca, empós ter decrescido sensivelmente em 1935, começou no ano seguinte de elevar-se em maneira animadora. No ano que findou menor foi a quantidade exportada, mas subiu de muito o valor do produto.

Os principais centros produtores são os municípios de Laguna, Jaguaruna, Tijucas, Blumenau, Araranguá, Imaruí, Palhoça, Itajaí, Joinvile e Tubarão.

Além da farinha, serve a mandioca à fabricação do polvilho e da tapioca.

Aquele aumentou no ano findo a sua exportação. Não assim a tapioca, que diminuiu bastante.

### ESTABELECIMENTOS FABRÍS EXISTENTES NO ESTADO, EM 1936

O Departamento de estatística e publicidade distribuiu à imprensa, em novembro do ano passado, o seguinte comunicado que bem diz do desenvolvimento industrial do Estado:

“O trabalho que nos propusemos divulgar sôbre os estabelecimentos fabrís existentes no Estado, em 1936, recomenda-se pelos seus algarismos, que, em dias não remotos, farão que Santa Catarina apareça, prosseguindo neste surto progressista que vem animando toda a indústria nacional, entre as unidades mais industrializadas da Federação.

Si compararmos os algarismos a que óra nos referimos, com os de alguns anos passados, verificaremos que uma ascendência sensível e contínua nos leva a afirmar, com convicção consciente e segura, que, dentro de poucos anos, o nosso “parque industrial” terá duplicado o número atual das suas fábricas.

O aparecimento de novas indústrias e a aceitação que têm alcançado as manufaturas de origem catarinense, corroboram a nossa afirmativa.

Já por todo o Brasil são conhecidos os produtos da nossa indústria, mórmente os de origem animal — banha, manteiga, queijo e conservas —, bem como os de fiação e tecelagem, que gozam de invejável preferência nos mercados do país.

De acôrdo com o cadastro levantado por esta Repartição e baseado no lançamento do imposto de indústrias e profissões, feito pelo Tesouro do Estado, no exercício de 1936, o número de fábricas eleva-se a 3.418. Cumpre salientar, entretanto, que nesta soma não foram incluídas as fábricas que estão isentas do aludido imposto. Aliás, êste privilégio abrange um número apreciável de estabelecimentos.

Para que melhor se aquilate o desenvolvimento a que acabamos de nos referir, apresentamos um quadro demonstrativo, segundo a natureza das indústrias:

Natureza das indústrias	Total	Natureza das indústrias	Total
Indústrias de madeira . .	1.235	Indústrias textis . . . . .	61
Indústrias da alimentação	1.148	Indústrias de metalur-	
Cerâmica . . . . .	404	gia . . . . .	56
Indústrias do mobiliário	136	Indústrias de luxo . . .	45
Indústrias de couro, pe-		Indústrias de edificação	39
les, etc. . . . .	90	Construção de aparelhos	
Produção e transmissão		de transporte . . . . .	34
de forças físicas . . .	76	Indústrias do vestuário e	
Produtos químicos pro-		toucador . . . . .	24
priamente ditos e pro-			
ductos análogos . . . .	70	SOMA . . . . .	3.418

Por esta discriminação, ocupam os primeiros lugares, entre as indústrias de maior vulto, a da madeira, a da alimentação, a da cerâmica e a do mobiliário.

Vejamos, por exemplo, a produção de conservas entregues ao consumo público, que, de 300 quílos, em 1928, no valor de 1:000\$000, subiu a 367.900 quílos, em 1934, no valor de . . . . 1.104:000\$000.

Quanto à produção de manteiga, ocupa Santa Catarina o 3.º lugar, com 1.320.700 quílos, no valor de 7.660:000\$000.

E' de notável valor econômico, também, apesar de serem poucas as fábricas, a indústria de tecidos.

O Estado é suplantado, apenas por São Paulo e Pernambuco, na produção de manufaturas de algodão.

Damos a seguir, em ordem decrescente, o número de fábricas, por município:

MUNICÍPIOS	N.º de fábricas	MUNICÍPIOS	N.º de fábricas
Blumenau . . . . .	266	Palhoça . . . . .	58
Rio do Sul . . . . .	262	Nova Trento . . . . .	56
Joinville . . . . .	232	Cresciúma . . . . .	55
Jaraguá . . . . .	170	Xapecó . . . . .	54
Hamônia . . . . .	158	São José . . . . .	54
Campos Novos . . . . .	146	Bom Retiro . . . . .	48
Brusque . . . . .	131	São Francisco do Sul . .	46
Itajaí . . . . .	127	Itaiópolis . . . . .	43
Tubarão . . . . .	121	Laguna . . . . .	43
Indaial . . . . .	108	Orleans . . . . .	43
Caçador . . . . .	96	Biguassú . . . . .	40
Mafra . . . . .	94	Gaspar . . . . .	34
Canoinhas . . . . .	91	Campo Alegre . . . . .	23
Timbó . . . . .	87	Imaruí . . . . .	22
Urussanga . . . . .	86	Lages . . . . .	21
Araranguá . . . . .	83	Camboriú . . . . .	18
Cruzeiro . . . . .	83	Jaguaruna . . . . .	18
Tijucas . . . . .	82	Paratí . . . . .	15
Florianópolis . . . . .	75	Curitibanos . . . . .	10
São Bento . . . . .	72	São Joaquim . . . . .	10
Pôrto União . . . . .	69	Pôrto Belo . . . . .	8
Concórdia . . . . .	60	TOTAL . . . . .	3.418

## A PEQUENA PROPRIEDADE EM SANTA CATARINA

O regime da pequena propriedade é o que, desde muito, vem assinalando o território catarinense, segundo se vê dêste outro comunicado:

“A fragmentação do território catarinense em pequenas propriedades rurais data dos primeiros tempos de seu povoamento.

Os poucos latifúndios concedidos no tempo da Colônia em forma de “sesmarias”, não tiveram a prosperidade daqueles do norte do Brasil, porisso que exigiam, para sua exploração, grandes capitais, o que não possuíam seus proprietários. Foram em breve, retalhados.

Desde cedo, pois, o povoamento de Santa Catarina determinou a pequena propriedade que, se não trouxe imediatos resultados, veio colocar, hoje em dia, a riqueza catarinense entre as melhores distribuídas no Brasil, comparável, sob quasi todos os aspectos, ao que se dá na França.

A colonização aqui praticada, com seu sistema de venda de um lote de 25.000 m.2 de terras a cada colôno, disseminou, mais e mais, a pequena propriedade.

Face a um quadro levantado por êste Departamento, com elementos colhidos no lançamento do imposto territorial, verificam-se alguns dados interessantes com referência à repartição da gleba, atualmente, em Santa Catarina.

Assim, em 1936, havia, no Estado, 157.599 propriedades rurais, pertencentes a 124.145 proprietários, com a área total de 8.139.021 hectares, avaliadas em 356.017 contos, excluídas as benfeitorias. Daí a área média de 516.438 m.2 para cada propriedade e o preço médio de 43\$700 por hectare. Calculada a população para 31-XII-1936, em 1.012.424, obtem-se o elevado coeficiente de 1 propriedade para 6 habitantes.

Os municípios de menores propriedades são Florianópolis e Pôrto Belo, justamente os de população mais densa, a-quele com propriedades médias de 27.580 m.2 e êste de 50.436. As maiores propriedades encontram-se nos municípios de Lages, Curitibaanos e Xaçecó, que apresentam médias superiores a 1.500.000 m.2.

Em 14 municípios, quer dizer, na terça parte do Estado, porém, as médias são inferiores a 200.000 m.2.

O município de Orleans, sem causa aparente, oferece uma particularidade interessante: a média de suas propriedades atinge a 656.970 m.2, área relativamente grande e que está muito acima da dos municípios que têm a mesma densidade demográfica (19 habitantes por km2.): em Nova Trento ela é de 208.309 m.2, em São Francisco do Sul de 367.416 m.2, em Urussanga de 255.730 m.2.

Nove municípios apresentam propriedades cuja área média vai além de 1.000.000 de m.2. Ei-los: Xapecó (4.820.730 m.2), Curitibaanos (2.128.104 m.2), Lages (1.628.532 m.2), São Joaquim da Costa da Serra (1.453.845 m.2), Caçador . . . . . (1.312.572 m.2), Cruzeiro (1.259.062 m.2), Concórdia . . . . . (1.233.523 m.2), Pôrto União (1.156.585 m.2) e Bom Retiro (1.010.233 m.2). São êstes municípios considerados latifundiários devido o predomínio de propriedades maiores de 100 hectares. Mas, atendendo-se a que a maioria dêsses municípios é de povoamento recente, com grandes áreas em poder de companhias colonizadoras que as estão vendendo em pequenos lotes, e é o caso de Xapecó, Curitibaanos, Caçador, Cruzeiro, Concórdia e Pôrto União, verifica-se que sómente nos municípios de Lages, São Joaquim e Bom Retiro há efetivamente grandes propriedades rurais. As condições existenciais dessas comunas residem, entretanto, justamente, na grande propriedade rural. E' que nelas se faz criação intensiva de gado.

Os municípios de maior número de propriedades são Florianópolis com 8.871, Palhoça com 7.787 e Tubarão com 7.193. Os que têm menos são Campo Alegre e Jaguaruna com, respectivamente, 882 e 1.097 propriedades.

Quanto ao valor venal total, das propriedades, figuram em primeiros lugares os municípios de Lages, Cruzeiro e Campos Novos, com, respectivamente, 36.661 contos de réis, 20.400 e 19.599. Em últimos lugares aparecem Pôrto Belo, Paratí e Gaspar, cujas propriedades alcançam o valor total de 1.092, 1.578 e 1.612 contos de réis.

As terras mais valorizadas são as do município de Joinville, onde um hectare vale 204\$700. Seguem-se-lhe Florianópolis (184\$100), Jaraguá (105\$500) e Pôrto Belo (100\$600).

Mais baratas são as dos municípios de Xapecó e Curitibaanos onde um hectare custa, respectivamente, 19\$800 e 25\$400".

Tendo em vista os dados do Tesouro, concernentes ao ano de 1936, organizou ainda o Departamento de Estatística o seguinte quadro, por município, da área e valor das propriedades rurais sujeitas ao imposto territorial e do número dos respectivos proprietários:

MUNICÍPIOS	Número de propriedades	Número de proprietários	Área em m2.	Valor total das propriedades lançadas
Araranguá . . . . .	6.312	4.704	2.024.366.280	12.649:760\$000
Biguassú . . . . .	2.899	2.895	442.475.021	3.376:493\$000
Blumenau . . . . .	6.409	4.751	1.011.823.572	8.958:862\$257
Bom Retiro . . . . .	2.528	1.684	2.533.869.405	7.619:586\$500
Brusque . . . . .	2.502	2.502	894.817.139	4.610:186\$000
Caçador . . . . .	1.547	1.419	2.030.553.498	8.230:185\$000
Camboriú . . . . .	3.021	1.765	217.273.525	1.774:798\$500
Campo Alegre . . . . .	882	874	416.623.550	4.044:600\$000
Campos Novos . . . . .	5.965	4.918	4.292.916.753	19.598:867\$500
Canoinhas . . . . .	6.005	4.488	3.186.990.159	15.906:516\$032
Concórdia . . . . .	1.649	1.648	2.034.082.335	7.494:909\$000
Cresciúma . . . . .	1.918	1.918	815.346.636	5.128:020\$000
Cruzeiro . . . . .	4.022	3.358	5.063.950.448	20.400:113\$451
Curitibanos . . . . .	2.327	1.174	4.952.104.439	12.862:825\$000
Florianópolis . . . . .	8.871	6.270	244.672.995	4.504:972\$000
Gaspar . . . . .	2.326	1.485	310.463.656	1.611:780\$000
Hamônia . . . . .	2.911	2.159	1.177.008.333	4.824:350\$000
Imaruí . . . . .	2.314	2.314	556.156.267	2.972:010\$400
Indaial . . . . .	3.224	2.181	513.134.438	2.900:817\$400
Itaiópolis . . . . .	3.108	2.148	1.696.354.283	5.598:322\$000
Itajaí . . . . .	7.424	4.829	1.027.255.420	6.213:626\$000
Jaguaruna . . . . .	1.097	1.090	265.034.725	1.946:900\$000
Jaraguá . . . . .	3.802	3.490	660.087.123	6.965:442\$000
Joinville . . . . .	4.488	4.241	459.475.529	9.404:112\$000
Lages . . . . .	5.562	5.235	9.057.900.342	36.661:470\$743
Laguna . . . . .	3.534	2.524	435.180.076	2.572:050\$000
Mafra . . . . .	6.467	3.924	2.309.715.892	12.090:046\$697
Nova Trento . . . . .	1.662	1.214	346.211.735	1.986:303\$000
Orleans . . . . .	1.304	1.299	856.687.814	4.781:604\$289
Palhoça . . . . .	7.787	5.608	1.759.059.656	9.394:469\$000
Paratí . . . . .	1.899	1.772	430.497.628	1.577:771\$500
Pôrto Belo . . . . .	2.152	1.134	108.544.148	1.091:708\$000
Pôrto União . . . . .	2.240	2.024	2.590.746.784	12.584:536\$100
Rio do Sul . . . . .	3.296	3.227	2.751.032.685	9.924:200\$000
São Bento . . . . .	1.800	1.636	962.937.815	4.959:830\$000
São Francisco . . . . .	1.711	1.259	628.651.251	2.577:400\$000
São Joaquim . . . . .	2.437	2.134	3.543.017.240	12.062:599\$798
São José . . . . .	4.020	3.956	683.857.895	5.812:545\$300
Tijucas . . . . .	6.962	4.618	922.873.775	8.047:915\$100
Timbó . . . . .	4.664	3.922	1.216.289.012	6.206.297\$000
Tubarão . . . . .	7.193	4.958	1.370.542.647	12.417:862\$890
Urussanga . . . . .	2.462	2.030	628.729.705	4.075:870\$000
Xaçepó . . . . .	2.896	2.826	13.960.895.129	27.594:830\$817
ESTADO . . . . .	157.599	124.145	81.390.206.758	356.017:364\$300

## FINANÇAS DO ESTADO

A receita do Estado vem acompanhando, com êle sincronizada, o surto economico que o vitaliza e anima. Sem agravação exagerada da tributação, que é ainda, *per capita*, das menores do país, há crescido em maneira apreciável.

Ao assumir o govêrno em 1935, deparei a receita orçada em 18.880:000\$000. Elevou-se, porém, a arrecadação do exercício a 21.060:278\$332.

No exercício seguinte, a despeito das alterações orçamentárias determinadas pela Constituição de 16 de julho, subiu a receita a 24.850:282\$411, nela incluída a quantia de . . . . . 1.968:655\$900, de restituição da União ao Estado.

Em 1937, numa evidência irrecusável de expansão das forças vitais do Estado, apresentou-se grandemente aumentada. Em verdade, orçada em 25.581:305\$100, atingiu a receita 31.350:975\$100.

Dessa importância, para que se tenha a arrecadação exata, mister se torna deduzir a de 1.031:344\$100, recebida da União, por saldo do empréstimo feito em 1934, por conta do govêrno federal, à Estrada de ferro Santa Catarina.

Em 1916 foi a arrecadação de apenas 3.660:400\$822. No ano em curso, si circunstâncias imprevistas não aparecerem, excederá ela a 36 mil contos, pois os oito meses decorridos já asseguraram ao erário recursos superiores à receita total do ano de 1936.

Assim que, seriam excelentes as finanças do Estado, pois que tenho governado com saldos orçamentários efetivos e reais, e sem a emissão de uma apólice sequer, si sôbre elas não pesasse o gravame de considerável dívida externa, de pagamento em boa hora suspenso com o fito de acelerar, mediante realizações de natureza reprodutiva, o ritmo do nosso desenvolvimento econômico.

Si o govêrno, como lhe cumpre, tomar tento em que as despesas não ultrapassem a receita e, por fiscalisação persistente e severa, impedir a evasão das rendas publicas, os recursos orçamentários de si mesmos lhe garantirão, a êle, a possibilidade de atender aos mais instantes problemas da atualidade catarinense, desembaraçada como está a atividade administrativa das injunções políticas e partidárias pelo regime que a Carta de 10 de novembro instituiu.

O quadro subsequente põe em confronto a arrecadação dos dois últimos exercícios, especificando os títulos que a constituem:

Títulos da receita	ARRECADADA EM		+ Maior arrecadação
	1936	1937	- Menor arrecadação
Imp. de indúst. e prof. . . . .	2.436:663\$200	2.879:583\$800	+ 442:920\$600
Imposto de exportação para o interior e exterior	6.334:281\$100	8.327:561\$900	+ 1.993:280\$800
Imposto de expediente para o interior e exterior	254:323\$800	310:173\$700	+ 55:844\$900
Taxa judiciária . . . . .	316:412\$900	397:736\$800	+ 81:323\$900
Emolumentos sobre títulos de terras . . . . .	3:933\$300	4:466\$200	+ 532\$900
Imposto do sêlo estadual	971:816\$300	1.117:589\$800	+ 145:773\$500
Imposto de patente por venda de bebidas e fumo . . . . .	491:021\$300	602:149\$000	+ 111:127\$700
Imp. de heranças e legados . . . . .	163:202\$000	201:536\$700	+ 38:334\$700
Imposto de transmissão de propriedades . . . . .	1.659:360\$100	2.038:921\$400	+ 379:561\$300
Imposto territorial . . . . .	3.491:893\$200	3.591:802\$900	+ 99:909\$700
Imposto sobre vendas e consignações . . . . .	3.306:581\$400	5.662:233\$600	+ 2.355:652\$200
Imposto de consumo sobre combustíveis de motor de explosão . . . . .	577:286\$100	1.195:446\$700	+ 618:160\$600
Taxa de esgotos da Capital . . . . .	98:628\$200	115:218\$400	+ 16:590\$200
Taxa de consumo d'água da Capital . . . . .	196:329\$200	225:540\$900	+ 29:211\$700
Taxa de consumo de luz e energia elétrica da Palhoça . . . . .	20:916\$900	10:927\$600	- 9:989\$300
Renda da Penitenciária da Pedra Grande . . . . .	12:699\$300	9:741\$900	- 2:957\$400
Dívida colonial e venda de terras . . . . .	44:440\$700	136:481\$500	+ 92:040\$800
Renda da Imp. Oficial . . . . .	216:460\$000	175:419\$100	- 41:040\$900
Taxa de matrícula e outras da Faculdade de Direito . . . . .	20:410\$900	28:806\$000	+ 8:395\$100
Taxa de metragem . . . . .	13:769\$700	22:053\$400	+ 8:283\$700
Renda do Serviço de Expansão Agrícola e Pastoral . . . . .	4:947\$400	3:308\$100	- 1:639\$300
Indenizações, restituições, dons gratuitos, etc. . . . .	2.362:959\$111	1.581:831\$400	- 781:127\$711
Auxílio do Governo Federal para nacionalização do ensino . . . . .	342:000\$000	342:000\$000	\$
Multas diversas . . . . .	192:596\$600	189:321\$300	- 3:275\$300
Cobrança da dívida ativa	763:610\$400	824:295\$300	+ 60:684\$900
Taxa de câis . . . . .	414:817\$600	436:152\$200	+ 21:334\$600
Imposto sobre exploração de jogos de azar . . . . .	138:916\$700	203:000\$000	+ 64:083\$300
Taxa de saúde . . . . .	\$	412:511\$500	+ 412:511\$500
Taxa do serviço de conservação e melhoria de estradas . . . . .	\$	305:164\$000	+ 305:164\$000
<b>Total . . . . .</b>	<b>24.850:282\$411</b>	<b>31.350:975\$100</b>	<b>+ 7.340:722\$600</b>
<b>Diferença a favor do exercício de 1937 . . . . .</b>		<b>24.850:282\$411</b>	<b>- 840:029\$911</b>
		<b>6.500:092\$689</b>	<b>+ 6.500:092\$689</b>

O quadro abaixo põe uma em frente da outra, a previsão e a arrecadação do exercício findo:

Títulos da receita	Orçada	Arrecadada		
			+ Maior arrecadação	- Menor arrecadação
Imp. de indúst. e prof. . . . .	2.800:000\$000	2.879:583\$800	+	79:583\$800
Imposto de exportação para o interior e exterior	6.000:000\$000	8.327:561\$900	+	2.327:561\$900
Imposto de expediente para o interior e exterior	300:000\$000	310:173\$700	+	10:173\$700
Taxa judiciária . . . . .	350:000\$000	397:736\$800	+	47:736\$800
Emolumentos sobre títulos de terras . . . . .	10:000\$000	4:466\$200	-	5:533\$800
Imposto do sêlo estadual	1.000:000\$000	1.117:589\$800	+	117:589\$800
Imposto de patente por venda de bebidas e fumo . . . . .	550:000\$000	602:149\$000	+	52:149\$000
Imp. de heranças e legados . . . . .	281:305\$100	201:536\$700	-	79:768\$400
Imposto de transmissão de propriedades . . . . .	1.500:000\$000	2.038:921\$400	+	538:921\$400
Imposto territorial . . . . .	3.500:000\$000	3.591:802\$900	+	91:802\$900
Imposto sobre vendas e consignações . . . . .	5.000:000\$000	5.662:233\$600	+	662:233\$600
Imposto de consumo sobre combustíveis de motor explosão . . . . .	550:000\$000	1.195:446\$700	+	645:446\$700
Taxa de esgotos da Capital . . . . .	135:000\$000	115:218\$400	-	19:781\$600
Taxa de consumo d'água da Capital . . . . .	240:000\$000	225:540\$900	-	14:459\$100
Taxa de consumo de luz e energia elétrica da Palhoça . . . . .	23:000\$000	10:927\$600	-	12:072\$400
Renda da Penitenciária da Pedra Grande . . . . .	10:000\$000	9:741\$900	-	258\$100
Dívida colonial e venda de terras . . . . .	70:000\$000	136:481\$500	+	66:481\$500
Renda da Imprensa Oficial . . . . .	180:000\$000	175:419\$100	-	4:580\$900
Taxa de matrícula e outras da Faculdade de Direito . . . . .	30:000\$000	28:806\$000	-	1:194\$000
Taxa de metragem . . . . .	10:000\$000	22:053\$400	+	12:053\$400
Renda do Serviço de Expansão Agrícola e Pastoral . . . . .	10:000\$000	3:308\$100	-	6:691\$900
Indenisações, restituições, dons gratuitos, etc. . . . .	400:000\$000	1.581:831\$400	+	1.181:831\$400
Auxílio do Governo Federal para a nacionalização do ensino . . . . .	342:000\$000	342:000\$000		\$
Multas diversas . . . . .	150:000\$000	189:321\$300	+	39:321\$300
Cobrança da dívida ativa	1.000:000\$000	824:295\$300	-	175:704\$700
Taxa de cais . . . . .	350:000\$000	436:152\$200	+	86:152\$200
Imposto sobre exploração de jogos de azar . . . . .	140:000\$000	203:000\$000	+	63:000\$000
Taxa de saúde . . . . .	150:000\$000	412:511\$500	+	262:511\$500
Taxa do serviço de conservação e melhoria de estradas . . . . .	500:000\$000	305:164\$000	-	194:836\$000
Total . . . . .	25.581:305\$100	31.350:975\$100	+	6.284:550\$900
		25.581:305\$100	-	514:880\$900
Diferença a favor do exercício de 1937 . . . . .		5.769:670\$000	+	5.769:670\$000

Estoutro mostra e compara a arrecadação em cada município:

MUNICÍPIOS	ARRECADADA EM		+	Maior arrecadação
	1936	1937	-	Menor arrecadação
1 Araranguá . . . . .	289:969\$600	394:838\$000	+	104:868\$400
2 Biguassú . . . . .	128:139\$600	124:397\$800	-	3:741\$800
3 Blumenau . . . . .	1.186:558\$000	1.755:887\$200	+	569:323\$200
4 Bom Retiro . . . . .	222:657\$200	260:216\$600	+	37:559\$400
5 Brusque . . . . .	326:704\$900	410:720\$300	+	84:013\$400
6 Caçador . . . . .	475:343\$100	744:598\$400	+	269:255\$300
7 Campos Novos . . . . .	1.792:094\$000	2.219:748\$900	+	427:654\$900
8 Canoinhas . . . . .	699:227\$100	949:556\$300	+	250:323\$200
9 Concórdia . . . . .	311:563\$200	445:134\$300	+	133:571\$100
10 Curitibaanos . . . . .	217:673\$700	282:904\$500	+	65:230\$800
11 Cruzeiro . . . . .	502:519\$100	779:270\$400	+	276:751\$300
12 Camboriú . . . . .	39:447\$100	51:600\$300	+	12:153\$200
13 Campo Alegre . . . . .	97:348\$600	93:909\$700	-	3:438\$900
14 Cresciuma . . . . .	161:502\$900	227:628\$100	+	66:125\$200
15 Florianópolis . . . . .	5.200:254\$511	4.772:119\$800	-	428:134\$711
16 Gaspar . . . . .	87:667\$800	129:881\$900	+	42:214\$100
17 Hamônia . . . . .	250:421\$400	268:065\$700	+	17:643\$900
18 Itajaí . . . . .	1.816:965\$800	2.447:575\$900	+	630:610\$100
19 Itaiópolis . . . . .	121:949\$800	141:396\$900	+	19:447\$100
20 Imaruí . . . . .	58:272\$100	84:131\$700	+	25:859\$600
21 Indaial . . . . .	196:774\$700	288:609\$800	+	91:835\$100
22 Jaguaruna . . . . .	47:029\$000	63:319\$400	+	16:290\$400
23 Jaraguá . . . . .	711:277\$400	926:729\$000	+	215:451\$600
24 Joinville . . . . .	1.691:262\$700	2.247:910\$500	+	556:647\$800
25 Lages . . . . .	709:309\$100	835:909\$200	+	126:600\$100
26 Laguna . . . . .	1.393:258\$600	1.745:499\$600	+	352:241\$000
27 Mafra . . . . .	413:609\$000	525:972\$400	+	112:363\$400
28 Nova Trento . . . . .	58:203\$800	68:073\$000	+	9:869\$200
29 Orleans . . . . .	139:459\$900	165:833\$700	+	26:373\$800
30 Palhoça . . . . .	238:364\$900	270:248\$400	+	31:883\$500
31 Parati . . . . .	44:372\$200	67:279\$400	+	22:907\$200
32 Pôrto Belo . . . . .	26:753\$600	28:637\$300	+	1:883\$700
33 Pôrto União . . . . .	464:243\$200	514:810\$800	+	50:567\$600
34 Rio do Sul . . . . .	458:391\$300	650:119\$100	+	191:727\$800
35 Rodeio . . . . .	\$	131:678\$800	+	131:678\$800
36 São Bento . . . . .	319:003\$600	402:650\$200	+	83:646\$700
37 São Francisco . . . . .	2.126:064\$900	3.539:714\$400	+	1.413:649\$500
38 São Joaquim . . . . .	257:508\$200	273:545\$200	+	16:037\$000
39 São José . . . . .	169:916\$500	244:393\$100	+	74:476\$600
40 Tijucas . . . . .	220:967\$900	323:032\$900	+	102:065\$000
41 Timbó . . . . .	265:141\$100	210:535\$300	-	54:605\$800
42 Tubarão . . . . .	408:246\$900	548:909\$800	+	140:662\$900
43 Urussanga . . . . .	132:808\$200	155:607\$900	+	22:799\$700
44 Xapencó . . . . .	372:035\$800	558:373\$100	+	166:337\$300
Total . . . . .	24.850:282\$411	31.350:975\$100	+	6.990:613\$900
		24.850:282\$411	-	489:921\$211
Diferença a favor do exercício de 1937 . . . . .		6.500:692\$689		6.500:692\$689

A arrecadação do triênio é assim expressa:

Títulos da receita	E X E R C Í C I O S		
	1935	1936	1937
Imp. de indúst. e prof. . . . .	2.798:111\$400	2.436:663\$200	2.879:583\$800
Imposto de exportação interior e exterior . . . . .	5.273:687\$300	6.334:281\$100	8.327:561\$900
Imposto de trânsito . . . . .	96:095\$100	\$	\$
Imposto de expediente — p. o interior e exterior . . . . .	185:300\$200	254:325\$300	310:173\$700
Imposto de viação férrea . . . . .	113:594\$100	\$	\$
Taxa judiciária . . . . .	353:000\$400	316:412\$900	307:736\$300
Emolumentos sôbre tftulos de terras . . . . .	3:351\$800	3:933\$300	4:466\$200
Imposto do selo estadual . . . . .	807:607\$000	971:816\$300	1.117:589\$300
Imposto de patente de bebidas e fumo . . . . .	719:458\$300	491:021\$300	602:149\$000
Imp. de heranças e legados . . . . .	204:757\$000	163:202\$000	201:536\$700
Imposto de transmissão de propriedade . . . . .	1.280:438\$000	1.659:360\$100	2.038:921\$400
Imposto territorial . . . . .	3.475:663\$700	3.491:893\$200	3.591:802\$900
Imposto sôbre vendas e consignações . . . . .	\$	3.306:581\$400	5.662:233\$600
Imposto sôbre capital hipotecário . . . . .	187:180\$700	\$	\$
Imposto sôbre movimento comercial e industrial . . . . .	881:817\$200	\$	\$
Taxa de viação terrestre . . . . .	366:622\$000	\$	\$
Imposto de consumo s/ combustíveis de motor de explosão . . . . .	448:234\$000	577:286\$100	1.195:446\$700
Taxa de esgotos da Capital . . . . .	101:933\$300	98:628\$200	115:218\$400
Taxa d'agua da Capital . . . . .	200:119\$400	196:329\$200	225:540\$900
Taxa de consumo de luz e energia eléctrica . . . . .	207:845\$200	20:916\$900	10:927\$600
Renda da ponte Hercílio Luz . . . . .	173:337\$200	\$	\$
Renda da Penitenciária . . . . .	5:157\$400	12:699\$300	9:741\$900
Dívida colonial e venda de terras . . . . .	98:112\$300	44:440\$700	136:481\$500
Renda da Imp. Oficial . . . . .	237:744\$900	216:460\$000	175:419\$100
Taxa de matrícula e outras da Faculdade de Direito . . . . .	\$	20:410\$900	28:806\$000
Taxa de metragem sôbre medições . . . . .	16:800\$800	13:769\$700	22:053\$400
Renda do Serv. de Exp. Agrícola e Pastoral . . . . .	7:203\$400	4:947\$400	3:308\$100
Indenizações, restituições, dons gratuitos, etc. . . . .	1.395:039\$632	2.362:959\$111	1.581:831\$400
Auxílio do Governo Federal p/ nacionalização do ensino . . . . .	\$	342:000\$000	342:000\$000
Multas diversas . . . . .	154:604\$100	192:596\$000	189:321\$300
Cobrança da dívida ativa . . . . .	774:111\$200	763:610\$400	824:295\$300
Taxa de cáis . . . . .	370:613\$500	414:817\$600	436:152\$200
Imposto sôbre exploração de jogos de azar . . . . .	\$	138:916\$700	203:000\$000
Taxa de diversões . . . . .	112:707\$800	\$	\$
Taxa de saúde . . . . .	\$	\$	412:511\$500
Taxa de serviço de conservação de estradas . . . . .	\$	\$	305:164\$000
<b>Total . . . . .</b>	<b>21.060:278\$332</b>	<b>24.850:282\$411</b>	<b>31.350:975\$100</b>

Ressaltam os algarismos alinhados que as vigas mestras do orçamento estadual continuam sendo o imposto de exportação, o de vendas e consignações, o territorial, o de indústria e profissões e o de transmissão de propriedade.

O primeiro produziu nos últimos três anos esta renda, por município:

MUNICÍPIOS	1935	1936	1937	TOTAL
Araranguá . . . . .	3:971\$000	9:412\$800	8:364\$000	21:747\$800
Blumenau . . . . .	\$	\$	3:638\$500	3:638\$500
Caçador . . . . .	83:498\$700	206:710\$100	335:786\$000	625:994\$800
Campos Novos . . . . .	611:103\$700	1.101:821\$700	1.268:657\$800	2.981:583\$200
Canoinhas . . . . .	103:168\$900	131:843\$700	276:818\$200	516:830\$800
Concórdia . . . . .	15:770\$700	12:181\$900	15:653\$900	43:606\$500
Cruzeiro do Sul . . . . .	8:137\$600	10:997\$000	6:058\$000	25:192\$600
Campo Alegre . . . . .	558\$200	9:738\$000	12:242\$600	22:538\$800
Florianópolis . . . . .	210:811\$100	244:870\$400	286:530\$000	742:211\$500
Itajaí . . . . .	1.216:800\$900	1.284:806\$800	1.627:620\$600	4.129:228\$300
Jaraguá . . . . .	237:940\$700	339:822\$200	433:881\$700	1.011:644\$600
Joinville . . . . .	163:174\$300	256:109\$500	372:913\$100	792:196\$900
Lages . . . . .	8:241\$400	21:808\$100	18:559\$800	48:609\$300
Laguna . . . . .	658:788\$900	821:103\$000	1.009:284\$600	2.489:176\$500
Mafra . . . . .	62:948\$100	87:921\$400	101:667\$900	252:537\$400
Parati . . . . .	12\$700	196\$700	954\$700	1:164\$100
Pôrto União . . . . .	33:423\$400	78:498\$600	55:484\$400	167:406\$400
São Bento . . . . .	36:126\$200	38:478\$700	49:121\$200	123:726\$100
São Francisco . . . . .	1.376:150\$100	1.811:845\$200	2.552:372\$600	6.240:367\$900
São Joaquim . . . . .	2:154\$100	4:067\$600	2:465\$400	8:687\$100
Tijucas . . . . .	43:980\$600	53:973\$700	82:918\$200	180:872\$500
Xapecó . . . . .	77:226\$200	62:402\$800	116:742\$400	256:371\$400
Total . . . . .	5.458:987\$500	6.588:609\$900	8.637:735\$600	20.685:333\$000

O imposto de vendas e consignações, que começou de ser cobrado em 1936, apresentou os seguintes algarismos:

MUNICÍPIOS	1936	1937	TOTAL
	5\$000 por cento	6\$000 por cento	
Araranguá . . . . .	19:875\$100	68:244\$800	88:119\$900
Biguassú . . . . .	11:109\$100	20:330\$500	31:439\$600
Blumenau . . . . .	449:846\$300	729:796\$500	1.179:642\$800
Bom Retiro . . . . .	12:347\$700	26:009\$900	38:357\$600
Brusque . . . . .	135:265\$000	180:177\$600	315:442\$600
Caçador . . . . .	42:002\$800	78:061\$800	120:064\$600
Campo Novos . . . . .	166:672\$600	335:855\$900	502:528\$500
Canoinhas . . . . .	127:418\$200	215:677\$700	343:095\$900
Concórdia . . . . .	24:804\$800	68:607\$400	93:412\$200
Curitibanos . . . . .	3:717\$000	5:228\$100	8:945\$100
Cruzeiro . . . . .	48:139\$400	133:317\$900	181:457\$300
Camboriú . . . . .	3:219\$000	9:342\$100	12:561\$100
Campo Alegre . . . . .	5:744\$800	8:372\$200	14:117\$000
Cresciúma . . . . .	27:983\$200	73:821\$400	101:804\$600
Florianópolis . . . . .	383:604\$500	545:257\$700	928:862\$200
Gaspar . . . . .	19:327\$000	46:157\$400	65:484\$400
Hamônia . . . . .	41:540\$300	77:785\$900	119:326\$200
Itajaí . . . . .	164:393\$800	253:342\$600	417:736\$400
Itaiópolis . . . . .	9:911\$400	25:218\$600	35:130\$000
Imaruí . . . . .	6:064\$000	20:995\$400	27:059\$400
Indaial . . . . .	53:398\$400	98:088\$700	151:487\$100
Jaguaruna . . . . .	4:133\$300	13:372\$200	17:505\$500
Jaraguá . . . . .	80:359\$600	134:144\$600	214:504\$200
Joinville . . . . .	643:850\$000	909:996\$000	1.553:846\$000
Lages . . . . .	24:164\$100	58:796\$800	82:960\$900
Laguna . . . . .	190:042\$700	321:889\$600	511:932\$300
Mafra . . . . .	91:733\$200	143:672\$800	235:406\$000
Nova Trento . . . . .	3:036\$700	6:572\$400	9:609\$100
Orleans . . . . .	16:374\$200	32:522\$900	48:897\$100
Palhoça . . . . .	16:028\$300	37:045\$200	53:073\$500
Paratí . . . . .	13:941\$400	27:096\$900	41:038\$300
Pôrto Bélo . . . . .	1:491\$000	2:928\$100	4:419\$100
Pôrto União . . . . .	42:552\$300	59:698\$500	102:250\$800
Rio do Sul . . . . .	76:249\$800	164:245\$000	240:494\$800
Rodeio . . . . .	\$	32:047\$800	32:047\$800
São Bento . . . . .	90:029\$700	131:099\$100	221:128\$800
São Francisco . . . . .	61:389\$800	156:453\$500	217:843\$300
São Joaquim . . . . .	4:616\$400	8:421\$700	13:038\$100
São José . . . . .	14:023\$000	70:949\$400	84:972\$400
Tijucas . . . . .	22:740\$800	51:471\$600	74:212\$400
Timbó . . . . .	60:867\$600	85:405\$400	146:273\$000
Tubarão . . . . .	66:744\$900	132:740\$500	199:485\$400
Urussanga . . . . .	11:811\$000	35:836\$400	47:647\$400
Xapecó . . . . .	14:017\$200	26:137\$100	40:154\$300
Total . . . . .	3.306:581\$400	5.662:233\$600	8.968:815\$000

Em 1936 as transações atingiram, segundo demonstra o imposto arrecadado, 661.302:000\$000 e, no último exercício, 943.688:000\$000.

O imposto territorial arrecadado no triênio foi o que indica este quadro:

MUNICÍPIOS	1935	1936	1937	TOTAL
Araranguá . . . . .	94:756\$500	95:865\$000	98:934\$500	289:556\$000
Biguassú . . . . .	28:959\$000	26:731\$000	27:988\$000	83:678\$000
Blumenau . . . . .	99:088\$000	98:674\$500	103:861\$000	301:623\$500
Bom Retiro . . . . .	80:036\$500	83:336\$800	86:930\$700	250:304\$000
Brusque . . . . .	44:536\$000	42:458\$000	44:221\$000	131:215\$000
Caçador . . . . .	87:471\$000	87:868\$000	91:456\$000	266:795\$000
Campos Novos . . . . .	215:508\$000	220:210\$000	196:422\$500	632:135\$500
Canoinhas . . . . .	167:184\$000	165:703\$000	170:070\$000	502:957\$000
Coneórdia . . . . .	124:098\$000	125:684\$000	139:378\$000	389:160\$400
Curitibanos . . . . .	142:940\$000	141:876\$000	145:842\$000	430:658\$000
Cruzeiro . . . . .	191:411\$000	204:948\$500	221:137\$000	617:526\$500
Camboriú . . . . .	18:601\$500	14:668\$500	16:153\$000	47:423\$000
Campo Alegre . . . . .	24:052\$500	27:623\$500	30:014\$500	81:690\$500
Cresciana . . . . .	54:562\$000	56:508\$000	57:913\$000	168:981\$000
Florianópolis . . . . .	25:355\$500	27:974\$000	32:865\$500	96:195\$000
Gaspar . . . . .	23:065\$000	27:789\$000	28:225\$000	85:079\$000
Harmonia . . . . .	58:020\$000	57:791\$500	54:299\$000	170:110\$500
Itajaí . . . . .	59:647\$500	53:562\$500	53:872\$000	167:082\$000
Itaiópolis . . . . .	48:206\$000	49:217\$000	52:088\$500	149:511\$500
Imaruí . . . . .	25:804\$000	27:343\$000	27:652\$500	80:799\$800
Indaial . . . . .	42:009\$500	32:399\$000	33:975\$000	108:383\$500
Jaguaruna . . . . .	16:703\$500	17:757\$000	19:346\$500	53:807\$000
Jaraguá . . . . .	73:675\$000	73:531\$000	76:382\$000	223:588\$000
Joinville . . . . .	92:685\$500	92:803\$000	97:055\$500	282:544\$000
Lages . . . . .	369:584\$000	369:380\$000	370:480\$000	1.109:444\$000
Laguna . . . . .	33:203\$000	32:860\$000	32:777\$000	98:840\$000
Mafra . . . . .	67:156\$000	63:281\$000	64:333\$000	194:770\$000
Nova Trento . . . . .	21:792\$000	21:417\$000	22:143\$000	65:352\$000
Orleans . . . . .	55:027\$000	54:374\$000	53:895\$000	163:296\$000
Palhoça . . . . .	88:519\$500	85:848\$500	86:414\$500	260:782\$500
Parati . . . . .	8:419\$800	7:145\$300	7:918\$000	23:483\$100
Pôrto Bêlo . . . . .	10:738\$500	10:039\$000	11:009\$500	31:787\$000
Pôrto União . . . . .	177:813\$500	175:411\$500	172:837\$700	526:062\$700
Rio do Sul . . . . .	97:610\$500	114:221\$000	119:114\$500	330:946\$000
Rodeio . . . . .	\$	\$	33:466\$500	33:466\$500
São Bento . . . . .	47:348\$000	48:485\$000	52:023\$000	147:856\$000
São Francisco . . . . .	24:529\$000	23:554\$000	23:570\$500	71:653\$500
São Joaquim . . . . .	140:919\$500	144:146\$800	146:301\$000	431:367\$300
São José . . . . .	56:060\$500	53:171\$800	54:330\$500	163:562\$800
Tijucas . . . . .	45:297\$000	42:343\$000	43:225\$500	130:865\$500
Timbó . . . . .	48:879\$300	62:136\$000	28:940\$000	139:955\$300
Tubarão . . . . .	126:292\$000	126:106\$500	129:672\$000	382:070\$500
Urussanga . . . . .	47:084\$000	47:816\$500	48:254\$500	143:155\$000
Xapecó . . . . .	156:983\$400	157:836\$500	185:014\$500	499:840\$400
Total . . . . .	3.475:662\$700	3.491:893\$200	3.591:802\$900	10.559:359\$800

O aumento tem sido insignificante por se não ter feito ultimamente a revisão dos lançamentos.

Da arrecadação do imposto de indústrias e profissões e de patente de bebidas e fumo dizem os seguintes dados:

MUNICÍPIOS	1935	1936	1937	TOTAL
Araranguá . . . . .	60:170\$300	48:868\$200	57:896\$200	166:934\$800
Biguaçu . . . . .	29:331\$300	27:380\$200	26:879\$800	83:591\$300
Blumenau . . . . .	359:674\$300	343:989\$500	415:112\$100	1.118:775\$900
Bom Retiro . . . . .	40:271\$200	32:616\$100	37:094\$200	109:981\$500
Brusque . . . . .	114:741\$000	91:511\$000	110:800\$000	317:052\$000
Caçador . . . . .	56:497\$800	51:147\$400	92:986\$200	200:631\$400
Campos Novos . . . . .	122:625\$600	105:418\$500	117:335\$900	345:380\$000
Canoinhas . . . . .	160:328\$400	131:190\$200	143:484\$700	435:003\$300
Concórdia . . . . .	43:893\$700	46:587\$400	49:457\$900	139:939\$000
Curitibanos . . . . .	12:554\$200	12:086\$500	14:999\$100	39:639\$800
Cruzeiro . . . . .	56:204\$700	60:140\$100	79:575\$000	195:919\$800
Camboriú . . . . .	11:568\$800	9:535\$400	13:291\$400	34:395\$800
Campo Alegre . . . . .	11:046\$100	18:383\$000	13:844\$400	43:276\$500
Cresciúma . . . . .	48:223\$800	31:915\$200	34:653\$700	114:792\$700
Florianópolis . . . . .	370:529\$400	271:664\$000	312:908\$600	955:102\$000
Gaspar . . . . .	22:823\$500	18:306\$000	24:613\$800	65:743\$300
Hamônia . . . . .	58:362\$300	62:509\$700	76:177\$700	197:049\$700
Itajaí . . . . .	179:758\$700	119:187\$000	147:357\$400	446:303\$100
Itaiópolis . . . . .	20:445\$300	19:290\$700	21:730\$000	61:466\$000
Imaruí . . . . .	15:572\$800	11:268\$900	16:721\$600	43:563\$300
Indaial . . . . .	78:820\$800	50:849\$400	60:632\$500	190:302\$700
Jaguaruna . . . . .	12:893\$600	11:013\$400	12:595\$200	36:502\$200
Jaraguá . . . . .	112:538\$000	89:865\$200	111:127\$900	313:531\$100
Joinville . . . . .	444:504\$300	315:282\$100	355:433\$600	1.115:220\$000
Lages . . . . .	72:416\$300	57:049\$700	75:590\$000	205:056\$000
Laguna . . . . .	120:745\$800	93:262\$500	112:567\$500	326:575\$800
Mafrá . . . . .	78:247\$300	75:268\$900	75:352\$900	228:869\$100
Nova Trento . . . . .	18:805\$200	22:800\$500	25:226\$200	66:832\$600
Orleans . . . . .	38:007\$400	30:757\$300	33:102\$000	101:866\$700
Palhoça . . . . .	54:849\$400	42:708\$500	42:725\$800	140:283\$700
Parati . . . . .	12:969\$000	8:087\$200	11:571\$600	32:647\$800
Pôrto Bêlo . . . . .	7:498\$700	7:424\$000	8:369\$600	23:292\$300
Pôrto União . . . . .	47:474\$000	47:331\$100	71:796\$400	166:601\$500
Rio do Sul . . . . .	114:287\$700	124:012\$200	179:167\$200	417:467\$100
Rodeio . . . . .	\$	\$	30:453\$000	30:453\$000
São Bento . . . . .	70:270\$900	54:716\$900	60:627\$700	185:615\$500
São Francisco . . . . .	91:483\$100	72:526\$300	84:490\$500	248:499\$900
São Joaquim . . . . .	24:995\$500	17:180\$300	20:944\$800	63:120\$600
São José . . . . .	48:737\$700	37:134\$200	34:772\$600	120:644\$500
Tijucas . . . . .	49:288\$600	41:938\$600	47:510\$100	138:737\$300
Timbó . . . . .	60:905\$500	64:836\$700	43:423\$800	169:166\$000
Tubarão . . . . .	87:590\$800	86:899\$700	100:122\$400	274:612\$900
Urussanga . . . . .	36:656\$500	26:006\$000	28:022\$700	90:685\$200
Xapacó . . . . .	38:970:400	37:735\$800	49:186\$300	125:892\$500
<b>Total . . . . .</b>	<b>3.517:599\$700</b>	<b>2.927:684\$500</b>	<b>3.481:732\$800</b>	<b>9.927:017\$000</b>

Demonstra finalmente a arrecadação do imposto de transmissão de propriedade êste último quadro:

MUNICÍPIOS	1935	1936	1937	TOTAL
Araranguá . . . . .	28:059\$800	39:648\$000	60:713\$900	128:421\$700
Biguaçu . . . . .	6:538\$400	9:321\$700	9:099\$000	24:959\$100
Blumenau . . . . .	98:626\$900	148:475\$600	171:644\$800	418:747\$300
Bom Retiro . . . . .	19:385\$200	24:664\$800	34:647\$000	78:697\$000
Brusque . . . . .	15:901\$200	22:902\$000	21:315\$400	60:118\$600
Caçador . . . . .	34:851\$400	42:938\$600	79:508\$600	157:298\$600
Campos Novos . . . . .	72:477\$900	90:437\$800	141:006\$700	303:922\$400
Canoinhas . . . . .	38:230\$000	49:528\$400	41:936\$800	129:695\$200
Concórdia . . . . .	30:449\$600	52:763\$600	90:205\$300	173:418\$500
Curitibanos . . . . .	36:263\$700	28:661\$500	39:548\$800	104:474\$000
Cruzeiro . . . . .	51:348\$900	84:855\$000	110:829\$500	247:033\$400
Camboriú . . . . .	3:465\$300	2:445\$600	2:912\$800	8:823\$700
Campo Alegre . . . . .	4:949\$300	8:225\$000	12:688\$700	25:863\$000
Crescília . . . . .	10:756\$900	23:866\$100	34:727\$700	69:350\$700
Florianópolis . . . . .	84:566\$900	124:346\$800	94:842\$400	303:756\$100
Gaspar . . . . .	8:906\$200	11:727\$800	10:952\$600	31:580\$600
Hamônia . . . . .	27:099\$600	56:324\$800	25:558\$300	108:892\$100
Itajaí . . . . .	26:602\$200	40:992\$900	44:396\$700	111:991\$800
Itaiópolis . . . . .	14:474\$300	16:182\$900	15:226\$500	45:883\$700
Imaruí . . . . .	5:759\$200	6:973\$200	8:572\$100	21:304\$500
Indaial . . . . .	26:501\$600	27:711\$100	42:060\$500	96:273\$200
Jaguaruna . . . . .	3:957\$600	5:983\$300	8:435\$100	18:376\$000
Jaraguá . . . . .	39:874\$000	49:010\$200	58:751\$600	148:635\$800
Joinville . . . . .	123:747\$900	126:697\$400	142:242\$400	392:687\$700
Lages . . . . .	104:369\$600	109:542\$300	148:164\$100	362:076\$000
Laguna . . . . .	8:159\$500	11:985\$100	13:605\$600	33:750\$200
Maíra . . . . .	20:361\$800	22:038\$400	31:116\$200	73:516\$400
Nova Trento . . . . .	6:126\$000	5:413\$600	6:872\$000	18:411\$600
Oriens . . . . .	15:445\$400	16:956\$900	17:275\$200	49:677\$500
Palhoça . . . . .	22:119\$800	27:584\$800	31:464\$000	81:168\$600
Parafí . . . . .	2:864\$300	3:102\$300	3:671\$900	9:638\$500
Pôrto Bêlo . . . . .	1:949\$100	1:092\$000	1:957\$000	4:998\$100
Pôrto União . . . . .	21:791\$300	46:984\$700	68:772\$300	137:548\$300
Rio do Sul . . . . .	58:914\$800	74:307\$000	98:472\$600	231:694\$400
Rodeio . . . . .	§	§	21:251\$000	21:251\$000
São Bento . . . . .	29:472\$500	30:923\$300	35:024\$100	95:422\$900
São Francisco . . . . .	7:169\$800	6:538\$900	15:707\$400	29:416\$100
São Joaquim . . . . .	33:247\$900	36:350\$000	45:295\$000	114:892\$900
São José . . . . .	22:145\$800	21:095\$400	27:497\$000	70:738\$200
Tijucas . . . . .	10:432\$400	12:575\$200	18:554\$100	41:561\$700
Timbó . . . . .	37:933\$900	40:096\$000	28:803\$500	106:838\$400
Tubarão . . . . .	34:602\$400	45:484\$800	60:101\$100	140:188\$300
Urussanga . . . . .	12:761\$200	20:587\$500	21:417\$500	54:766\$200
Xapacó . . . . .	17:868\$100	32:014\$800	44:076\$600	93:959\$500
<b>Total . . . . .</b>	<b>1.280:438\$000</b>	<b>1.659:360\$100</b>	<b>2.038:921\$400</b>	<b>4.978:719\$500</b>

Este balanço atesta o movimento da receita e despesa do Estado durante o exercício.

<b>Saldo do exercício de 1936</b>		
Recursos ordinários . . . . .	945:072\$550	
Empréstimo Caixa econômica . . .	90:000\$000	
Fundo Escolar . . . . .	3:713\$000	
Fundo para obras de cais . . . . .	96:944\$400	1.135:729\$950
<b>Receita orçamentária</b>		
Total registrado . . . . .	31.344:910\$500	
<b>Responsáveis</b>		
Recebimentos provenientes de débitos antigos . . . . .	18:171\$700	
<b>Empréstimo da Caixa econômica</b>		
Recebimentos durante o exercício	6.621:019\$900	
<b>Depósitos especiais do Estado</b>		
Entradas . . . . .	3.039:190\$040	
<b>Restos a pagar de 1937</b>		
Importância creditada a diversos, proveniente de despesas do exercício findo liquidadas, porém, ainda não pagas . . . . .	697:515\$700	
<b>Despesa orçamentária</b>		
paga . . . . .	27.938:759\$600	
a pagar . . . . .	697:515\$700	28.636:275\$300
<b>Despesas por créditos especiais</b>		
Pagamentos com recursos ordinários . . . . .	1.833:671\$849	30.469:947\$140
<b>Restos a pagar</b>		
Resgate de dívidas referentes aos exercícios de 1932 a 1936 . . . . .	107:836\$700	
<b>Empréstimo da Caixa econômica</b>		
Pagamentos por créditos especiais	6.695:009\$600	
<b>Saldo do exercício de 1936</b>		
Recursos Ordinários		
Importância transferida para Depósitos especiais do Estado (Fundo de Educação) . . . . .	852:743\$800	
<b>Depósitos Especiais do Estado</b>		
Saldas . . . . .	548:295\$750	
<b>Saldos para o exercício de 1938</b>		
Recursos ordinários . . . . .	1.565:142\$810	
Empréstimo Caixa econômica . . . .	16:019\$300	
Depósitos especiais do Estado . . . .	2.591:641\$940	4.172:804\$050
<b>Restos a pagar de 1937</b>		
		42.856:537\$790

MOVIMENTO DAS CONTAS ESPECIAIS

Saídas do exercício de 1936		Depósitos de diversas origens	
Depósitos de diversas origens . . . . .	672:542\$800	Saídas . . . . .	2.041:401\$000
Dep. de div. origens nas rep. fiscais . . . . .	11:797\$450	Dep. de div. origens nas rep. fiscais . . . . .	
Consignações . . . . .	6:720\$500	Saídas . . . . .	217:000\$800
Montepio . . . . .	123:578\$500		
		Consignações	
Depósitos de diversas origens		Saídas . . . . .	133:528\$900
Entradas . . . . .	1.887:955\$600	Montepio dos func. públicos do Estado	
Dep. de div. origens nas rep. fiscais		Saídas . . . . .	1.651:373\$300
Entradas . . . . .	211:223\$800	Saldos para o exercício de 1936	
Consignações		Depósitos de diversas origens . . . . .	519:097\$400
Entradas . . . . .	127:143\$300	Dep. div. orig. nas rep. fiscais . . . . .	6:020\$450
Montepio dos func. públicos do Estado		Consignações . . . . .	334\$900
Entradas . . . . .	1.641:430\$900	Montepio dos fun. públicos do Estado . . . . .	113:635\$200
			639:087\$950
			<u>4.682:391\$950</u>

## DÍVIDA PASSIVA

No encerramento do exercício a dívida do Estado era a constante dêste balanço:

<b>DÍVIDA FUNDADA</b>							
<b>Interna</b>							
Apólices e bonus em circulação						13.913:000\$000	
<b>Externa</b>							
Empréstimo de ... U\$S.-5.000.000,00— 4.241 apólices em circulação		U\$S 3.247.400,00—		26.758:576\$000			
Empréstimo de ... £.-250.000-0-0— fração Erlangers, Ltda.-Londres							
1.806 apólices em circulação	£.-56.120-0-0						
fração Dunn, Fisher & Co.—Londres							
1.230 apólices em circulação	£.-24.600-0-0	£.- 60 720-0-0 -		2.428.800\$000	29.187:376\$000	43.100:376\$000	
<b>DÍVIDA FLUTUANTE</b>							
<b>Interna</b>							
Caixa Econômica do Rio de Janeiro		17.016:019\$500					
Dívidas de Exercícios Findos		589:456\$037					
Restos a Pagar:—							
de 1926.....	10:034\$451						
de 1927.....	11:917\$000						
de 1928.....	13:874\$500						
de 1929.....	15:938\$500						
de 1930.....	108:179\$000						
de 1931.....	21:795\$646						
de 1932.....	21:575\$000						
de 1933.....	20:359\$100						
de 1934.....	37:526\$900						
de 1935.....	31:544\$900						
de 1936.....	44:876\$700						
de 1937.....	697:515\$700	1.035:121\$397		18.640:59\$734			
Depósitos de Diversas Origens		519:097\$400					
Montepio dos Funcionários Públi- cos do Estado		113:635\$200					
Depósitos de Diversas Origens nes							
Repartições Fiscais		6:020\$450					
Consignações		354\$900					
Depósitos Especiais do Estado		2.591:641\$940		3.250:729\$890	21.871:328\$624		
<b>Externa</b>							
Dívidas de Exercícios Findos							
Waterlow & Sons Ltd.		£. - 1.555-7-0-		62:214\$000			
Empréstimo de U\$S: 5.000.000,00 Halsey, Stuart & Co.-New York c/Dec. Fed. n. 23.829 — 5 2 934							
juros dos cou- pons ns. 15 24, que deixaram de ser pa- gos (líquido)	U\$S.-1.146.572,20						
Comissões -idem							
idem	U\$S.- 25.000,00	U\$S-1.171.572,20.		9.655:755\$000			
Emp.éstimo de ... £.-250.000-0-0							
Erlangers, Ltd. — Londres c/Dec. Fed. n. 23.829 — 5 2 34							
juros dos cou- pons ns. 43 48, que deixaram de ser pagos (líquido)	£.- 5.655-13-3						
Comissões-idem.							
idem	£.- 157-17-0						
idem	£.- 3.811-12-5	152:464\$500					
Dunn, Fisher & Co.—Londres c/Dec. Fed. n. 23.829—5 2 934							
juros dos cou- pons ns. 43 48, que deixaram de ser pagos (líquido)	£.- 2.577-5-8						
Comissões-idem, idem	£.- 102-19-6	107:210\$500		259:674\$800	9,975:643\$800	31.846:972\$424	
idem	£.- 2.680-5-2						
				Total Rs...	74.947:348\$424		

## ESQUEMA "OSVALDO ARANHA"

Mostram-lhe a execução no exercício findo êstes quadros:

**Empréstimo americano de U\$S. 5.000.000,00 (Em dolares e em mil réis ao câmbio oficial)**

DATAS	HISTÓRICO				Importâncias devidas pelo Estado, em face das disposições contratuais		Importâncias remetidas aos Banqueiros, ou depositadas, de acôrdo com o esquema		Lucro do Estado	
	Dolares		Mil réis		Dolares	Mil réis	Dolares	Mil réis	Dolares	Mil réis
	Dolares	Mil réis	Dolares	Mil réis	Dolares	Mil réis	Dolares	Mil réis	Dolares	Mil réis
27/7/38	<p>Primeiro Semestre (câmbio oficial de 11\$530)</p> <p>Juros 132.496,00</p> <p>Comissão (1%) 1.324,96</p> <p>Comissão especial (25 cents) 1.079,25</p> <hr/> <p>Remessa feita por intermedio do Banco do Brasil, para liquidação integral do coupon n. 31, de 1-8-1937, sendo:</p> <p>Para juros (32 1/2% do integral) 43.061,20</p> <p>Para comissão contratual (1%) 1.324,96</p> <p>Para comissão especial (25 cts.) 1.079,25</p> <hr/> <p>Segundo Semestre (câmbio oficial de 12\$000)</p> <p>Juros 129.896,00</p> <p>Comissão (1%) 1.298,96</p> <p>Comissão especial (25 cents) 1.060,25</p> <hr/> <p>Depósito feito no Banco do Brasil, para liquidação integral do coupon n. 32, de 1-2-1938, sendo:</p> <p>Para juros (32 1/2% do integral) 42.216,20</p> <p>Para comissão contratual (1%) 1.298,96</p> <p>Para comissão especial (25 cts) 1.060,25</p> <hr/>									
	131.900,21	1.555.399\$400			45.465,41	524.216\$200	89.434,81	1.031.183\$200		
	132.255,21	1.587.062\$500			44.575,41	534.904\$900	87.679,81	1.052.157\$900		
31/1/38	267.155,42	3.142.461\$900			90.040,82	1.059.121\$100	177.114,61	2.083.340\$800		

**Empréstimo inglês de £ — 250.000-0-0 Em libras e em mil réis, ao câmbio oficial**

DATAS	HISTÓRICO	Importâncias devidas pelo Estado, em face das disposições contratuais		Importâncias recebidas aos banqueiros, ou depositadas de acódo com o esquema		Lucro do Estado	
		Libras	Mil réis	Libras	Mil réis	Libras	Mil réis
26/5/37	Primeiro semestre (câmbio oficial de 57\$000)						
	Juros E. 1.518— 0— 0 88.526\$000 Comissões (1/2%) E. 23— 6— 11 1.330\$700	1.511-- 6-- 11	87.856\$700				
25/1/38	Remessa feita por intermédio do Banco do Brasil, para liquidação integral do coupon n. 55, de 1-6-1937, sendo: Para juros (32 1/2% do integral) Erlangers, Ltd. E. 293— 9— 6 Dunn, Fisher & Co. E. 199— 17— 6 493— 7— 0 28.120\$900						
	Para comissões (1/2%) Erlangers, Ltd. E. 4— 10— 3 Dunn, Fisher & Co. E. 3— 1— 6 7— 11— 9 432\$500						
25/1/38	Segundo semestre (câmbio oficial de 57\$650)						
	Juros E. 1.518— 0— 0 87.512\$700 Comissões (1/2%) E. 23— 6— 11 1.345\$800	1.511-- 6-- 11	88.858\$500	500-- 18-- 9	28.553\$400	1.040-- 8-- 2	59.303\$300
25/1/38	Depósito feito no Banco do Brasil, para liquidação integral do coupon n. 56, vencido em 1— 12— 1937, sendo: Para juros (32 1/2% do integral) Erlangers, Ltd. E. 293— 9— 6 Dunn, Fisher & Co. E. 199— 17— 6 493— 7— 0 28.441\$600						
	Para comissões (1/2%) Erlangers, Ltd. E. 4— 10— 3 Dunn, Fisher & Co. E. 3— 1— 6 7— 11— 9 437\$400	3.082-- 13-- 10	176.715\$200	500-- 18-- 9	28.879\$000	1.040-- 8-- 2	59.979\$500
				1.001-- 17-- 6	57.432\$400	2.080-- 16-- 4	119.282\$800

O Estado adquiriu em 1937 vários títulos dos empréstimos inglês e americano nas condições que os seguintes dados precisam:

**Empréstimo Inglês — £. 250.000.00**

DATA	Capital adquirido £	Câmbio da aquisição £	Custo da aquisição £	Juros que acompanham os títulos		
				vencidos £	a vencer £	total £
Mai 11	£ 2.200-0-0	40\$300	87:920\$000	£ 328-0-0	£ 606.10-0	£ 934-10-0

**OBSERVAÇÕES:**

- 1) — A baixa na conta Capital importou em 88:000\$000. Os títulos adquiridos custaram 87:920\$000. Verifica-se, pois, um resultado patrimonial a favor do Estado, de 80\$000.
- 2) — Os juros vencidos, retirados do crédito dos banqueiros, atingiram, pelo câmbio de contabilização, que foi o mesmo da aquisição, 13:120\$000. O Estado nada dispendeu para a obtenção dos respectivos coupons. Assim, o total dos aludidos juros vencidos constitui lucro do patrimônio estadual.
- 3) — Os coupons de juros a vencer, também entregues ao Estado independentemente de qualquer pagamento, importariam, ao mesmo câmbio de 40\$000, em 24:260\$000. Essa importância, portanto, representa economia orçamentária, porque deixa de figurar, parceladamente, nos futuros orçamentos.
- 4) — A amortização do capital, si efetuada ao câmbio oficial estabelecido para a remessa contratual de 1-6-1937 (57\$000), importaria na soma de 125:400\$000. Como o Estado dispendeu, apenas, . . . 87:920\$000, verifica-se, dentro dessa base, uma diferença a seu benefício de 37:480\$000.
- 5) — Dentro do plano estabelecido pelo esquema Osvaldo Aranha, os coupons de juros que acompanham os títulos, seriam liquidados na base de 32½ %. Assim, sobre £.934-10-0, o Estado pagaria, apenas, £.303-14-3 que, ao câmbio oficial de 57\$000, importaria em 17:311\$600.
- 6) — A compra ou resgate, dos coupons de juros vencidos e a vencer, custaria ao Estado, pelo câmbio de 40\$000, 37:380\$000.

## Empréstimo Americano de US\$. 5.000.000,00

### S I N O P S E

Datas	Capital adquirido US\$.	Cambio da aquisição Rs.	Custo na aquisição Rs.	Juros que acompanharam os títulos		
				vencidos US\$.	a vencer US\$	total US\$.
Janeiro 13	10.000,00	4\$500	45.000\$000	4.000,00	8.400,00	12.400,00
Maio 10	20.000,00	5\$000	100.000\$000	8.000,00	16.000,00	24.000,00
• 17	10.000,00	5\$000	50.000\$000	4.000,00	8.000,00	12.000,00
• 20	10.000,00	5\$000	50.000\$000	4.000,00	8.000,00	12.000,00
Junho 8	24.000,00	5\$000	120.000\$000	9.600,00	19.200,00	28.800,00
• 22	6.000,00	5\$000	30.000\$000	2.400,00	4.800,00	7.200,00
Julho 5	6.000,00	5\$000	31.680\$000	2.376,00	5.280,00	7.656,00
• 12	7.000,00	5\$500	35.000\$000	2.800,00	5.600,00	8.400,00
Agosto 15	10.000,00	5\$000	50.000\$000	4.000,00	7.600,00	11.600,00
Setembro 6	30.000,00	5\$000	150.000\$000	12.000,00	22.600,00	34.600,00
Outubro 1	6.500,00	5\$000	32.500\$000	2.600,00	4.940,00	7.540,00
Novembro 4	6.500,00	5\$000	32.500\$000	2.600,00	4.940,00	7.540,00
• 8	12.000,00	5\$000	60.000\$000	4.800,00	9.120,00	13.920,00
	158.600,00	—	786.680\$000	63.176,00	124.660,00	187.836,00

1) — As baixas na conta de Capital, em consequência das aquisições, somaram, no câmbio de contabilidade (62240) — 1.506.804\$00,00. O custo total das aquisições foi, apenas, de 786.680\$00,00. Verificasse, portanto, um resultado a favor do patrimônio do Estado, de 520.164\$00,00.

2) — Os juros vencidos, retirados do crédito dos banqueiros, atingiram, pelo mesmo câmbio, a 520.570\$200. Como o Estado nada o spendeu para a obtenção dos respectivos coupons, o total da operação constituiu lucro a favor do patrimônio estadual.

3) — Ainda tomando por base o aludido câmbio, teremos, para os coupons de juros a vencer, que acompanharam os títulos adquiridos, um total de Rs. 1.027.363\$210, im-portância essa que deixa de figurar, parcialmente, nas autorizações de despesa do exercício futuro, constituindo assim apreciável economia orçamentária.

4) — A amortização do capital, no total de US\$. 158.600,00, calculada aos câmbios oficiais estabelecidos para a liquidação dos compromissos contratuais de 1937, (11\$930 e 12\$000) importaria em 1.859.250\$000. Com a aquisição dos títulos, porém, o Estado dispenderá apenas a quantia de 786.680\$000, verificando-se, portanto, dentro dessa base, uma diferença em seu benefício, de 1.072.528\$500.

5) — Ainda mesmo, utilizando-se do plano estabelecido pelo esquema Osvaldo Aranha, os coupons de juros, recebidos pelo Estado independentemente de qualquer pagamento, seriam liquidados, a parte referente à 1ª, aquisição na base de 22 1/2 0/0, e as demais na de 32 1/2 0/0. Dessa forma, sobre US\$. 157.850,00, o Estado receberia apenas US\$. 50.913,20 que, aos câmbios oficiais de 11\$530 e 12\$000, importariam em . . . . 701.163\$546.

6) — A compra, ou resgate, dos coupons de juros vencidos e a vencer, pelos quais o Estado nada pagou, custaria, aos coites públicos, pelos câmbios de aquisição dos títulos, a soma de 933.090\$000, sendo:

dos juros vencidos — 313:880\$000  
da parte a vencer — 619:208\$000

### DÍVIDA ATIVA

Registram a cobrança da dívida ativa, no triênio de 1935 a 1937, os seguintes numeros:

MUNICÍPIOS	1935	1936	1937	TOTAL
Araranguá . . . . .	32:098\$600	38:006\$700	37:048\$900	107:154\$200
Biguassú . . . . .	11:133\$500	22:283\$900	14:361\$500	47:778\$900
Blumenau . . . . .	18:199\$500	26:682\$800	30:002\$400	74:884\$700
Bom Retiro . . . . .	11:089\$200	24:272\$500	13:159\$600	48:521\$300
Brusque . . . . .	17:166\$000	4:848\$000	12:020\$000	34:034\$000
Caçador . . . . .	14:924\$600	12:519\$600	20:856\$900	48:301\$100
Camboriú . . . . .	3:770\$900	5:486\$000	4:425\$800	13:682\$700
Campo Alegre . . . . .	7:101\$700	15:195\$600	7:592\$900	29:799\$200
Campos Novos . . . . .	21:481\$000	19:602\$100	14:845\$900	55:929\$000
Canoinhas . . . . .	81:002\$600	30:077\$800	21:808\$400	132:888\$800
Concórdia . . . . .	8:820\$200	15:965\$600	27:176\$000	51:961\$800
Crescúma . . . . .	3:263\$000	7:107\$300	3:967\$800	14:338\$100
Cruzeiro . . . . .	54:770\$900	25:922\$300	105:561\$300	186:254\$500
Curitibanos . . . . .	8:771\$000	3:582\$600	27:192\$100	39:545\$700
Florianópolis . . . . .	109:136\$000	151:118\$900	105:277\$900	365:532\$800
Gaspar . . . . .	2:028\$900	2:679\$900	2:251\$900	6:960\$700
Hamônia . . . . .	2:912\$200	4:587\$700	1:901\$900	9:401\$800
Imaruí . . . . .	4:026\$200	3:303\$900	2:967\$900	10:298\$000
Indaial . . . . .	1:839\$100	3:786\$900	2:519\$300	8:145\$300
Itaiópolis . . . . .	12:134\$500	19:355\$300	14:514\$300	46:054\$600
Itajaí . . . . .	21:742\$500	24:879\$500	30:924\$600	77:543\$600
Jaguaruna . . . . .	2:734\$700	4:438\$900	3:932\$300	11:105\$900
Jaraguá . . . . .	14:028\$000	13:353\$900	13:551\$100	40:933\$000
Joinville . . . . .	51:542\$900	53:874\$400	40:730\$500	146:147\$800
Lages . . . . .	32:053\$900	32:150\$000	33:742\$300	97:946\$200
Laguna . . . . .	7:807\$100	7:725\$200	3:360\$400	18:892\$700
Mafra . . . . .	29:568\$100	19:363\$900	19:584\$200	68:515\$300
Nova Trento . . . . .	576\$000	2:107\$700	584\$500	3:268\$200
Orleans . . . . .	5:150\$100	3:333\$500	1:854\$200	10:340\$800
Palhoça . . . . .	16:686\$500	12:696\$500	17:880\$800	47:263\$800
Parati . . . . .	5:951\$100	2:575\$400	4:859\$500	13:386\$000
Pôrto Bélo . . . . .	2:838\$500	4:542\$200	1:696\$300	9:077\$000
Pôrto União . . . . .	27:959\$200	13:152\$100	16:749\$800	57:861\$100
Rio do Sul . . . . .	9:420\$500	15:217\$300	13:454\$500	38:092\$300
Rodeio . . . . .	\$	\$	2:148\$500	2:148\$500
São Bento . . . . .	11:759\$800	11:068\$800	9:426\$800	32:255\$400
São Francisco . . . . .	9:118\$600	5:665\$400	10:612\$900	25:396\$900
São Joaquim . . . . .	10:852\$300	9:875\$900	3:410\$700	24:138\$900
São José . . . . .	10:116\$200	13:165\$500	13:070\$800	36:352\$500
Tijucas . . . . .	14:400\$400	9:445\$300	12:123\$000	35:968\$700
Timbó . . . . .	8:280\$600	15:075\$900	3:126\$700	26:483\$200
Tubarão . . . . .	9:132\$400	15:575\$000	20:723\$300	45:430\$700
Urussanga . . . . .	2:316\$000	2:460\$400	1:548\$700	6:325\$100
Xaçepó . . . . .	44:447\$200	35:480\$200	75:745\$700	155:673\$100
Total . . . . .	774:111\$200	763:610\$400	824:295\$300	2.362:016\$900

A lei n. 18, de 26 de novembro de 1935, assegurou aos promotores vinte por cento das quantias cobradas.

O decreto-lei n. 141, de 20 de julho de 1938, distribuiu essa percentagem na seguinte base: 20%, quando a dívida fôr igual ou inferior a 10 contos; 10%, quando igual ou inferior a 20 contos e 5%, quando superior a êssa importância.

Resultou essa alteração das providências instituídas pelo decreto-lei n. 71, de 3 de março último. Inspirado na legislação paulista, facilitou êsse decreto a cobrança da dívida ativa, como se infere da efetuada no primeiro semestre do corrente ano, que atingiu 587:548\$000.

## ORÇAMENTO VIGENTE

A receita do corrente exercício foi orçada em .....  
31.500:000\$000.

No quadro abaixo confronta-se a arrecadação do primeiro semestre do ano passado com a dêste:

Títulos da receita	ARRECADADA EM		+	Maior arrecadação
	1937	1938	-	Menor arrecadação
Imp. de indúst. e prof. .	1.494:874\$000	1.940:948\$700	+	446:074\$700
Imposto de exportação para o int. e exterior .	4.014:192\$400	3.296:407\$200	-	717:785\$200
Imposto de expediente para o int. e exterior .	142:363\$900	166:949\$700	+	24:585\$800
Taxa judiciária . . . . .	197:214\$700	235:372\$900	+	38:158\$200
Emolumentos sôbre títulos de terras . . . . .	1:024\$100	797\$700	-	226\$400
Imposto do sêlo estadual e s/ bilhetes de loterias . . . . .	578:599\$700	1.045:341\$500	+	466:741\$800
Imposto de patente por venda de bebidas e fumo . . . . .	303:416\$400	340:714\$900	+	37:298\$500
Imp. de heranças e legados . . . . .	93:052\$400	188:752\$200	+	95:699\$800
Imposto de transmissão de propriedades . . . . .	961:612\$600	1.277:578\$300	+	315:965\$700
Imposto territorial . . . . .	2.397:594\$900	2.627:872\$900	+	230:278\$000
Imposto sôbre vendas e consignações . . . . .	2.707:893\$100	5.905:566\$500	+	3.197:673\$400
Imposto de consumo sôbre combustíveis . . . . .	773:139\$500	\$	-	773:139\$500
Taxa de esgotos da Capital . . . . .	53:725\$200	58:956\$800	+	5:231\$600
Taxa d'água da Capital	101:438\$900	116:338\$600	+	14:899\$700
Taxa de consumo de luz elétrica da Palhoça . . . . .	5:271\$300	8:729\$900	+	3:458\$600
Renda da Penitenciária	2:769\$400	6:572\$700	+	3:803\$300
Dívida colonial e venda de terras . . . . .	68:494\$200	120:542\$600	+	52:048\$400
Renda da Imp. Oficial .	41:951\$200	89:011\$100	+	47:059\$900
Taxa de matrícula e outras da Faculdade de Direito . . . . .	7:460\$000	7:720\$000	+	260\$000
Taxa de metragem . . . . .	6:910\$700	8:389\$700	+	1:479\$000
Renda do Serv. de Exp. Agrícola e Pastoril .	1:074\$800	738\$100	-	336\$700
Taxa de Saúde . . . . .	207:546\$600	243:819\$600	+	36:273\$000
Indenizações, restituições, etc. . . . .	1.250:817\$100	188:730\$500	-	1.062:086\$600
Auxílio do Governo Federal p. nacionalização do ensino . . . . .	\$	\$		\$
Benefícios das loterias .	\$	90:000\$000	+	90:000\$000
Multas diversas . . . . .	83:112\$700	220:075\$800	+	136:963\$100
Cobrança da dívida ativa	367:890\$200	589:070\$500	+	221:180\$300
Taxa de câis . . . . .	218:277\$200	198:295\$900	-	19:981\$300
Imp. de jôgos de azar . .	107:000\$000	\$	-	107:000\$000
Taxa de serv. de cons. serv. e melhoria de estradas . . . . .	184:335\$700	\$	-	184:335\$700
<b>Total . . . . .</b>	<b>16.373:052\$900</b>	<b>18.973:294\$300</b>	<b>+</b>	<b>5.465:132\$800</b>
		<b>16.373:052\$900</b>	<b>-</b>	<b>2.864:891\$400</b>
<b>Diferença a favor de 1938 . . . . .</b>		<b>2.600:241\$400</b>	<b>+</b>	<b>2.600:241\$400</b>

O imposto de exportação foi reduzido de 20 % de acôrdo com o decreto-lei federal 142, de 29 de dezembro de 1937 e o de vendas e consignações aumentado de 6\$ por conto para 12\$500, na conformidade do decreto-lei federal 118, daquela mesma data.

Foram extintos os impostos de consumo sôbre combustíveis e sôbre jôgos de azar e bem assim a taxa de serviços de conservação e melhoria de estradas de rodagem.

### CONTADORIA GERAL DO ESTADO

Graças à orientação que lhe vem imprimindo o seu atual Contador geral, conseguiu êsse departamento de administração pública pôr em dia a escrituração de várias repartições, organizando também a das residências da Diretoria de estradas de rodagem.

Ao findar o exercício, apresentavam os balanços das repartições onde a Contadoria trabalhara o seguinte patrimônio líquido:

Diretoria de obras públicas . . . . .	704:577\$394
Imprensa oficial . . . . .	434:164\$526
Penitenciária . . . . .	170:094\$772
Departamento de saúde pública . . . . .	73:987\$780
Diretoria de estradas de rodagem:	
Florianópolis . . . . .	1.259:989\$550
Residência de Joinvile . . . . .	131:362\$900
Residência de Blumenau . . . . .	82:975\$000
Residência de Lages . . . . .	117:437\$500
Residência de Cruzeiro . . . . .	101:569\$980
Residência de Tubarão . . . . .	194:896\$200
Residência de Canoinhas . . . . .	60:467\$670
	<hr/>
	3.331:323\$272
	<hr/>

### TERRAS E COLONIZAÇÃO

#### I) — Dívida colonial.

Foi a seguinte, por distrito, e em ordem decrescente, a cobrança líquida em 1937:

3.º distrito — sede Blumenau . . . . .	72:886\$400
1.º distrito — sede Bom Retiro . . . . .	36:382\$700
2.º distrito — sede Tubarão . . . . .	25:515\$200
5.º distrito — sede Mafra . . . . .	14:966\$000
4.º distrito — sede Lages . . . . .	9:669\$300
5.º distrito — sede Cruzeiro . . . . .	3:583\$500
	<hr/>
	163:001\$100
	<hr/>

Na cobrança do 3.º distrito está incluída a importância de 44:066\$900, produto da hasta pública de um imóvel sito na cidade de Blumenau.

Passou para o exercício corrente a dívida que, por distrito, vai adiante discriminada:

Distritos	Devedores	Importâncias
Primeiro . . . . .	105	139:622\$280
Segundo . . . . .	75	58:218\$970
Terceiro . . . . .	116	127:060\$010
Quarto . . . . .	11	35:266\$600
Quinto . . . . .	28	59:140\$630
Sexto . . . . .	10	14:305\$240
	345	433:613\$730

II) — Concessões de terras.

Foi o seguinte o seu movimento durante o exercício:

<b>Primeiro</b>			
(sede Bom Retiro) . . . . .	70	27.982.068,83	53:041\$600
<b>Segundo</b>			
(sede Tubarão) . . . . .	38	4.788.853,31	15:408\$500
<b>Terceiro</b>			
(sede Blumenau) . . . . .	31	7.459.433,44	63:772\$000
<b>Quarto</b>			
(sede Lages) . . . . .	1	4.456.000,00	8:912\$000
<b>Quinto</b>			
(sede Mafra) . . . . .	19	9.513.916,90	19:028\$000
<b>Sexto</b>			
(sede Cruzeiro) . . . . .	2	813.620,00	1:627\$300
	161	55.013.892,48	161:789\$400

O quadro que adiante se lê demonstra o movimento durante o triênio:

I.º D I S T R I T O Sede: Bom Retiro			II.º D I S T R I T O Sede: Tubarão			III.º D I S T R I T O Sede: Blumenau		
N.º concessões	Área	Valor	N.º concessões	Área	Valor	N.º concessões	Área	Valor
Em 1935: 32	14.355.870 ms2	29:646\$500	Em 1935: 9	2.979.138 ms2	35:860\$700	Em 1935: 23	7.379.120 ms2	21:287\$100
Em 1936: 19	11.011.918 ms2	22:939\$700	Em 1936: 36	5.833.839 ms2	25:404\$700	Em 1936: 22	3.958.495 ms2	10:793\$100
Em 1937: 70	27.982.068 ms2	53:041\$600	Em 1937: 38	4.788.853 ms2	15:408\$500	Em 1937: 31	7.459.433 ms2	63:772\$000

  

IV.º D I S T R I T O Sede: Lages			V.º D I S T R I T O Sede: Mafra			VI.º D I S T R I T O Sede: Cruzeiro		
N.º concessões	Área	Valor	N.º concessões	Área	Valor	N.º concessões	Área	Valor
Em 1935: —	—	—	Em 1935: 2	697.440 ms2	1:099\$700	Em 1935: —	—	—
Em 1936: 2	1.107.040 ms2	2:828\$300	Em 1936: 2	419.845 ms2	839\$700	Em 1936: —	—	—
Em 1937: 1	4.456.000 ms2	8:912\$000	Em 1937: 19	9.513.916 ms2	19:028\$000	Em 1937: 2	813.620 ms2	1:627\$300

III) — Títulos expedidos.

Foram expedidos durante o ano 87 títulos provisórios com a área total de 27.849.237,81 ms.2 e 140 definitivos com a de 118.601.073,05 ms.2.

IV) — Caldas do Cubatão.

Em número de 222 são os foreiros de terras do patrimônio das Caldas do Cubatão. A área aforada é de 27.783.404 ms.2 e os fôros elevam-se a 1:224\$000.

Foram transferidos no ano findo 25 lotes com a área de 2.562.276 ms.2 e expedidos 17 títulos com a de 2.263.531 ms.2.

### FOMENTO DA PRODUÇÃO ANIMAL

Prosseguindo na execução do programa iniciado em 1936, vai a Diretoria dêsse serviço aparelhando a **Fazenda Assis Brasil** das instalações e elementos necessários aos seus objetivos econômicos.

No ano findo foram ali feitos três estábulos, um galpão para máquinas, uma pocilga, além doutras pequenas construções e aproximadamente 15 mil metros de cêrcas, muitas delas com moirões de cimento. Para drenagem das terras e saneamento da Fazenda fez-se também grande rêde de valas.

Na Ressacada, em terrenos que ali possuía o Estado, está em construção outra Fazenda em menores proporções, para servir ao sul da ilha.

Procedeu-se ali preliminarmente a vasta drenagem dos terrenos, que assim foram transformados em excelentes pastagens. As valas abertas medem cerca de seis mil metros de comprimento, com uma secção de dois metros de largura por um de profundidade.

Para dar acesso à Fazenda, abriu-se uma estrada de 1.750 metros com dez de largura.

A Fazenda de Itajaí foi extinta, por não prestarem as terras à sua finalidade.

Os terrenos da Fazenda de Tubarão foram entregues à Diretoria do Fomento Vegetal, sendo os animais ali existentes recolhidos provisoriamente à Fazenda Assis Brasil. Daí serão oportunamente levados para outros pontos do Estado.

Para a Fazenda Assis Brasil adquiriu o Estado, na Europa, por intermédio do Ministério da Agricultura, dois reprodutores e quatro novilhas de raça Jersey. O seu custo até o Rio foi de 48:500\$000.

Atualmente dispõe a Fazenda dos seguintes animais:

Da raça Jersey — 21 vacas, 16 bezerros e 13 touros.

3/4 Jersey — 2 vacas.

Jersey (vindos da Inglaterra) — 4 novilhas e 2 touros.

Da raça Normanda — 1 touro, 3 novilhos, 2 vacas e 1 bezerro.

Estes últimos sete animais vieram de Tubarão e destinam-se ao interior do Estado.

Urgente se torna instalar no sul do Estado uma Fazenda para a criação de porcos de raça, pois os produtos suínos estão tomando ali notável incremento.

Num dos municípios do vale do Itajaí, onde a indústria de laticínios desde longos anos tem o seu principal centro produtor, de mister também é que, quanto ao gado leiteiro, cogite o Govêrno do seu aperfeiçoamento, que não deve ficar exclusivamente entregue à iniciativa particular.

No orçamento futuro, si os recursos financeiros do exercício corrente não lhe permitirem desde já enfrentar o problema, consignará o govêrno verba especial para aquisição de reprodutores para essa zona.

O Ministério da Agricultura pôs à disposição do Estado dois reprodutores da raça holandeza e dois da raça normanda, que já se acham recolhidos à Fazenda Assis Brasil, donde serão oportunamente encaminhados para o continente.

### SERVIÇO DE FOMENTO DA PRODUÇÃO VEGETAL

O acôrdo celebrado com a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, em 27 de janeiro de 1937, para o fomento da produção vegetal, vem sendo rigorosamente cumprido pelo Estado, ao qual compete a execução dos trabalhos nêle previstos.

As realizações dêsse setor da administração mostram de logo as vantagens que vai assegurar ao desenvolvimento agrícola do Estado.

Orientado pelo princípio de que o êxito das campanhas agrícolas assenta precípuamente na experimentação, a direção do serviço cuidou de instalar estações e campos onde ela se praticasse em maneira racional.

Assim é que já se podem enumerar os seguintes:

a) — **Campo de cereais e leguminosas de Tubarão** — Em março dêste ano foram iniciados os trabalhos preliminares, dotando-se-lhe logo do indispensável pessoal técnico e do material necessário.

Trabalha-se ali atualmente em experimentação e multiplicação de milho, sôrgo, arroz, trigo, centeio, cana de açúcar, feijão, mandioca, plantas forrageiras e olecosas.

b) — **Estação fitotécnica de Lages** — Em cooperação com o município, e em terrenos de seu patrimônio, foi instalada. Iniciaram-se os trabalhos em junho. Está sendo provida de material agrícola.

Constituir-lhe-ão o quadro dos funcionários um diretor, um agrônomo-assistente, um técnico agrícola, um auxiliar-administrativo e um feitor.

Em dois meses de trabalho foram preparados oitenta canteiros com 14.800 metros quadrados, onde estão sendo feitos ensaios de espaçamento, épocas de plantio e adubação de dezesseis variedades de trigo, quatro de centeio, seis de linho, cinco de aveia, três de cevada própria para forragens e duas para cerveja. Plantaram-se, além disso, ... 40.000 ms.2 com trigo "Alfredo Chaves" e centeio branco. Prepararam-se finalmente ali 80.000 ms.2 para cultura de milho, leguminosas, batatinha e 5.000 ms.2 para plantas olerosas.

c) — **Campo experimental de Poço Preto** — Tiveram começo em maio os trabalhos desse campo instalado em cooperação com o município. Já está aparelhado do pessoal e maquinário. Trabalhos de normalização foram realizados em .. 15.000 ms.2 e feito um dreno para escoamento das águas fluviais. Construiu-se um galpão para depósito de material. Fizeram-se 1.200 ms. de cercas de arame. Estão cultivados 120 mil metros quadrados com variedades de trigo, aveia, centeio, linho e cevada. Para as próximas culturas primaverais já estão preparados 150.000 ms.2.

Evidência a bôa acolhida que vêm tendo os campos experimentais o fato, por exemplo, de haverem os terrenos próximos desse campo obtido valorização superior a 100%, em apenas quatro meses.

d) — **Campo de fruticultura tropical de São Pedro de Alcântara** — Em terrenos que ali possuía o Estado, deu-se recentemente início aos trabalhos. Foram já plantados dez mil pés de laranja para enxertia e 80 mil metros quadrados de terras estão sendo preparadas para outras culturas.

e) — **Granja Desterro** — Começaram-se já os trabalhos de horticultura, plantando-se, em área devidamente lavrada e adubada, diversas espécies destinadas à produção de sementes a serem distribuídas aos lavradores inscritos no registro instituído pelo Serviço.

O velho pomar está sendo substituído por espécies novas, entre as quais cinco variedades de cerejeira, duas de pessegueiro, nove de ameixeira, duas de oliveira, duas de castanheiro japonês, duas de nogueira americana.

É a obtenção de borbulhas para enxertos a finalidade dessa plantação.

Foi iniciada a sementeira para espécies florestais, com mil e duzentas unidades de oiticica, mil e duzentos de nogueira de Iguape, mil e duzentos de tuyas orientales, outras tantas de criptomera japônica e de bracinga.

O gramado, as espécies florestais, frutíferas e ornamentais passaram por limpeza geral e foram adubados com salitre do Chile.

Construiu-se nova cerca viva de *cupressus glauca* e plantaram-se já algumas espécies da flora indígena e exótica.

### Legislação agrícola

Pelo decreto-lei n. 42, de 22 de janeiro de 1938, foram estabelecidas normas para o plantio do algodão e sua fiscalização e pelo decreto-lei n. 132, de 11 de julho, estabeleceram-se normas para a defesa do patrimônio florestal.

### Distribuição de sementes

A 371 lavradores inscritos e a diversas prefeituras municipais distribuiu o Serviço de Fomento 103.682 quilos e 885 gramas de sementes, assim especificadas:

ESPECIE	Quantidade adquirida	Quantidade distribuida
Tuyas Orientales . . . . .	0,250 grs.	0,155 grs.
Cassuarina Stricta . . . . .	0,550 grs.	0,100 grs.
Oitica . . . . .	4,000 grs.	4,000 grs.
Criptomera Japonica . . . . .	0,250 grs.	0,180 grs.
Bracatinga . . . . .	2,000 grs.	0,450 grs.
Nogueira de Iguape . . . . .	50,000 grs.	20,500 grs.
Calopogonio Mucunoide . . . . .	34,000 grs.	33,000 grs.
Mucuna preta . . . . .	180,000 grs.	180,000 grs.
Colza . . . . .	2,000 grs.	1,000 grs.
Painço . . . . .	3,000 grs.	1,000 grs.
Feijão de porco . . . . .	300,000 grs.	240,000 grs.
Feijão sója . . . . .	180,000 grs.	180,000 grs.
Alfafa murcia . . . . .	150,000 grs.	150,000 grs.
Batatinha . . . . .	2.000,000 grs.	2.000,000 grs.
Centeio . . . . .	600,000 grs.	600,000 grs.
Cânfora . . . . .	0,100 grs.	
Trigo . . . . .	61.760,450 grs.	61.760,450 grs.
Linho . . . . .	1,100 grs.	1,100 grs.
Bombix Mori . . . . .	0,200 grs.	0,200 grs.
Feijão vermelho . . . . .	14,500 grs.	14,500 grs.
Feijão preto . . . . .	13.440,000 grs.	13.440,000 grs.
Milho catête . . . . .	657,000 grs.	543,000 grs.
Milho cristal . . . . .	420,000 grs.	60,000 grs.
Arrós Matão branco 1. <sup>a</sup> . . . . .	900,000 grs.	495,000 grs.
Arrós Matão branco 2. <sup>a</sup> . . . . .	4.500,000 grs.	500,000 grs.
Arrós Honduras de 1. <sup>a</sup> . . . . .	900,000 grs.	405,000 grs.
Hortaliças . . . . .	53,250 grs.	53,250 grs.
Algodão "Express" . . . . .	11.500,000 grs.	11.500,000 grs.
Milho catête . . . . .	11.500,000 grs.	11.500,000 grs.
Total . . . . .	109.152,650 grs.	103.682,885 grs.

## Plantas vivas

Para distribuição entre os agricultores foram adquiridas as seguintes: oiti — 900 mudas; cupressus glauca — 180; ameixas, grupo A — 10; grupo B 10; grupo C — 20; grupo D 10; grupo E — 10; pêssegos “California” — 10; maracotão — 10; cerejeiras — 20; castanheiro japonês — 48; oliveiras — 74; nogueira americana — 27.

## Adubos e corretivos

Para os próprios trabalhos e venda, pelo custo, aos lavradores registrados, adquiriu o Serviço regular quantidade de adubos, corretivos, inseticidas e fungicidas.

## Máquinas e instrumentos agrícolas

Compraram-se os seguintes: 1 arado “Rud-Sack” de disco fixo U. W. 4; 2 arados “Rud-Sack” de disco fixo U. W. 5; 3 arados “Rud-Sack” de disco movel U. W. 4ST; 1 arado “Rud-Sack” D. 10 MN-24; 6 arados “Rud-Sack” D. 7MN; 1 arado sulcador “Chatanooga”; 1 arado “Syracuse” n. 105; 1 arado “Taylor” para sub-solo; 3 arados “John Deere” de disco; 1 arado “John Deere” de montanha n. 0; 1 arado “John Deere” de montanha n. 60; 1 arado “Bantam” n. 7; 1 arado “John Deere” “Brasil” B-110; Ancinhos; 1 balança “Hercules” para 300 quilos; 1 balança para peso específico “Dalle”; 1 balança “Colombus” para 1 quilo; 2 cultivadores “Planet Junior”; 10 cultivadores “John Deere”; 2 chaves inglesas; 3 canivetes de enxertia; 2 debulhadores “John Deere”; 5 despolpadores para café “São Paulo”; 8 enxofradeiras “Taifun Platz”, 50 extintores “Agridefesa”; 6 enxadas “Tupy”; 1 enxadão, 1 escova de aço; 1 grade “Rud-Sack” de 10 discos; 1 grade “Rud-Sack” S. E. 10 L; 1 grade “John Deere” de 10 discos; 1 grade “John Deere” de 12 discos; 1 grade “John Deere” conjugada de dentes; 1 germinador de zinco; 3 gadanhos; 4 pás para cultivadores; 10 pulverizadores “Urania”, 2 pás de juntar; 1 pá para campanha; 2 picaretas; 2 pulverizadores “Holder Voran”; 2 semeadeiras “International” de 2 linhas; 1 semeadeira “John Deere” de 1 linha com caixa para adubo; 1 semeadeira “John Deere” de 1 linha; 1 semeadeira “John Deere” de 2 linhas; 1 semeadeira “Van Brunt” de 8 linhas; 1 semeadeira “Van Brunt” de 10 linhas; 1 serrote, 2 torquezas, 1 tesoura para cortar grama; 1 martelo, 3 trenas; 3 tesouras para poda; 3 chaves inglesas; 12 verrumas; 1 arco

para pua; 3 formões; 3 limas americanas de 3 quinas; 3 limas americanas chatas; 2 trados; 1 plaina 7/8; 1 ferro para plaina; 1 talha "Patente"; 2 escovas de aço; 1 colher para pedreiro; 1 esquadro; 5 rolos de arame farpado, 1 regador e diversos grampos.

Dessas máquinas foram emprestadas diversas às prefeituras de São José, Pôrto Belo, Tijucas e a lavradores de Florianópolis, São José e Biguassú inscritos no registro do Serviço.

#### Laboratórios

Estão sendo instalados com o devido cuidado os de entomologia, fitopatologia, química agrícola e tecnológica.

#### Visitas

Não quero me eximir ao dever de registrar aqui a visita feita ao Estado pelo dr. Gastão de Faria, diretor do Serviço de Fomento do Ministério da Agricultura, o qual pode apreciar o desenvolvimento dos trabalhos que vêm sendo executados em virtude do acôrdo com o govêrno da União. A impressão por êle colhida, e que pela imprensa foi amplamente divulgada, foi de todo em todo lisongeira para o Estado e honrosa para o ilustre técnico que vem dirigindo o Serviço.

Convidado pelo govêrno catarinense, esteve tambem no Estado, o notável professor italiano Girolamo Azzi, contratado pela União para estudar o problema agrário em nosso país.

Percorreu diversos municípios catarinenses e, ao cabo de sua excursão, não escondeu à imprensa a impressão de que "Santa Catarina oferecia possibilidades agrárias para o plantio de trigo, como nenhum outro Estado do Brasil".

Dos conselhos que a sua capacidade universalmente reconhecida nos transmitiu, muito há de lucrar o Estado, dès que não esmoreçam os governantes no trabalho de lhe incentivar o desenvolvimento agrícola. De par com a experimentação e o estudo do meio físico, mister se torna não descurar o lado econômico e social do problema. E' preciso, na lição do mestre italiano, saber quanto se póde, o que se deve e como se deve produzir.

Com essa finalidade é que se está aparelhando o Serviço de fomento da produção vegetal, mercê da orientação que lhe vem imprimindo o seu atual diretor.

#### Estação Experimental de Perdizes

Instalada em virtude de acôrdo com o Ministério da Agricultura, firmado em 3 de agôsto de 1936, não teve ainda o desenvolvimento reclamado pela natureza do serviço a que se

destina. E' que o orçamento federal lhe atribui verba de todo em todo insuficiente para que se ponha por obra o programa de realizações práticas que levaram o Estado áquele acôrdo.

Doado pelo município foi o terreno, cuja área mede . . . . 612.500 ms2.

O Estado, por estrada de rodagem de nove metros de largura, ligou a Estação à via férrea, na vila de Perdizes.

Por 257:641\$700 contratou o Estado a construção dos edifícios da Estação.

Estradas e caminhos internos, visando facilitar os trabalhos agrícolas, cortam-lhe as terras em várias direções e já em extensão não inferior a cinco quilômetros. Várias instalações e dependências da Estação, afóra as contratadas pelo Estado, foram já construídas.

Deu-se início o ano passado ao plantio das primeiras coleções pomológicas de clima temperado. Na razão de cinco para cada variedade plantaram-se, importados do Rio Grande, e vão se desenvolvendo promissoramente pereiras, macieiras, ameixeiras, pêssegueiros, marmeleiros, nogueiras, amendoeiras, caquizeiros, oliveiras, figueiras e cerejeiras. Novos exemplares e variedades foram adquiridos para serem plantados êste ano.

Começou-se igualmente a organização das coleções ampelográficas, com uma secção de videiras americanas para porta-enxertos. Quinze exemplares de vinte nove variedades diferentes foram plantados, e, com perdas diminutas, estão se desenvolvendo satisfatoriamente.

No ano corrente novas variedades serão experimentadas, para o que já se adquiriram os enxertos.

Na secção de videiras americanas foram plantados cinquenta pés de especies várias. Será ampliada ainda êste ano em maneira que se apresente como dos mais completos do país.

Em organização, em área de mais ou menos 20.000 ms.2, viveiros assim para videiras, como para arvores frutíferas de clima temperado.

Para as necessidades da própria Estação fizeram-se plantações de milho, mandioca, aveia, alfafa, vime e ensaios de adubação verde.

Aos agricultores vai prestando a possível assistência técnica. Mister se torna, entretanto, provêr a Estação de maior número de técnicos para que possa melhor realizar êsse objetivo.

## MONTEPIO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Cada vez mais solida se torna essa instituição, que, sem favor, está entre as mais bem organizadas do país como instrumento de amparo às famílias dos funcionários mortos.

O número de contribuintes em 1936 era de 1300. Subiu a 1410 em 1937 e a 1560 ao fim do primeiro semestre do ano em curso.

Faleceram o ano passado 12.

De 123 era, em dezembro, o número de pensionistas, o que obrigava a instituição a uma despesa mensal de ..... 14:932\$991.

Adquiriram-se 18 prédios para funcionários, gastando-se 293:736\$000. Com o início da construção de três casas dispenderam-se 42:000\$000.

No primeiro semestre dêste ano compraram-se 11 prédios, no valor de 202:420\$000 e ultimou-se com 12:000\$000 a construção dos dois iniciados.

Ao encerrar-se o exercício era a constante do seguinte balanço, a situação financeira do Montepio:

A T I V O	P A S S I V O
<p><b>TÍTULOS DE RENDA</b></p> <p>Valor pelo qual se acham escriturados os apólices e bonus do Estado 812:860\$000</p> <p><b>MOVEIS E UTENSÍLIOS</b></p> <p>Valor dos existentes 11:290\$700      824:150\$700</p> <p><b>EMPRÉSTIMOS RÁPIDOS</b></p> <p>Saldos devedores de diversos 43:935\$600</p> <p><b>EMPRÉSTIMOS ORDINÁRIOS</b></p> <p>Idem 779:353\$800</p> <p><b>EMPRÉSTIMOS DE PREVIDÊNCIA</b></p> <p>Idem 1.160:542\$800</p> <p><b>EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS</b></p> <p>Idem 52:394\$000      2.038:226\$200</p> <p><b>BANCO DO BRASIL</b></p> <p>Depósito a prazo fixo 108:160\$000</p> <p><b>BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO</b> 3.282:183\$700</p> <p>Idem em c/c de aviso 212:146\$900</p> <p><b>TESOURO DO ESTADO C/C</b></p> <p>Saldo á disposição 98:462\$900      418:771\$800</p> <p><b>IMPOSTOS P/C DE TERCEIROS</b></p> <p>Saldo devedor de diversos 1:035\$000</p> <p style="text-align: right;">3.282:183\$700</p> <p><b>CONTA DE COMPENSAÇÃO</b></p> <p><b>TESOURO DO ESTADO C/DE TÍTULOS EM DEPÓSITO</b></p> <p>S) responsabilidade pelos títulos que se acham depositados 1.401:000\$000</p> <p style="text-align: right;">4.683:183\$700</p>	<p><b>PATRIMÔNIO</b></p> <p>Saldo em 31-12-1936 2.841:032\$900</p> <p>Resultado do Exercício de 1937 444:150\$800      3.282:183\$700</p> <p><b>CONTA DE COMPENSAÇÃO</b></p> <p><b>TÍTULOS DEPOSITADOS NO TESOURO DO ESTADO</b></p> <p>Valor nominal dos títulos que se acham depositados no Tesouro do Estado 1.401:000\$000</p> <p style="text-align: right;">4.683:183\$700</p>

A receita e despesa se expressam nestes algarismos:

R E C E I T A

<b>RENTA ORDINÁRIA</b> Contribuições	494:107\$100	
<b>RENTA EXTRAORDINÁRIA</b> Porcentagem sobre Restituições	3:389\$500	
Emolumentos sobre Cadernetas	48000	
Indenizações	194\$300	3:597\$800
<b>RENTA PATRI-MONIAL</b> Juros de Empréstimos Rápidos	6:100\$200	
Juros de Empréstimos Ordinários	57:368\$600	
Juros de Empréstimos de Previdência	42:949\$500	
Juros de Empréstimos Hipotecários	4:668\$300	
Juros de Títulos da Dívida Pública Estadual	73:574\$500	
Juros de Móra	238\$200	
Juros Bancários	14:447\$700	198:808\$300
<b>EMPRÉSTIMOS RÁPIDOS</b> Amonizações recebidas	506:444\$300	
<b>EMPRÉSTIMOS ORDINÁRIOS</b> Idem	331:280\$900	
<b>EMPRÉSTIMOS DE PREVIDÊNCIA</b> Idem	91:881\$300	
<b>EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS</b> Idem	14:040\$900	978:148\$000
<b>TÍTULO DE RENDA</b> Valor de uma apólice resgatada pelo Estado	100\$000	
<b>DEPÓSITOS PARA HONORÁRIOS</b> Quantia recebida	1:520\$000	
<b>IMPOSTOS P.C. DE TERCEIROS</b> Idem	9:848\$800	
<b>CONTAS CORRENTES</b> Idem	988\$00	11:567\$600
<b>SALDO DO EXERCÍCIO DE 1936</b> no Banco do Brasil	104:000\$000	1:682:233\$500
no Banco Nacional do Comércio	201:861\$200	
no Tesouro do Estado	67:217\$100	373:078\$300
		2:065:306\$800

D E S P E S A

<b>DESPEZA ORDINÁRIA</b> Pensões	174:195\$300	
Auxílios para Funerais	3:300\$000	
Vencimentos de Funcionários	34:265\$700	
Seguro de Prédios	4:918\$700	
Material de Expediente	719\$000	
Despesas Gerais	1:53000	222:314\$300
<b>DESPEZA EXTRAORDINÁRIA</b> Contribuições Restituídas	33:122\$000	
Restituições de acordo com o of. n. 841, de 21-3-1931, da Secretaria da Fazenda	690\$000	33:912\$000
<b>EMPRÉSTIMOS RÁPIDOS</b> Concedidos	541:046\$500	
<b>EMPRÉSTIMOS ORDINÁRIOS</b> Idem	495:118\$700	
<b>EMPRÉSTIMOS DE PREVIDÊNCIA</b> Idem	335:735\$000	
<b>EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS</b> Idem	770\$500	1:872:665\$700
<b>MÓVEIS E UTENSÍLIOS</b> Adquiridos	2:395\$000	
<b>DEPÓSITOS PARA HONORÁRIOS</b> Pagamentos efetuados	1:520\$000	
<b>IMPOSTOS P.C. DE TERCEIROS</b> Idem	4:028\$200	
<b>CONTAS CORRENTES</b> Idem	988\$00	5:042\$000
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO DE 1936</b> no Banco do Brasil	105:160\$000	1:636:535\$000
no Banco Nacional do Comércio	21:214\$800	
no Tesouro do Estado	98:462\$900	418:771\$800
		2:055:306\$800

## DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E PUBLICIDADE

Criada pela lei n. 119, de 7 de novembro de 1936, vai essa repartição aperfeiçoando os serviços, de maneira que lhe satisfaçam a finalidade.

A organização do Departamento e as suas realizações têm merecido encômios entusiásticos de técnicos e especialistas em assuntos de estatística. Ainda recentemente a Assembléa Geral do Conselho Nacional, empós por aqui ter passado o illustre diretor da estatística de produção do Ministério da Agricultura, sr. dr. Rafael Xavier, consagrou, em sessão solene, a obra do Departamento catarinense, como padrão, sobretudo para Estados de pequenos recursos financeiros.

Assinlo aquí o fato, porque sôbre honrar à terra catarinense, é prêmio merecido ao esforço e à dedicação dos funcionários e à competência da direção do Departamento.

De mim, posso assegurar que o considero entre as melhores e mais úteis realizações do govêrno.

A Junta regional de estatística, instituída pelo decreto n. 195, de 26 de janeiro do ano passado, instalou-se a 10 de março do mesmo ano. Compõem-na, além do diretor e dos assistentes-chefes do Departamento, os representantes do estado-maior do exército, da marinha nacional, da prefeitura municipal da Capital, dos Departamentos de educação, de saúde pública e do Tesouro do Estado..

Não tendo podido o dr. Elpidio Domingues Lins continuar à frente do Departamento, nomeei para o cargo o sr. José do Carmo Flôres, chefe da Secção da Diretoria de estatística de Minas e que, conjuntamente com aquele e com o estatístico Antônio L. Teixeira de Freitas, fôra posto à disposição do govêrno catarinense pelo Instituto brasileiro de geografia e estatística.

Sob a sua direção, tomaram os serviços notável desenvolvimento.

Em fins do ano passado foram instaladas no Departamento as máquinas "Hollerith", destinadas à apuração das estatísticas levantadas nas diversas repartições do Estado.

Estão organizadas em todos os municípios as agências de estatística e criado já foi também o corpo de agentes-itinerantes. A secção de publicidade, prevista no artigo 7 da lei que criou o Departamento, foi instalada em janeiro dêste ano. Distribui essa secção à imprensa do país, quinzenalmente, comunicados de vulgarização de dados estatísticos sôbre o Estado.

Nêstes dois anos de existência, além de publicar dois volumes da "Sinopse estatística do Estado", correspondentes a 1936 e 1937, executou serviços valiosos, tais como "Prontuário

rio geral dos municípios”, o “Cálculo da área e população dos municípios”, o “Anuário da Legislação e Administração municipais”, o “Cadastro predial e industrial”, “Finanças públicas”, “Propriedades rurais e urbanas”, “Estradas de rodagem”, e mais um grande número de inqueritos sôbre assuntos econômicos, sociais, políticos, culturais, demográficos e administrativos. Em organização está o novo mapa do Estado e já em impressão um trabalho sôbre a sua reserva mineral.

Incumbiu-se o Departamento do censo geral dos industriários, a pedido da comissão organizadora do serviço. Em dois meses de trabalho, conseguiu o Departamento enviar-lhe 12.281 fichas individuais, o que lhe valeu elogiosas referências do Delegado geral do censo.

Por sugestão do Instituto Nacional foi criado o Diretório regional do Conselho de Geografia, depois de aprovado o respectivo regulamento.

A verba orçamentária atribuída ao Departamento que fôra de 150 contos em 1937, elevou-se a 252 no exercício corrente, o que revela o empenho do govêrno em lhe ampliar os serviços.

## PENITENCIÁRIA DO ESTADO

Está quasi terminada a construção do novo pavilhão desse estabelecimento, que é dos melhores e mais modernos do país.

Planejadas as obras realizadas na actual administração pelo ilustre engenheiro conterrâneo, doutor Udo Deecke, e sob sua direção executadas, obedeceram a todas as exigências técnicas, para o que fizeram estudos e observações no modelar estabelecimento de São Paulo aquêle distinto profissional e o dr. Edelvito Campelo d’Araujo, em certa e bôa hora colocado à frente da Penitenciária do Estado.

Celas espaçosas, as do novo pavilhão, com os indispensáveis requisitos de hygiene e confôrto, os cantos de entrada arredondados para melhor fiscalização, inteiramente assoalhadas, serviço sanitário isolado dentro em pequeno quarto ao fundo.

Constituído de três pavimentos, conta 154 celas, sete amplas e arejadas salas de oficinas, capela e escola. Todo de pedra e concreto, com serviços de luz, fôrça, telefône e sinais de alarme embutidos.

Importada do estrangeiro, por intermédio da firma F. R. Moreira & Cia., com cuja filial se entendera em São Paulo quando alí esteve o diretor de Obras Públicas, instalou-se num dos antigos pavilhões, para isso devidamente adaptados, uma

cozinha a óleo cru com caldeirões em aço inoxidável, e capacidade para mais de 250 pessoas.

Em pavilhão especial, construído este ano, pôs-se a lavanderia a vapor de alta pressão, adquirida também no estrangeiro por intermédio daquela firma.

Conseguida do governo da República isenção de direitos para o material sem similar no país, custaram a cozinha e a lavanderia 191:530\$100.

Instalaram-se no novo pavilhão:

a) — uma sapataria com dez máquinas movidas a electricidade, dispendendo-se com o seu aparelhamento 67:341\$000.

b) — a carpintaria que, por deficiente e antiga, foi acrescida de maquinismos modernos. Custaram êstes, com a respectiva instalação, 23:350\$000;

c) — uma oficina de vassouras, de 22:690\$000 de custo;

d) — a oficina de encadernação, dotada de excelente máquina de dourar, importada do estrangeiro por 20:844\$000;

e) — uma padaria, cujo custo foi de 32:458\$800;

f) — a alfaiataria, cuja capacidade de produção foi aumentada com várias máquinas:

g) — a oficina de móveis de vime;

h) — uma colchearia;

i) — um elevador adquirido por 29:800\$000.

Em pavilhão especial, colocou-se um grupo “Diesel Deutz Aeg”, para fornecimento de luz e força, adquirido por . . . 52:000\$000.

Para o serviço do estabelecimento adquiriram-se um ônibus por 21:725\$000 e um caminhão por 18:850\$000.

Comprou-se em fins do ano passado, por 18:000\$000, um terreno anexo à Penitenciária e indispensável ao serviço, com 155.394 ms.2.

A área fronteira ao estabelecimento está sendo ajardinada.

De par com êsses melhoramentos de ordem material, passou o estabelecimento por sensível transformação assim na parte técnica, como na administrativa.

Em seu relatório escreve o diretor da Penitenciária: “Dando ao sentenciado o tratamento indicado a corrigir-lhe as tendências delituosas, cuidando da sua regeneração pela laborterapia e pela educação moral, intelectual e profissional, transformando-o num elemento de ordem econômica, de forma a bastar-se a si mesmo na sua volta à sociedade, podemos assegurar, nesta fase do nosso trabalho e estudo, que o nosso esforço já começa de colher os primeiros frutos, quer no que se refere à vida moral, profissional, disciplinar e higie-





434:164\$526, acusando, portanto, o aumento de 118:352\$731, conforme se vê do seguinte balanço:

### Variações do patrimônio em 1937

#### Para mais

Material entrado por compra, inclusive incorporação de aparas e descontos auferidos . . . . .	102:506\$035
Obras de "stock", material e mão de obra empregados . . . . .	2:400\$100
Maquinismo incorporado (Linotipo) . . . . .	68:042\$300
Material permanente entrado por compra . . . . .	2:162\$500
Material tipográfico idem idem . . . . .	26:495\$300
Ferramentas adquiridas . . . . .	769\$600
Devedores antigos . . . . .	58:144\$450
	<hr/>
Transferido para patrimônio . . . . .	260:520\$335
	<hr/>

#### Para menos

Material empregado para a administração, obras de "stock", jornais, serviços para repartições e particulares . . . . .	115:394\$010
Obras de "stock" empregadas para a administração, repartições e particulares . . . . .	7:383\$994
Material tipográfico, baixa por imprestável . . . . .	3:000\$000
Devedores antigos dividas cobradas neste exercício . . . . .	16:236\$600
Fornecedores, c/patrimônio crédito da C. Telefônica Catarinense . . . . .	153\$000
	<hr/>
Transferido para patrimônio . . . . .	142:167\$604
	<hr/>

#### RESUMO:

Para mais . . . . .	260:520\$335
Para menos . . . . .	142:167\$604
	<hr/>
Rs.	118:352\$731

Para que a Imprensa possa executar com a desejável rapidez os serviços das repartições estaduais, indispensável se torna adquirir mais uma linotipo, o que espera poder fazê-lo ainda este ano.

## BIBLIOTECA PÚBLICA

Não tem tido, por escassez de verbas, o desenvolvimento que o ambiente cultural da Capital do Estado está reclamando.

No último exercício, procurada a biblioteca por 13.444 consulentes, apenas pôde adquirir 3:780\$900 de livros. Com assinatura de jornais e revistas dispendeu 999\$300 e com encadernação 1:219\$100.

O edifício em que está instalada já lhe não serve à finalidade, por pequeno e insucetível de melhor adaptação.

## JUNTA COMERCIAL

Realizou a Junta durante o ano 53 sessões ordinárias. Foram registrados 159 contratos, assim discriminados:

De sociedades anônimas . . . . .	14
De sociedades cooperativas . . . . .	13
De sociedades por quotas . . . . .	38
De sociedades em comandita simples . . . . .	5
De sociedades em nome coletivo . . . . .	87
De sociedades de capital e indústria . . . . .	2

O capital dessas sociedades atingiu 24.986:500\$000.

Deram entrada na Junta 82 distratos comerciais e foram registradas 32 alterações de contratos. Foram despachados 737 requerimentos e expedidas 123 certidões. Passaram pela Secretaria, para a rubrica legal, 350 livros comerciais.

Foram registradas 786 firmas comerciais, com o capital de 12.390:848\$000.

## ORDEM PÚBLICA

A ordem, no Estado, tem-se mantido inalterável, sendo de perfeita tranquilidade a situação nesta unidade federativa, como o atesta o incomparável surto de progresso que anima todas as regiões.

No terreno da ordem política e social incansável tem sido a vigilância do nosso aparelho policial.

A tentativa de subversão das instituições, em 11 de março último, ocasionou à Secretaria da Segurança pública oportunidade para revelar o zêlo e argucia com que desempenha a sua ardua missão, descobrindo, a tempo, a trama que se urdia. Com inflexível energia, mas imperturbável serenidade, houve-se a Secretaria nessa conjuntura, assegurando a ordem

pública que os extremistas da direita, ambiciosos de poderio e mando, visavam perturbar.

Devo salientar também a maneira segura e rápida por que vem ela executando as leis federais que marcam a orientação nacionalista do Estado-novo e regulam a capacidade e os direitos dos estrangeiros no Brasil.

Pelo decreto n. 1, de 3 de janeiro do ano em curso, foi transformada a Delegacia auxiliar em Delegacia da ordem política e social, com funções mais amplas e mais conformes com os problemas que à polícia tocam na atualidade.

### SERVIÇO DE TRÂNSITO

Pelo decreto-lei n. 24, de 7 de janeiro, foram estabelecidas regras para perfeita unidade de direção e fiscalização do serviço de trânsito e de veículos a motor.

Pelo decreto n. 54, de 2 de fevereiro ainda deste ano, foi criada a Inspetoria de veículos e trânsito público.

Pelo decreto n. 2, também da mesma data, foi aprovado o Regulamento geral de trânsito para o Estado de Santa Catarina, no qual se firmou a doutrina, hoje vitoriosa, da unidade de direção, execução e fiscalização do serviço de trânsito nas vias públicas.

### ALBERGUE NOTURNO

No dia 6 de agosto último, à avenida Hercílio Luz, foi solenemente inaugurado o “Albergue Noturno de Santa Catarina”, estabelecimento modelar, com elegantes linhas arquitetônicas, amplo, higienico, que corresponde não só às necessidades atuais, como às de longo futuro nêsse campo de assistência.

Organizada a planta pela Diretoria de obras públicas do Estado, foi construído em terrenos doados pela Prefeitura municipal, ao tempo em que lhe estava à frente o sr. Olívio Amorim, tão cedo roubado ao serviço da terra catarinense da qual foi servidor dedicado e digno.

Andaram as obras e instalações em 112:000\$000, dos quais a maior parte oriunda de recursos que acertadamente lhes destinou o Estado.

Está o estabelecimento entregue à “Caixa de esmolas”, organização fundada em 1927, que lhe contratou a construção e lhe tem o encargo da manutenção.

## FÔRÇA PÚBLICA

O seu efetivo que, em 1935, era de 842 praças e 42 oficiais, atinge atualmente 1.071 homens, afóra os 29 que constituem o corpo de bombeiros.

Por duas vezes, em três anos de govêrno, aumentei os vencimentos dêsses dedicados servidores do Estado, de maneira que lhes ficasse assegurado melhor padrão de vida.

A seguinte tabela mostra os aumentos feitos:

	1936	1937	1938
Tenente-Coronel . . . . .	1:433\$000	1:670\$000	1:830\$000
Major . . . . .	1:000\$000	1:100\$000	1:400\$000
Capitão . . . . .	820\$000	900\$000	1:200\$000
1.º Tenente . . . . .	730\$000	800\$000	1:000\$000
2.º Tenente . . . . .	640\$000	700\$000	800\$000
Sub-Tenente . . . . .	500\$000	550\$000	600\$000
Sargento-ajudante . . . . .	347\$000	381\$000	425\$000
1.º Sargento músico . . . . .	325\$000	357\$000	400\$000
1.º Sargento . . . . .	314\$000	345\$000	380\$000
2.º Sargento . . . . .	278\$000	305\$000	340\$000
3.º Sargento . . . . .	230\$000	260\$000	300\$000
1.º Cabo . . . . .	180\$000	198\$000	235\$000
2.º Cabo . . . . .	170\$000	187\$000	225\$000
Sd. corneteiro, tambor e clarim	160\$000	176\$000	210\$000
Soldados . . . . .	156\$000	171\$000	205\$000
Músico de 1.ª classe . . . . .	314\$000	345\$000	380\$000
Músico de 2.ª classe . . . . .	278\$000	305\$000	340\$000
Músico de 3.ª classe . . . . .	230\$000	260\$000	300\$000
Soldado motorista . . . . .	249\$000	260\$000	290\$000

## Curso Técnico-Preparatório

Não apenas no empenho de dar cumprimento à lei federal que reorganizou as polícias estaduais, sinão ainda no de elevar o nível cultural da corporação, têm sido destacados oficiais para o curso de aperfeiçoamento da polícia militar do Distrito Federal e sargentos para o de formação de oficiais.

No ano passado terminaram o curso, conquistando os primeiros lugares em turma composta de elementos de vários Estados, os capitães Antônio de Lara Ribas e Américo Silveira de Avila e o primeiro tenente Asteroide da Costa Arantes.

Matricularam-se êste ano o capitão Demerval Cordeiro e os primeiros tenentes João Eloi Mendes e Duarte Pedra Pires.

O curso de preparação de oficiais, que tem a duração de 4 anos, foi iniciado em 1937 pelos sargentos Osmar Silva, Moisés Cordova de Oliveira, Armando Fernandes Guedes e Paulo Samí e no ano corrente pelos sargentos Amir Saturnino Rodrigues de Brito, Libero de Camilo, Tesêu Domingues Muniz e Euclides Simões de Almeida.

O sargento Armando Fernandes Guedes havia, no ano anterior, feito o curso na Escola de educação física do Exército. Nela estão atualmente matriculados o primeiro-tenente Rui Stockler de Sousa e os sargentos João Francisco da Rosa e Lauro de Almeida Alves.

Outros oficiais e sargentos serão designados para êsses cursos no ano vindouro.

## Curso de sargentos

Vai funcionando normalmente êsse curso, que grandes serviços está prestando à corporação, bem como o instituido para a preparação de cabos.

## Estações rádio-telegráficas

Além da estação central removida do palácio do govêrno para o quartel da Fôrça, foram instaladas as de Lages e de Herval. Foi tambem adquirida a de Curitiba.

A prefeitura de Pôrto União instalou e doou à Fôrça uma pequena estação naquela cidade.

No ano findo passaram por essas estações, de serviço oficial, 5.197 rádios, com 324.191 palavras. A economia resultante dêsse serviço cobrirá dentro em poucos anos os gastos de aquisição das estações.

### **Serviço de profilaxia anti-venérea**

Foi inaugurado no dia 18 de agosto último êsse serviço, para o qual adquiriu o comando em São Paulo o material necessário.

### **Serviço eletro-acustico**

A 14 de julho começou de funcionar êsse serviço, que consta de um microfone, 8 alto-falantes de 6 watts para as companhias e 2 de 10 para o stadium.

### **Picadeiro**

Para exercícios de equitação dos oficiais, dos elementos do pelotão de cavalaria e dos alunos do curso de sargentos foi construído, no fundo do quartel, um picadeiro de 40 x 15 metros. Deu-lhe o comando acertadamente o nome de Bartolomeu Costa, modesto e bravo soldado morto em combate por ocasião do movimento revolucionário de 32.

### **Equipamento**

Adquiriu o comando equipamento novo, de lona caqui, capacetes de couro da mesma côr e barracas novas para uma das companhias da Fôrça. Possivelmente ainda êste ano será adquirido material identico para outra sub-unidade.

### **Novo pavilhão**

A 7 de setembro último foi lançada a pedra fundamental do pavilhão destinado ao alojamento da cia. de metralhadoras e do comando do batalhão de infantaria, no fundo do quartel, com frente para a rua Nerêu Ramos.

### **Terreno adquirido**

Em 1936, adquiriu a Fazenda do Estado por 14:000\$000, de Francisco Treska e sua mulher, um terreno anexo ao do

quartel, com 18 metros de frente por 30 de fundos, com a casa nele edificada e que foi logo demolida.

### QUARTEL DE BLUMENAU

O govêrno do Estado, grandemente empenhado na construção, na cidade de Blumenau, dum quartel para uma unidade do Exército nacional, doou à União, por intermédio do Ministério da Guerra, 348.128 ms.2 de terras.

Na sua aquisição dispenderam-se 158:835\$000.

Estão sendo dadas, pelo serviço de engenharia da Região militar a que Santa Catarina está subordinada, as providências derradeiras para o início, em breves dias, do importante melhoramento com que vai ser beneficiada aquela cidade.

### BASE DE AVIAÇÃO NAVAL

Há anos, prometera o govêrno do Estado doar à União, por intermédio do Ministério da marinha, o terreno em que está a Base de aviação naval e bem assim o seu campo de pouso.

Não tendo sido efetuada aquela doação, pedi à Assembléia legislativa, então reunida, fosse o poder executivo autorizado a faze-lo.

Em virtude do que dispôs a lei n. 201, de 5 de novembro de 1937, foram doadas as terras do campo da Ressacada, com 2.077,134,75 ms.2 e os terrenos da Base, no lugar Caiacangamirim, com 148.752,19 ms.2.

Como entre o campo e a Base se tivessem localizado muitos moradores, o que era de manifesta inconveniência, adquiriu o Estado, em virtude dos decretos-leis nrs. 122, de 17 de junho e 146, de 25 de julho último, por cem contos de réis, diversas áreas de terras, com os edifícios nelas existentes, e doou-as à União.

Colaborou destarte o Estado com o Poder central, na obra patriótica de organização da defesa do país.

## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Criado o Departamento de administração municipal pelo decreto-lei n. 31, de 13 de janeiro de 1938, compete-lhe:

1) — estudar os problemas administrativos, sociais e econômicos de cada município, e sugerir aos poderes competentes medidas adequadas a solucioná-los;

2) — atender os Prefeitos e orientá-los por meio de pareceres verbais ou escritos, em qualquer assunto de caráter administrativo ou jurídico;

3) — examinar o regime tributário em vigor nos municípios para o fim de racionalizá-los, melhorando a distribuição, classificação e arrecadação das tributações;

4) — padronizar os orçamentos municipais, e aprová-los;

5) — examinar e dar parecer sobre os balancetes trimestrais e contas dos Prefeitos;

6) — dar parecer sobre os assuntos dependentes da aprovação do Interventor e referentes:

a) à concessão de privilégios, favores, remissão de dívidas e isenção de impostos;

b) a doações;

c) à aquisição de imóveis a título oneroso e à desapropriação por necessidade ou utilidade pública;

d) à alienação e permuta de bens patrimoniais imóveis do município e gravação deles por hipoteca;

e). a empréstimos e operações de crédito de qualquer natureza e emissão de títulos de dívidas;

f) à abertura de créditos, salvo extraordinários, em caso de calamidade pública;

g) à celebração de contratos, para cuja execução não existir verba na lei orçamentária;

h) à aposentadoria de funcionários municipais;

i) a acôrdo e convenções com outros municípios;

j) aos atos municipais que dependiam de aprovação da extinta Assembléia legislativa;

7) — propôr ao Interventor a anulação dos atos dos Prefeitos que contrariarem a Constituição e as leis federais ou estaduais, sejam ofensivos aos direitos dos outros municípios ou ao interesse coletivo;

8) — uniformizar a contabilidade dos municípios;

9) — expedir aos Prefeitos instruções tendentes a facilitar a consecução dos fins do Departamento;

10) — estabelecer cursos de contabilidade adequados às exigências dos serviços municipais;

11) — pleitear junto ao govêrno estadual, interêsse dos municípios;

12) — pronunciar-se sôbre a conveniência e legalidade de contratos a serem celebrados pelas Prefeituras, inclusive sôbre concorrência pública e suas condições;

13) — estudar e dar parecer sôbre pedidos de empréstimos das Prefeituras ao govêrno do Estado, para serviço de água, esgotos e outros, e fiscalizar a execução de tais contratos;

14) — elaborar e aprovar projetos de obras municipais;

15) — promover estudos sôbre serviços de água e esgotos, elaborar projetos para êsse fim, fiscalizar a sua execução ou executá-los;

16) — representar ao govêrno sôbre irregularidades que se verificarem contra a probidade administrativa, ou sôbre a observância das leis orçamentárias;

17) — elaborar Códigos de posturas municipais;

18) — examinar a escrita das Prefeituras quando achar conveniente;

19) — organizar serviço de informações sôbre tudo que diga respeito à vida dos municípios.

Para custeio dos serviços do Departamento, cada município concorrerá anualmente com 2% da sua receita tributária.

Instalou-se êsse novo aparelho administrativo no dia 5 de fevereiro, sob a direção do doutor Carlos Gomes de Oliveira e com apenas cinco funcionários.

Constituído de três secções — a legal, a de contabilidade e a de engenharia, entraram de logo a funcionar as duas primeiras. A de engenharia só em agôsto foi instalada, após haver o ilustre Interventor federal em São Paulo, sr. Ademar de Barros, posto à disposição do Estado, a pedido do govêrno, o distinto engenheiro patricio dr. Fábio Nogueira de Lima, cuja capacidade profissional é garantia de êxito dos serviços que lhe incumbem.

Em poucos mêses de trabalho, revelou para logo o Departamento a sua eficiência como órgão de assistência técnica aos municípios e de fiscalização de suas finanças.

Sem lhes embarçar a atividade administrativa, orienta-lhes a ação, aos prefeitos municipais, de feição que possam com mais segurança nortear os negócios públicos.

Só a secção legal já emitiu para mais de 170 pareceres.

A' secção de engenharia vão tocar serviços de alta relevância para a hygiene e desenvolvimento das principais cidades catarinenses. O problema de água e esgotos é instante para muitas delas. Indo buscar técnicos nessa especialidade, expressou o govêrno o pensamento que o domina e que já começou de se transformar em ação com estudos preliminares em Joinville, Blumenau e Itajaí.

A secção de contabilidade, além de examinar e conferir algumas centenas de balancetes remetidos pelas prefeituras, elaborou, sob a orientação do Diretor geral, projetos de padronização dos orçamentos e de códigos de contabilidade e tributário.

Tendo a Constituição de 10 de novembro tirado aos municípios o imposto cedular sôbre a renda de imóveis rurais, indispensável foi ao govêrno do Estado prover de novas fontes de receita as comunas catarinenses. Usando da faculdade que lhe outorga a Constituição, criou o Estado, e transferiu aos municípios, os impostos de produção agrícola e pastoril, de capitação, pecuário sôbre gado maior e menor e sôbre gado abatido.

Adotou o govêrno catarinense a formula rio-grandense.

O Estado de São Paulo preferiu um adicional ao imposto territorial para com êle compensar os municípios do desfalque que lhes determinou nas rendas a Constituição.

O imposto territorial já é, em nosso Estado, dos mais altos do país. Agravá-lo, seria criar embaraços ainda mais sérios aos municípios.

O imposto territorial, na maior parte dos países é, como nota Betim Pais Leme, imposto de renda. No Brasil, porém, é sôbre o capital, pois nem sempre a terra dá ou pôde dar renda, e quando dá, já vem gravada de outros impostos.

Cincinato Braga é preciso e lapidar, quando adverte que “nas mãos de governantes previdentes, êsse imposto deverá servir antes à finalidade de política social, do que política propriamente fiscal. Com êle devem jogar os govêrnos dos Estados em busca do objetivo primordial do parcelamento da propriedade imóvel”.

Onerar a terra, além do limite razoável, é dificultar o seu aproveitamento, sobretudo limitada como está a entrada de imigrantes no país.

Eis por que me pareceu mais aceitável a solução adotada pelo Estado vizinho, para suprir os municípios dos recursos que perderam com a absorção pela União do imposto cedular de renda de imóveis rurais.

A vida financeira das comunas catarinenses, através da receita arrecadada no exercício findo e a orçada para 1938, re-flete-se nos seguintes dados:

N.	MUNICÍPIOS	Receita arrecadada em 1937	Receita orçada para 1938
1	Araranguá . . . . .	224:064\$400	252:400\$000
2	Biguassú . . . . .	82:809\$100	93:500\$000
3	Blumenau . . . . .	972:937\$290	962:630\$000
4	Bom Retiro . . . . .	92:839\$060	110:000\$000
5	Brusque . . . . .	245:873\$400	249:900\$000
6	Caçador . . . . .	255:507\$800	283:500\$000
7	Camboriú . . . . .	50:844\$520	65:000\$000
8	Campo Alegre . . . . .	41:501\$800	50:600\$000
9	Campos Novos . . . . .	439:239\$900	410:145\$000
10	Canoinhas . . . . .	318:396\$767	310:000\$000
11	Concórdia . . . . .	317:423\$100	334:435\$000
12	Cresciuma . . . . .	169:676\$800	165:000\$000
13	Cruzeiro . . . . .	363:780\$700	322:070\$000
14	Curitibanos . . . . .	106:544\$600	110:000\$000
15	Florianópolis . . . . .	1.515:188\$303	1.600:000\$000
16	Gaspar . . . . .	108:034\$350	125:740\$000
17	Hamônia . . . . .	227:798\$000	190:000\$000
18	Imaruí . . . . .	41:642\$400	50:000\$000
19	Indaial . . . . .	177:049\$600	180:000\$000
20	Itaiópolis . . . . .	52:003\$600	78:000\$000
21	Itajaí . . . . .	662:159\$300	687:700\$000
22	Jaguaruna . . . . .	32:341\$400	41:000\$000
23	Jaraguá . . . . .	316:001\$700	301:700\$000
24	Joinville . . . . .	1.297:140\$900	1.220:000\$000
25	Lages . . . . .	332:372\$500	380:000\$000
26	Laguna . . . . .	302:014\$600	268:000\$000
27	Mafra . . . . .	238:357\$600	225:000\$000
28	Nova Trento . . . . .	62:358\$600	73:944\$000
29	Orleans . . . . .	155:250\$600	175:250\$000
30	Palhoça . . . . .	130:315\$700	162:200\$000
31	Paratí . . . . .	61:141\$000	65:000\$000
32	Pôrto Belo . . . . .	15:331\$700	38:250\$000
33	Pôrto União . . . . .	280:142\$390	333:700\$000
34	Rio do Sul . . . . .	487:831\$200	478:000\$000
35	Rodeio . . . . .	102:101\$300	135:000\$000
36	S. Bento . . . . .	172:114\$700	188:500\$000
37	S. Francisco do Sul . . . . .	363:900\$840	351:000\$000
38	S. Joaquim . . . . .	135:760\$600	110:500\$000
39	S. José . . . . .	143:617\$100	120:000\$000
40	Tijucas . . . . .	119:212\$120	162:500\$000
41	Timbó . . . . .	174:163\$940	176:500\$000
42	Tubarão . . . . .	315:629\$800	319:550\$000
43	Urussanga . . . . .	92:193\$700	97:200\$000
44	Xapecó . . . . .	199:991\$727	209:860\$000
	<b>Totais:</b>	<b>11.994:600\$507</b>	<b>12.263:274\$000</b>

O quadro abaixo compara a arrecadação do primeiro semestre de 1937 com a dêste ano:

N.	MUNICÍPIOS	RECEITA ARRECADADA		DIFERENÇA
		PRIMEIRO SEMESTRE		
		1937	1938	+ Para mais - Para menos
1	Araranguá . . . . .	147:576\$300	264:750\$300	+ 117:174\$000
2	Biguassú . . . . .	59:272\$100	58:253\$500	- 1:018\$600
3	Blumenau . . . . .	578:354\$190	667:108\$350	+ 88:754\$160
4	Bom Retiro . . . . .	60:788\$100	80:551\$200	+ 19:763\$100
5	Brusque . . . . .	157:841\$700	125:751\$400	- 32:090\$300
6	Caçador . . . . .	125:289\$000	155:478\$800	+ 30:189\$800
7	Camboriú . . . . .	34:196\$800	33:463\$200	- 733\$510
8	Campo Alegre . . . . .	26:881\$700	29:376\$000	+ 2:494\$300
9	Campos Novos . . . . .	179:820\$500	278:837\$100	+ 99:016\$600
10	Canoinhas . . . . .	218:259\$345	240:454\$350	+ 22:195\$005
11	Concórdia . . . . .	252:103\$000	353:071\$300	+ 100:968\$300
12	Crescuma . . . . .	113:969\$400	99:799\$100	- 14:170\$300
13	Cruzeiro . . . . .	229:211\$200	208:180\$300	- 21:030\$900
14	Curitibanos . . . . .	72:214\$000	67:949\$800	- 4:264\$200
15	Florianópolis . . . . .	731:572\$753	915:129\$809	+ 183:557\$056
16	Gaspar . . . . .	64:675\$100	78:719\$620	+ 14:044\$520
17	Hamônia . . . . .	111:984\$700	123:327\$900	+ 11:343\$200
18	Imaruí . . . . .	20:504\$000	20:345\$800	- 158\$200
19	Indaial . . . . .	87:833\$500	108:728\$400	+ 20:894\$900
20	Itaiópolis . . . . .	25:044\$700	41:011\$800	+ 15:967\$100
21	Itajaí . . . . .	314:067\$700	412:394\$900	+ 98:327\$200
22	Jaguaruna . . . . .	16:717\$100	25:608\$325	+ 8:891\$225
23	Jaraguá . . . . .	139:451\$500	190:198\$800	+ 50:747\$300
24	Joinville . . . . .	606:752\$200	951:211\$300	+ 344:459\$100
25	Lages . . . . .	197:885\$100	203:194\$300	+ 5:309\$200
26	Laguna . . . . .	143:299\$600	198:589\$860	+ 55:290\$260
27	Mafra . . . . .	141:053\$900	150:835\$400	+ 9:781\$500
28	Nova Trento . . . . .	35:568\$600	57:289\$900	+ 21:721\$300
29	Orleans . . . . .	76:442\$900	55:601\$300	- 20:841\$600
30	Palhoça . . . . .	58:039\$750	87:537\$820	+ 29:498\$070
31	Parati . . . . .	34:935\$850	29:663\$600	- 5:272\$250
32	Pôrto Belo . . . . .	8:928\$660	15:006\$300	+ 6:077\$640
33	Pôrto União . . . . .	155:786\$380	187:957\$670	+ 32:171\$290
34	Rio do Sul . . . . .	210:921\$100	270:932\$400	+ 60:011\$300
35	Rodeio . . . . .	31:695\$600	71:235\$000	+ 39:539\$400
36	S. Bento . . . . .	116:230\$900	127:358\$000	+ 11:127\$100
37	S. Francisco . . . . .	178:899\$190	237:370\$395	+ 58:471\$205
38	S. Joaquim . . . . .	81:783\$700	94:967\$700	+ 13:184\$000
39	S. José . . . . .	90:281\$900	110:491\$800	+ 20:209\$900
40	Tijucas . . . . .	74:913\$610	96:780\$660	+ 21:867\$050
41	Timbó . . . . .	92:850\$040	89:080\$400	- 3:769\$640
42	Tubarão . . . . .	198:343\$700	236:271\$600	+ 37:927\$900
43	Urussanga . . . . .	70:183\$200	84:726\$200	+ 14:543\$000
44	Xaçepé . . . . .	52:981\$000	111:826\$636	+ 58:845\$636
	Totais . . . . .	6.425:405\$268	8.046:418\$385	+1.724:362\$617 - 103:349\$500 1.621:013\$117

## SAUDE PUBLICA

Os problemas referentes à saúde pública estavam no Estado relegados a plano secundário.

A antiga Diretoria de Higiene mais não era que repartição burocrática e decorativa, pois se lhe atribuiu até 1936 a irrisória verba de 129:700\$000 por ano.

Essa dotação representava menos de 1% sôbre a previsão orçamentária. Talvez a menor verba consignada em orçamento estadual para serviço de saúde !

Urgia, por isso, traçar rumos novos a êsse sector da administração, aparelhando-o de elementos e dando-lhe organização técnica capaz de atender às necessidades e exigências coletivas.

Foi o que se fez com a lei n. 138, de 14 de novembro de 1936, que transformou a diretoria de higiene em Departamento de Saúde pública, com as seguintes secções: a) — propaganda e educação sanitárias; b) — fiscalização de exercício profissional; c) — estatística vital; d) — engenharia sanitária; e) — laboratórios; f) — epidemiologia; g) — higiene das habitações; h) — higiene da alimentação; i) — higiene do trabalho; j) — higiene pre-natal; k) — higiene da criança; l) — profilaxia da sífilis e de outras doenças venéreas; m) — profilaxia da tuberculose; n) — profilaxia da lepra; o) profilaxia da malária; p) — profilaxia de outras endemias rurais; q) — enfermagem de saúde pública.

Posteriormente, com a lei n. 161, de 2 de setembro de 1937, dividiu-se o Estado em sete distritos sanitários; organizou-se o quadro dos funcionários e fixaram-se-lhes os vencimentos; determinou-se a instalação de centros de saúde, nas sedes de cada distrito, e postos e sub-postos nas localidades onde o indicassem as condições nosográficas de cada município e o permitissem as finanças estaduais.

Assim que, foram inicialmente determinadas para sedes de distritos as cidades de Florianópolis, Blumenau, Joinville, Tubarão, Lages, Canoinhas e Cruzeiro e para sede de postos permanentes os portos de São Francisco, Itajaí e Laguna. Foi também resolvida a criação dum posto itinerante, montado em carro da rêde-viação Paraná-Santa Catarina, a fim de aten-

der aos núcleos de população localizada à margem da linha que vai de Pôrto União à fronteira do Rio Grande do Sul.

Estão em pleno funcionamento, ainda que instalados em sedes provisórias, os centros de Florianópolis e Joinville e o posto de Itajaí, inaugurados respectivamente em 22 de fevereiro, 26 de março e 5 de junho do corrente ano.

Os demais serão instalados no ano que se aproxima, em prédios especialmente construídos pelo Estado, salvo o de Tubarão, de cuja edificação se encarregou o próprio município, numa nitida e exemplar compreensão do interesse coletivo. As municipalidades de Laguna e São Francisco doaram o terreno para os respectivos postos. A de Lages desistiu da indenização que lhe cabia pela desapropriação do velho teatro municipal para ser, como o está sendo, imediatamente construído o edifício do Centro.

Em Joinville, lançou-se já a pedra fundamental do novo Centro, em terreno doado pelo município.

Nesta Capital, contratado em novembro do ano passado por 745:199\$600, está em construção o prédio do Departamento de Saúde, em ponto central da cidade.

As obras, em vias de conclusão, cobrem a área de 1.180 ms.2. Aí ficarão localizados a Diretoria geral, o laboratório central, o almoxarifado, o Centro de Saúde da Capital e o dispensário de lepra.

**Preparação** — Para a execução do plano que se traçara, colocou o Governo à frente do Departamento de Saúde o dr. Amílcar Barca Pelon, posto à disposição do Estado pelo Governo federal e que já organizára com eficiência serviços da mesma natureza em outras unidades da Federação.

De mister também era prover o Departamento dum pequeno grupo de técnicos, aos quais se pudessem confiar as várias secções em que êle iria subdividir-se.

Foram, por isso, contratados no Rio, por indicação do ilustre Diretor-geral do D. S. P., um laboratorista-chefe, diplomado pelo Instituto de Manguinhos, um engenheiro-sanitarista e um malariólogo, tendo o Ministério da Educação posto à disposição do Estado uma enfermeira diplomada pela escola D. Ana Nery.

O Estado destacou ainda um dos médicos do Departamento para frequentar o curso de higiene e de saúde pública, da Universidade do Rio de Janeiro e comissionou outros para os cursos intensivos instituídos pela Diretoria geral de saúde e de Assistência médico-social, quais os de leprologia, tisiologia, estatística vital e epidemiologia.

O preparo dos pequenos técnicos também não foi descurado. Para isso foram criados cursos especiais de auxilia-

res de laboratório, de microscopistas, visitadoras e guardas sanitários aos quais têm ingresso os candidatos aprovados em exames de seleção prévia.

**Trabalhos executados** — Em 1937 o Departamento, ainda com sua antiga feição, executou os seguintes trabalhos:

**Exames de Laboratório:**

De urina . . . . .	62
De escarro . . . . .	71
De sangue . . . . .	5
De fezes . . . . .	13
De muco nasal . . . . .	6

**Polícia sanitária das habitações  
e dos generos alimentícios**

Vistoria sanitária em prédios vagos . . . . .	198
Vistoria sanitária em estabelecimentos comerciais . . . . .	97
Vistoria sanitária em locais de diversões . . . . .	72
Habite-se . . . . .	198
Intimações expedidas . . . . .	49
Gêneros inutilizados . . . . . quilos	59.400
Desinfecções . . . . .	3

**Serviço de fiscalização do leite**

Densimetrias . . . . .	10.952
Butiremetrias . . . . .	2.193
Média em densidade . . . . .	1.029
Idem em gordura . . . . .	4,0%
Leite inutilizado . . . . . litros	2.412
Leiteiros multados . . . . .	43

**Serviço de epidemiologia:**

Vacinações . . . . .	3.294
Atestados fornecidos . . . . .	3.357
Tubos de linfa fornecidos para o interior . . . . .	7.304

**Hidrografia sanitária:**

Valas limpas . . . . .	171
Total de metros . . . . .	28.177
Intimações diversas . . . . .	94

No ano corrente, já em fase de reforma, o D. S. P. pode exhibir resultados mais apreciáveis.



**Casamentos:**

a) — % s/ mil habitantes . . . . . 6,68

**Laboratório** — Cumpre a essa secção, já inteiramente remodelada, auxiliar o serviço de epidemiologia no tocante às doenças transmissíveis, facilitando os diagnosticos, descobrindo os portadores sãos, selecionando comunicantes, verificando o tratamento das pessoas matriculadas nas outras secções, bem como elucidar as condições sanitárias das águas de abastecimento público e dos alimentos em geral, sobretudo do leite.

Foi o laboratório ajustado aos processos técnicos mais recomendáveis, com aparelhamento moderno, de modo que realise a sua alta e importante finalidade.

Para isso conta já com corpo técnico selecionado.

Os metodos para o preparo dos meios de cultura, reativos e corantes, assim como as técnicas sorológicas e os processos para isolamento e identificação de germens, são os adotados no laboratório de saúde pública federal, onde esteve em estudo um auxiliar da secção.

Em três meses de serviço (abril a junho), poudo o laboratório exhibir os seguintes dados numéricos do seu movimento:

**SANGUE**

— **Hematoscopia:**

Plasmodium vivax . . . . .	63
Plasmodium falciparum . . . . .	51
Plasmodium malariae . . . . .	3
Associação de P. vivax e P. falciparum . . . . .	5
Total dos positivos . . . . .	122
Total dos negativos . . . . .	816
Total de exames . . . . .	938

**Reação de Wassermann:**

Positivas . . . . .	78
Negativas . . . . .	133
Total das reações . . . . .	205
Duvidosas . . . . .	4

**Reação de Kahn:**

Positivas . . . . .	91
Negativas . . . . .	100
Duvidosas . . . . .	4
Total das reações . . . . .	195

**Reação de Kline:**

Positivas . . . . .	90
Negativas . . . . .	95

Duvidosas . . . . .	0
Total das reações . . . . .	204
Total das reações positivas . . . . .	248
Total das reações negativas . . . . .	328
Total das reações duvidosas . . . . .	8
Total dos exames . . . . .	584

**Reação de Widal:**

Positivas tifo . . . . .	14
Positivas paratifo A . . . . .	2
Positivas paratifo B . . . . .	0
Negativas . . . . .	23
Total das reações . . . . .	41
URINA — Total dos exames parciais . . . . .	165
LIQUOR — R. Wassermann — negativa . . . . .	1
R. de Nonne — positiva . . . . .	1
R. de Pandy — positiva . . . . .	1
R. de Langue. — positiva . . . . .	1
R. de Mastic. — positiva . . . . .	1
R. de Benjoin — positiva . . . . .	1
Contagem de leucocitos . . . . .	1
Dosagem de albumina . . . . .	1
Total de exames . . . . .	8

**FEZES**

**— Oo helmintoscopia:**

Ascaris . . . . .	112
Necator . . . . .	52
Trichuris . . . . .	33
Enterobius . . . . .	1
Ascaris + Necator . . . . .	139
Ascaris + Trichuris . . . . .	151
Ascaris + Enterobius . . . . .	1
Necator + Trichuris . . . . .	38
Ascaris + Necator + Enterobius . . . . .	2
Ascaris + Trichuris + Enterobius . . . . .	1
Ascaris + Necator + Trichuris . . . . .	350
Enterobius . . . . .	5
Total positivos . . . . .	886
Negativos . . . . .	48
Total de exames . . . . .	934

**Pesquisa de protozoários intestinais (doença):**

Entamoeba histolitica . . . . .	2
Giardia intestinalis . . . . .	2

Trichomonas intestinais .. . . .	1
Positivo .. . . .	0
Negativo .. . . .	18
Total de exames .. . . .	23

**Pesquisa de protozoários intestinais (portador):**

Entameba histolytica .. . . .	23
Entameba coli .. . . .	30
Giardia intestinalis .. . . .	19
Iodamoeba butschili .. . . .	4
Positivos .. . . .	60
Negativos .. . . .	366
Total de exames .. . . .	442

**Cultura:**

Positivo (grupo tifico) .. . . .	1
Negativo .. . . .	1
Total .. . . .	2

**Hemosedimentação:**

Normal .. . . .	0
Anormal .. . . .	1
Total de exames .. . . .	442

**ESCARRO — Pesquisa do Bacilo de Koch (exame direto)**

Positivos .. . . .	21
Negativos .. . . .	163
Total de exames .. . . .	184

**Inoculação em cobaia:**

Positivo .. . . .	1
Negativo .. . . .	0
Total .. . . .	1

**Pesquisa do Bacilo de Koch (com homogeneização):**

Positivos .. . . .	1
Negativos .. . . .	10
Total homogeneização .. . . .	11
Total de exames .. . . .	22

**MUCO-NASAL — Pesquisa do Bacilo de Hansen:**

Positivo .. . . .	0
Negativo .. . . .	2
Total .. . . .	2

<b>EXUDATO</b>	<b>— Pesquisa de Gonococos:</b>	
	Positivas . . . . .	52
	Negativas . . . . .	52
	Total de exames . . . . .	104
	<b>Pesquisa do Bacilo de Duerrey:</b>	
	Positivas . . . . .	9
	Negativas . . . . .	3
	Total de exames . . . . .	12
	<b>Exame de Ouvido Médio:</b>	
	<b>Pesquisa ger. patogênicos não especificados:</b>	
	Total de exames feitos . . . . .	1
	<b>Pesquisa de Treponema pallidum:</b>	
	Positivos . . . . .	0
	Negativos . . . . .	2
	Total de exames . . . . .	2
	<b>Pesquisa de Bacilo difterico:</b>	
	Positivas . . . . .	1
	Negativas . . . . .	15
	Total de exames . . . . .	16
	Total de exames . . . . .	3.462
	Média diária . . . . .	38,4

**OUTRAS SECÇÕES**

Os seus trabalhos durante quatro meses são expressos pelos seguintes numeros:

**SERVIÇO DE HIGIENE PRE-NATAL**

Gestantes inscritas . . . . .	126
Gestantes atendidas . . . . .	840
Gestantes atendidas para re-exames . . . . .	160
Gestantes atendidas para consultas . . . . .	309
Gestantes atendidas para tratamento . . . . .	371
Gestantes encaminhadas para o S. Odontologico . . . . .	53
Gestantes encaminhadas para o S. O. O. R. . . . .	7
Gestantes encaminhadas para outros serviços . . . . .	5
Injeções aplicadas . . . . .	513
Curativos diversos . . . . .	39
Tomadas de pressão arterial . . . . .	121

Requisições de exames de urina . . . . .	128
Requisições de exames de sangue para Wassermann . . . . .	96
Requisições para outros serviços . . . . .	32
Partos assistidos em domicílio . . . . .	4
Partos a termo: normais . . . . .	3
Partos a termo: anormais . . . . .	1
Abortos . . . . .	2
Nati-mortos . . . . .	1
Exames post-partum . . . . .	7
Com puerperio normal . . . . .	6
Pesadas de recém-nascidos . . . . .	7
Infantes encaminhados ao S. H. Infantil	6
Pedidos de visitas a gestantes . . . . .	3
Visitas a domicílio pela visitadora . . . .	38

### SERVIÇO DE HIGIENE DA CRIANÇA

#### Secção Infantil

Infantes inscritos . . . . .	311
Infantes atendidos . . . . .	1.012
Pesadas . . . . .	885
Consultas . . . . .	955
Re-exames . . . . .	494
Prescrições de tratamento anti- luetico . .	36
Óbitos de infantes inscritos . . . . .	7
Formulas distribuidas . . . . .	876
Injeções applicadas . . . . .	127
Prescrições de regimes . . . . .	347
Aplicações de ultra violeta . . . . .	8
Encaminhados a outros serviços . . . . .	25
Conselhos individuais de puericultura . . .	966
Requisições de exames . . . . .	6

### SERVIÇO DE HIGIENE DA CRIANÇA

#### Secção Escolar

Escolas públicas visitadas . . . . .	119
Professores inspecionados . . . . .	16
Escolares inscritos . . . . .	904
Escolares encaminhados ao Serv. de Odon- tologia . . . . .	802
Escolares encaminhados ao Serviço de Of- talmoto-otologia . . . . .	608
Escolares encaminhados ao Serv. de S. S. O. D. V. . . . .	24



Pessôas atendidas . . . . .	2.589
Pessôas do Serviço Escolar . . . . .	2.357
Pessôas atendidas para efeito de inspeção	248
Pessôas atendidas em curso de tratamento	1.680
Pessôas atendidas para socorro urgente .	429
Pessôas do Serviço Pre-Natal . . . . .	89
Pessôas de outros serviços . . . . .	143

### Secção Escolar

Extrações . . . . .	864
Extrações de dentes temporários . . . . .	458
Extrações de dentes permanentes . . . . .	406
Expurgos bucais . . . . .	40
Reduções de abscessos . . . . .	3
Curativos . . . . .	914
Restaurações . . . . .	617
Obturações de canais . . . . .	21
Restaurações a amalgama . . . . .	283
Restaurações a cimento . . . . .	264
Restaurações a guta percha . . . . .	70
Tratamentos ultimados . . . . .	53
Aplicações tópicas . . . . .	12

### Proteção ao molar do 6.º ano

Inspeccionados . . . . .	871
Inspeccionados: integros . . . . .	188
Inspeccionados: restaurados . . . . .	36
Inspeccionados: cariados . . . . .	647
Inspeccionados cariados: aproveitáveis . .	391
Inspeccionados cariados: inaproveitáveis	256
Inspeccionados: anômalos . . . . .	27
Em tratamento . . . . .	264
Em tratamento: medicados . . . . .	184
Em tratamento: extraídos . . . . .	171
Em tratamento: restaurados . . . . .	113

### Secção Pre-Natal

Extinções de infecções focais . . . . .	1
Curativos . . . . .	40
Expurgos bucais . . . . .	2
Extrações . . . . .	72
Obturações . . . . .	18
Tratamentos ultimados . . . . .	2
Conselhos e palestras individuais . . . . .	2

SERVIÇO DE OFTALMO-OTO-RINO-LARINGOLOGIA

	112	6	241	356
	Do serv. de H. E.	Do serv. P. N.	De ou- tros serv.	Total
Total de pessoas inscritas . . . . .	112	6	241	356
Pessoas inscritas em ouvidos . . . . .	20		80	100
Pessoas inscritas em nariz . . . . .	16		47	63
Pessoas inscritas em garganta . . . . .	66	1	66	133
Pessoas inscritas em laringe . . . . .	4	1	33	28
Pessoas atendidas . . . . .	271	6	1228	1505
Re-exames de olhos . . . . .	26		21	47
Re-exames de ouvidos . . . . .	9		2	11
Re-exames de nariz . . . . .			2	2
Re-exames de garganta . . . . .	5			5
Re-exames de laringe . . . . .			1	1
Curativos de olhos . . . . .	59		661	720
Curativos de ouvidos . . . . .	23		124	147
Curativos de nariz . . . . .	2		2	4
Curativos de garganta . . . . .	1		1	2
Curativos de laringe . . . . .			4	4
Operações de olhos . . . . .	1		14	15
Operações de nariz . . . . .	3		1	4
Operações de garganta . . . . .	9			9
Operação de ouvidos . . . . .			2	2
Operação de boca . . . . .			1	1
Injeções aplicadas . . . . .				223
Requisições de exames . . . . .				10
Pessoas encaminhadas a ou- tros serviços . . . . .				5
Notificações . . . . .				3

SERVIÇO DE PROFILAXIA DA TUBERCULOSE

Doentes atendidos . . . . .	1.772
Examinados pela 1. <sup>a</sup> vez . . . . .	423
Examinados confirmados . . . . .	43
Examinados suspeitos . . . . .	420
Re-exames de suspeitos . . . . .	72
Re-exames de confirmados . . . . .	10
Requisições de exame em escarro . . . . .	173
Encaminhados a outros serviços . . . . .	10
Requisições a outros exames . . . . .	4
Radioscopias . . . . .	298
Radiografias . . . . .	113
Pneumotorax artificial — instalação . . . . .	12
Pneumotorax artificial — re-insuflação . . . . .	133

Consultas para medicação . . . . .	55
Formulas distribuidas . . . . .	33
Injeções auroterapicas . . . . .	27
Injeções outras . . . . .	576
Conselhos e palestras individuais . . . . .	3
Folhetos impressos e distribuidos . . . . .	31
Visitas a domicilio feitas por visitadoras	80

SERVIÇO DE PROFILAXIA DE SIFILIS E DE  
OUTRAS DOENÇAS VENEREAS

Pessôas inscritas . . . . .	179
Pessôas inscritas em sífilis . . . . .	83
Pessôas inscritas em gonorréa . . . . .	75
Pessôas inscritas em cancro mole . . . . .	20
Pessôas atendidas . . . . .	2.632
Pessôas inscritas em Linfogranlomatose . . . . .	1
Re-exames . . . . .	2.289
Consultas . . . . .	2.622
Requisições feitas ao Laboratório . . . . .	349
Requisições para reação de Wassermann ou modificações . . . . .	99
Requisições para reação de Kahn . . . . .	75
Requisições para pesquisa de gonococo . . . . .	70
Requisições para pesquisa do B. de Ducrey . . . . .	13
Requisições para exames de urina . . . . .	3
Requisições para outras pesquisas . . . . .	63
Injeções de mercúrio . . . . .	41
Injeções de néo-salvarsan . . . . .	10
Injeções de bismutho . . . . .	705
Injeções de iodeto de sódio . . . . .	48
Injeções de gonovacina . . . . .	425
Injeções outras . . . . .	126
Curativos de sífilis . . . . .	170
Curativos de gonorréa . . . . .	1.130
Curativos de cancro mole . . . . .	271
Curativos outros . . . . .	87
Pequenas intervenções . . . . .	40
Consultas e palestras individuais . . . . .	317
Aplicações de infra vermelho . . . . .	11
Folhetos impressos e distribuidos . . . . .	26
Atendidos não inscritos . . . . .	10

SERVIÇO DE EPIDEMIOLOGIA

	Notificações		
	Recebidas	Confir- madas	Neg.
Do grupo tifico . . . . .	69	37	32
de difteria . . . . .	6	5	1
de paludismo . . . . .	31	25	6
de tuberculose . . . . .	7	6	1
de lepra . . . . .	3	2	1
de meningite cerebro-espinal epi- demica . . . . .	1	0	
de gripe . . . . .	53	0	
de disenteria amebiana . . . . .	10	4	6
de coqueluche . . . . .	3	3	
de febre amarela . . . . .	1	0	1
Colheitas de material para elucidação de diagnóstico . . . . .			168
Colheitas de material para elucidação de portador . . . . .			55
Colheitas de material para efeito de libera- ção . . . . .			2
Requisições de exame de laboratório . . . . .			189
Imunizações contra o grupo tifico disente- rico . . . . .			339
Imunizações contra difteria . . . . .			24
Imunizações contra variola . . . . .			1.681
Tubos linfa vacina anti-variólicas distri- buidas . . . . .			7.041
Vacinas médicas para verificação . . . . .			1.530
Visitas médicas para vigilância . . . . .			27
Inquéritos epidemiológicos . . . . .			54
Inscritos na secção . . . . .			245
Remoção de doentes . . . . .			1
Pedidos de visitas . . . . .			210
Ordens médicas . . . . .			32
Notificações para afastamento temporá- rio . . . . .			16
Notificações para libertação . . . . .			6
Conselhos profilaticos individuais . . . . .			64
Ofícios expedidos . . . . .			79
Ofícios recebidos . . . . .			29
Telegramas expedidos . . . . .			21
Telegramas recebidos . . . . .			6

POLÍCIA SANITÁRIA DAS HABITAÇÕES E DOS  
GENEROS ALIMENTÍCIOS

Plantas aprovadas . . . . .	21
Vistorias sanitárias em prédios vagos ..	127
Habite-se . . . . .	98
Intimações expedidas . . . . .	283
Intimações cumpridas . . . . .	175
Intimações a cumprir . . . . .	78
Vistorias sanitárias em estabelecimentos comerciais . . . . .	1.488
Vistorias sanitárias em Cinemas, Teatros, Depósitos, Barbearias, etc. . . . .	264
Reclamações atendidas . . . . .	13
Licenças concedidas para funcionamen- to de estabelecimentos comerciais e generos alimentícios . . . . .	2
Generos alimentícios inutilizados .. quilos	1.651

**Exames de manipuladores**

Cadernetas de saúde expedidas em 1. <sup>a</sup> via	503
Cadernetas de saúde expedidas em 2. <sup>a</sup> via	226

**Fiscalização sanitária nos municípios de S.  
José e Palhoça**

Rezes abatidas para o consumo público .	3.153
Visceras inutilizadas . . . . .	502
Vistorias sanitárias em estabelecimentos de generos alimentícios . . . . .	360
Intimações expedidas . . . . .	175
Intimações cumpridas . . . . .	175

**SERVIÇOS DE ENDEMIAS RURAIS**

**Serviço de Profilaxia da Malária**

Pessoas matriculadas . . . . .	359
Pessoas em tratamento . . . . .	161
Inquéritos iniciados . . . . .	4
Inquéritos terminados . . . . .	2
Baços examinados . . . . .	238
Baço 0 . . . . .	280
Baço 1 . . . . .	32
Baço 2 . . . . .	31
Baço 3 . . . . .	14
Baço 4 . . . . .	2
Laminas enviadas ao Laboratório . . . .	267

**Medicação distribuída**

Atebrina — comprimidos . . . . .	2.379
Plasmoquina — comprimidos . . . . .	1.137
Quinino — comprimidos . . . . .	3.906

**Produção de larvas**

Pesquisas realizadas . . . . .	4.714
Pesquisas positivas . . . . .	430
Anofelineos creados e identificados . . . . .	122

**Produção de alados**

Inspeções domiciliares . . . . .	1.048
----------------------------------	-------

**Profilaxia da Necatirose**

Pessôas recenseadas . . . . .	811
Latas enviadas ao Laboratório . . . . .	433
Latas recolhidas . . . . .	126
Latas distribuídas . . . . .	171
Primeira medicação . . . . .	5.392
Segunda medicação . . . . .	2.832
Intimados para instalação de fossas sanitárias . . . . .	155

**Trabalhos de Hidrografia Sanitária**

Valões construídos em alvenaria metros	365
Valas construídas . . . . . metros	2.525
Valas reconstruídas . . . . . metros	300
Limpeza de valões . . . . . metros	1.300
Limpeza de corregos . . . . . metros	2.612
Retificação de corregos . . . . . metros	90
Desmatamento . . . . . m2.	18.600
Roçagem e capina . . . . . mts2	2.320
Aterros . . . . . mts3.	500
Levantamentos topográficos . . . . .	3
Plantas confeccionadas . . . . .	5
Cópias de Plantas . . . . .	10

**ASSISTÊNCIA A PSICOPATAS**

São os doentes mentais recolhidos atualmente ao hospital de Azambuja, estabelecimento particular, em Brusque, e ao hospício Oscar Schneider, municipal, em Joinville.

Não dispõem de instalações apropriadas e menos ainda de recursos técnicos adequados ao tratamento conveniente dos doentes.

Com êles, entretanto, dispense o Estado, anualmente mais de duzentos contos de réis.

Imperativo de assistência social elementar, portanto, a construção pelo poder público estadual, dum estabelecimento onde os psicopátas sejam não apenas recolhidos e alimentados, mas tratados pelos processos científicos modernos.

Com êsse pensamento e empós ouvir especialistas, entre os quais o ilustre doutor Waldemiro Pires, ilustre diretor da divisão de assistência a psicopátas do Departamento Nacional de Saúde, adquiriu o Govêrno, por cento e setenta contos de réis, no lugar Maroim, do município de São José, extensa área de terras para a instalação dum hospital-colônia nos moldes sugeridos pelos que, com autoridade técnica para dizer, foram consultados e ouvidos.

No dia 20 de agôsto foi lançada a pedra fundamental, sendo atacadas as obras com a decisão de as entregar em breve prazo aos seus altos objetivos sociais.

Com capacidade a Colônia para trezentos doentes, obedeceu-lhe o projeto em execução aos modernos preceitos da psiquiatria, assegurando-se a separação dos sexos e a distribuição dos internados, consoante suas reações psicopáticas.

Orçada a obra em cerca de 1.400 contos de réis, penso poderá o Estado, sem prejuizo de outros serviços, realizá-la com os recursos ordinários do seu erário.

## PROFILAXIA DA LEPROA

Descurado por longos anos, a despeito da sua gravidade, só com o atual govêrno da República começou de ser o problema da profilaxia do mal de Hansen enfrentado com energia e ânimo resolutivo em todos os Estados da Federação.

Auxiliando os Estados na construção, instalação e manutenção de leprosários, possibilitou o govêrno federal a solução do problema que se vinha adiando numa imprevidência inescusável.

Santa Catarina vem assim construindo um leprosário com capacidade para recolher todos quantos atingidos do mal, habitarem-lhe o território.

Situada no distrito de São Pedro de Alcântara, em distância de 25 Km. da Capital do Estado, a Colônia, já denominada de Santa Teresa, poderá ser inaugurada nos primeiros meses do ano próximo.

Do plano geral projetado já estão concluídas as seguintes obras:

1 — Na zona dos sadios: arruamento com rede de água e esgotos; prédio para a residência do médico; 2 grupos de ca-

sas geminadas para sãos; captação de água; reservatório de distribuição; usinas termo-elétricas com motor Diesel; ponte em concreto armado.

2 — Na zona intermediária: estrada de ligação com a zona dos sadios; arruamentos e sargeteamentos; canalização de água, esgotos e águas pluviais; prédio da administração com farmácia, laboratório e almoxarifado.

3 — Na zona dos doentes: dispensário geral e enfermarias com sala de operações; pavilhão cozinha-refeitório; lavanderia; 5 pavilhões tipo Carville para homens e dois para mulheres; arruamento e sargeteamento com redes de águas pluviais; estação de elevação e tratamento das águas residuais.

Estão sendo instaladas a cozinha e lavanderia que foram importadas da Alemanha, com isenção de direitos aduaneiros.

Foram iniciadas no segundo semestre do ano corrente mais as seguintes construções:

a) — na zona intermediária: um prédio para casa das Irmãs já contratadas para o serviço do leprosário;

b) — Na zona dos doentes: 4 pavilhões tipo Carville.

O Estado já dispendeu alí a importância de 949:386\$929, assim distribuída:

1) — em 1936:

a) — aquisição do terreno . . . . . 148:752\$600

b) — movimento de terra e construções . . . . . 91:246\$700

2) — em 1937:

a) — medição, levantamento e limpeza do terreno . . . . . 10:510\$300

b) — construções . . . . . 291:165\$229

3) — em 1938:

a) — cozinha e lavanderia . . . . . 206:920\$100

b) — construções . . . . . 128:000\$000

c) — rede de abastecimento de agua 28:000\$000

d) — grupo eletrogênio 40 K. V. A. . . 44:774\$000

A União contribuiu em 1936 com 393:489\$800 e em 1937 com 360:000\$000.

Possuindo o serviço atualmente dois médicos, o diretor da Colônia e um auxiliar-técnico, executam eles atualmente o censo dos leprosos existentes no Estado.

De maio de 1937 a maio último foram visitados 28 municípios, num total de 219 localidades. Foram examinadas 786 pessoas, afóra alguns menores remetidos diretamente ao dispensário desta Capital pelo Juízo de Menores. Foram colhidas 931 laminas de material para exame de laboratório.



QUADRO V

Estado civil

Est. civil	N.	%
Solteiros . . . . .	69	46
Casados . . . . .	61	40,6
Viuvos . . . . .	20	13,3
	<hr/>	
Total	150	
	<hr/>	

QUADRO VI

Raças

Raças	N.	%
Branca . . . . .	136	90,6
Mestiça . . . . .	12	8
Preta . . . . .	2	1,3
	<hr/>	
Total	150	
	<hr/>	

QUADRO VII

Nacionalidade

Países	N.	%
Brasil . . . . .	146	97,3
Alemanha . . . . .	1	0,6
Itália . . . . .	1	0,6
Polonia . . . . .	1	0,6
Síria . . . . .	1	0,6
	<hr/>	
Total	150	
	<hr/>	

QUADRO VIII

Naturalidade

	N.	%
Santa Catarina . . . . .	143	95,3
Paraná . . . . .	2	1,3
São Paulo . . . . .	1	0,6
Bunges Staad (Alemanha) . .	1	0,6
Poxhecen (Polonia) . . . . .	1	0,6
Beyruth (Síria) . . . . .	1	0,6
Milão (Itália) . . . . .	1	0,6
	<hr/>	
Total	150	
	<hr/>	

QUADRO IX

Profissão

Funcionário público . . . . .	1
Cozinheiro . . . . .	1
Estudantes . . . . .	3
Lavadeiras . . . . .	4
Tecelãs . . . . .	2
Alfaiate . . . . .	1
Lavoura . . . . .	56
Prostitutas . . . . .	3
Empregados no comércio . . . . .	6
Domésticas . . . . .	29
Marceneiros . . . . .	3
Carpinteiro . . . . .	1
Pescadores . . . . .	5
Rendeiras . . . . .	2
Fogueteiro . . . . .	1
Vendedor de jornal . . . . .	1
Guindasteiro . . . . .	1
Carroceiros . . . . .	2
Oleiro . . . . .	1
Operários . . . . .	2
Mascate . . . . .	1
Pedreiros . . . . .	3
Trocador de ônibus . . . . .	1
Construtor . . . . .	1
Barbeiros . . . . .	2
Separador de feijão . . . . .	1
Músico . . . . .	1
Copeiro . . . . .	1
Professora . . . . .	1
Esmoler . . . . .	1
Inativos . . . . .	12
	<hr/>
Total	150
	<hr/>

QUADRO X

Origem do contacto

Origem	N.	%
Pai . . . . .	23	15,3
Mãe . . . . .	3	2
Tios . . . . .	11	7,3
Patrão . . . . .	2	1,3

Madrinha . . . . .	1	0,6
Marido . . . . .	4	2,6
Amigo . . . . .	9	6
Vizinhos . . . . .	5	3,3
Resid. no fóco . . . . .	9	6
Cunhados . . . . .	4	2,6
Pai adotivo . . . . .	2	1,3
Primos . . . . .	2	1,3
Ignorados . . . . .	67	44,6
	<hr/>	
Total	150	
	<hr/>	

Municípios	N.	%	N. localidades visitadas
Biguassú . . . . .	3	2	6
Blumenau . . . . .	2	1,3	8
Cresciuma . . . . .	1	0,6	5
Florianópolis . . . . .	23	15,3	28
Gaspar . . . . .	2	1,3	2
Hamônia . . . . .	1	0,6	5
Indaial . . . . .	1	0,6	3
Itajaí . . . . .	16	10,6	10
Jaraguá . . . . .	5	3,3	4
Lages . . . . .	24	16	24
Laguna . . . . .	22	14,6	10
Orleans . . . . .	1	0,6	8
Palhoça . . . . .	20	13,3	23
Pôrto União . . . . .	2	1,3	5
Rio do Sul . . . . .	2	1,3	6
São Francisco . . . . .	5	3,3	14
São José . . . . .	1	0,6	4
Tijucas . . . . .	5	3,3	10
Tubarão . . . . .	12	8	12
	<hr/>		
Total	150		192
	<hr/>		

### DESPESAS DO DEPARTAMENTO

No exercício financeiro de 1937 foram atribuídas à antiga Diretoria de higiene as seguintes verbas orçamentárias:

177:408\$000 para as suas atividades próprias e . . . . .  
 349:080\$000, como auxílio a hospitais, instituições pias e beneficentes.

O orçamento do exercício em curso consignou as seguintes verbas: para os serviços de saúde 1.209:670\$000 e . . . . .

376:080\$000 para subvenções. Aquela verba representa 4% da receita orçada, e dá a média de 1\$120 por habitante.

Assim que, à saúde pública e assistência médico-social atribuiu o orçamento vigente, evidenciando nova orientação administrativa, a dotação global de 1.666:750\$000. Eleva essa cifra a percentagem dos recursos atribuídos ao Departamento a 5, 3 % e 1\$400 a despesa per capita.

O quadro subsequente põe em relêvo a distribuição das verbas:

Rubricas	Pessoal	Material	Totais
Administração Central . . .	186:540\$000	66:000\$000	252:540\$000
Laboratório . . . . .	51:780\$000	35:000\$000	86:780\$000
Centro de Saúde da Capital .	210:960\$000	45:000\$000	225:960\$000
Serviços do Interior . . . .	236:400\$000	100:000\$000	336:400\$000
Contratos de técnicos . . . .	72:000\$000		72:000\$000
Diárias e gratificações . . .	100:000\$000		100:000\$000
Asilo Colônia Santa Teresa .	36:990\$000	150:000\$000	186:990\$000
Totais . . . . .	894:670\$000	396:000\$000	1.290:670\$000
Subvenções a Instituições de Assistência Médico-social .			376:080\$000
Total final . . . . .			1.666:750\$000

Afóra essas verbas, dispõe o Departamento da taxa de saúde, fundo criado em 1936, e que só no atual exercício foi incorporado ao orçamento.

Naquele ano produziu 118:520\$400 e em 1937 412:477\$000. Descontadas as despesas efetuadas por conta desse fundo naqueles dois exercícos passou para o atual o saldo de . . . . . 422:327\$500. Dêle foi dispendida com material a quantia de 333:008\$100 e em pessoal a de 20.089\$800.

As despesas com construções correm pelas verbas atribuídas à Diretoria de Obras Públicas.

Somadas as despesas efetuadas pelos dois departamentos neste e no exercício passado, teremos a cifra de . . . . . 4.813:233\$229, que dá 8 % sôbre a arrecadação referente ao mesmo período.

É essa cifra indice expressivo e eloquente do interêsse com que o govêrno vêm encarando os problemas relativos à saúde pública do Estado.

Prosseguir nessa obra, cada vez com mais energia e entusiasmo, é dever de administração zelosa do interêsse coletivo e cônica das suas responsabilidades.

## ESTRADAS DE RODAGEM

O plano rodoviário elaborado pela Diretoria de estradas de rodagem, após estudo cuidadoso de seus aspectos econômicos e técnicos e decretado pela lei n. 123, de 10 de novembro de 1936, teve no último exercício notável desenvolvimento, assim no que respeita à construção de estradas novas como no que se refere à reconstrução e conservação das antigas.

Póde-se com segurança afirmar que a rêde rodoviária catarinense, com os melhoramentos por que vem passando, é das melhores do país. É o juízo insuspeito dos que a têm percorrido, nacionais ou estrangeiros, civis ou militares, autoridades ou simples turistas.

É de mistér, portanto, que o trabalho continue e que se não poupem sacrifícios para a execução completa do referido plano, que visa sobretudo a construção de estradas que valorisem as terras, incrementem a produção e propulsionem o comércio.

Dêle depende, portanto, e em grande parte, o desenvolvimento econômico de Santa Catarina.

No último exercício foram conservados permanentemente, com as respectivas obras de arte, 3.414,470 quilômetros de estradas e reconstruídos 715,633.

Além daqueles, conservou o Estado mais 111,530 quilômetros, por créditos especiais, visto que as estradas que os compreendem ainda não foram concluídas.

De estradas novas foram construídos 206,270 quilômetros.

As estradas estaduais atualmente em tráfego, pela incorporação, no plano rodoviário, de várias estradas municipais que devem ser inteiramente reconstruídas e alargadas, atingem 4.140,000 quilômetros.

No ano corrente devem ser incorporadas à rêde estadual mais algumas centenas de quilômetros de estradas, já em vias de conclusão, em zonas de grande produtividade.

A despesa total do exercício com o serviço de estradas foi de 9.334:805\$600.

É o que evidenciam os seguintes quadros relativos às diversas residências:

## I — RESIDÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS

### C o n s e r v a ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Florianópolis-Itajaí	104	214:100\$600	Incl. obras de arte
Florianópolis-Bom Retiro	139	281:282\$800	" " " "
São José-Angelina	44	48:705\$000	" " " "
Tijucas - Nova Trento- Brusque-Itajaí	101	114:214\$700	" " " "
Rio Bonito-Angelina-Gar- cia	39	728\$500	" " " "
Terezópolis - Anitapólis p/ Tubarão	40	11:861\$000	" " " "
Rio Novo-S. Bonifácio (via Capivari)	17	49:407\$800	" " " "
Barracão-Rib. Batalha (p/ Rio do Sul)	63	33:248\$000	" " " "
Salto Grande-Perimbó	23		
Variantê do Rio dos Bu- gres	18,500	6:703\$400	" " " "
Aririú-Vila Nova	89	4:137\$900	" " " "
Saco dos Limões-Aviação Naval	12	83:669\$400	" " " "
Biguassú-Ganchos	25	5:544\$800	" " " "
S. João-Bôa Vista-Major	25	2:597\$300	" " " "
	25	15:120\$500	" " " "
	<hr/> 739,500	<hr/> 871:321\$700	

### R e c o n s t r u ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Florianópolis-Lages	45	329:570\$400	Incl. obras de arte
Florianópolis-Itajaí	47	124:077\$300	" " " "
Florianópolis-Laguna	14	56:270\$600	" " " "
Florianópolis-Tubarão	4	9:581\$300	" " " "
Saco dos Limões-Avia- ção Naval	6	97:935\$410	" " " "
Tijucas - Nova Trento- Brusque e Itajaí	43	32:479\$780	" " " "
São José-Angelina-Rio Bonito	26	134:151\$900	" " " "
Barracão-Rio do Sul	25		
Salto Grande-Perimbó	5	10:182\$100	" " " "
Bôa Vista-Major-Ange- lina	5	3:934\$800	" " " "
	5	5:247\$400	" " " "
	<hr/> 220	<hr/> 803:430\$990	

RESIDÊNCIA DE FLORIANÓPOLIS

C o n s t r u ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
		116:792\$300	Incl. obras de arte, até 3m. de vão
Major-Garcia	2		
Major-Pinheiral	1,500	50:972\$400	Idem
Biguassú-Canchos	5	93:545\$700	Idem
Moura-Santa Luzia	2	58:925\$200	Idem
Biguassú-Bôa Vista	2	39:591\$900	Idem
Araçatuba-Garopaba	3	32:119\$800	Idem
		51:962\$880	Contrato (incl. obras de arte, até 3 metro de vão)
Boiteuxburgo-Vargêdo	3		
Variante do Rio dos Bugres	18,500	35:261\$400	Concl. do serviço de construção
Variante Capoeiras	1	9:800\$500	Idem
	38,000	488:972\$080	

E s t u d o s

Estradas	Km.	Custo	Observações
Biguassú-Bôa Vista	15	33:065\$200	Incl. reconhecimento e locação
Vargêdo - Taquaras-Boiteuxburgo	27,480	6:071\$500	Idem
Biguassú-Canchos	3,440	3:219\$000	Idem
Araçatuba-Garopaba	18	830\$000	Idem
	63,920	43:185\$700	

II — RESIDÊNCIA DE JOINVILLE

C o n s e r v a ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Joinville-Jaraguá - Div. Blumenau	67	93:861\$900	Incl. obras de arte
Dona Francisca (Joinville-Mafra)	160	103:066\$000	" " " "
Joinville-Itajaí, via Penha	91	4:463\$000	" " " "
Joinville-Div. Paraná	24	14:282\$200	" " " "
	342	215:673\$100	" " " "

## R e c o n s t r u ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Joinville - Jaraguá - Div. Blumenau	5,500	78:526\$300	Incl. obras de arte
Dona Francisca (Joinville-Mafra)	20	16:607\$100	" " " "
Joinville-Divisa Paraná	6	61:603\$600	" " " "
	<hr style="width: 50%; margin: 0 auto;"/> 31,500	<hr style="width: 50%; margin: 0 auto;"/> 156:737\$000	

## C o n s t r u ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Joinville-Itajaí, via Penha	18	357:207\$100	Incl. obras de arte,
Joinville-São Francisco, via Itinga	17	384:672\$300	até 3m, de vão Idem
Joinville-São Francisco ao km. 28 da estrada Joinville-Itajaí, via Penha	1	9:835\$900	Idem
	<hr style="width: 50%; margin: 0 auto;"/> 36	<hr style="width: 50%; margin: 0 auto;"/> 751:715\$300	

## E s t u d o s

Estradas	Km.	Custo	Observações
Joinville-Itajaí, via Penha	18	20:839\$700	
Joinville-São Francisco, via Itinga	13	1:719\$700	
	<hr style="width: 50%; margin: 0 auto;"/> 31	<hr style="width: 50%; margin: 0 auto;"/> 22:559\$400	

III — RESIDÊNCIA DE BLUMENAU

Conservação

Estradas	Km.	Custo	Observações
Blumenau-Itajaí	56	36:294\$200	Incl. obras de arte
Gaspar-Brusque	28	8:114\$300	" " " "
Blumenau-Divisa Jara- guá	46	24:905\$100	" " " "
Blumenau-Rio do Sul	101	50:059\$600	" " " "
Rio do Sul-Divisa La- ges	53	43:423\$800	" " " "
Rio do Sul-Divisa Bom Retiro	26	17:993\$200	" " " "
Subida-Hamônia	10	2:190\$000	" " " "
Indaial-Timbó	10	2:751\$500	" " " "
	330	185:731\$700	

Reconstrução

Estradas	Km.	Custo	Observações
Blumenau-Itajaí	14	37:274\$600	Incl. obras de arte
Gaspar-Brusque	9	2:519\$400	" " " "
Blumenau-Divisa Jara- guá	12	10:023\$900	" " " "
Blumenau-Rio do Sul	30	11:462\$000	" " " "
Rio do Sul-Divisa La- ges	18,179	59:250\$500	" " " "
	83,179	120:530\$400	

IV — RESIDÊNCIA DE LAGES

Conservação

Estradas	Km.	Custo	Observações
Lages-Bom Retiro	127	36:688\$056	Incl. obras de arte
Indios-Divisa Rio do Sul	99	37:013\$500	" " " "
Lages-Serrito-Canôas	93	4:493\$000	" " " "
Lages-Anita Garibaldi (130 km.)	60	10:276\$000	" " " "
Lages-São Joaquim	93	26:507\$100	" " " "
Santa Clara-Urubici	29	2:250\$100	" " " "
Rio Bonito (Bocaina) — Perimbó	46	18:274\$020	" " " "
Ponte Alta (Ener.) — Div. Rio do Sul	38	2:515\$800	" " " "
Lages-Curitibanos	86	35:213\$700	" " " "
Anita Garibaldi-Umbú	10,470	3:400\$000	" " " "
S. Joaquim-Urubici (29)	29	1:702\$000	" " " "
Painél-Santana-Urubici	26	16:736\$198	" " " "
	736,470	195:069\$474	

## RESIDÊNCIA DE LAGES

### R e c o n s t r u ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Lages-Bom Retiro	43	116:099\$061	Incl. obras de arte
Lages-Rio do Sul	18	34:566\$262	" " " "
Eneruzilhada-Rio do Sul	1,500	2:100\$000	" " " "
Lages-Curitibaños	9	27:395\$000	" " " "
Lages-Serrito-Canôas	8	11:178\$000	" " " "
Lages-Anita Garibaldi	60	53:145\$460	" " " "
Lages-São Joaquim	31	59:482\$786	" " " "
São Joaquim-Urubicí	2	3:299\$654	" " " "
Rio Bonito-Bocaina-Pe- rimbó	3	5:960\$000	" " " "
Santa Clara-Urubicí	2	1:349\$000	" " " "
	<u>177,500</u>	<u>314:575\$223</u>	

### C o n s t r u ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Anita Garibaldi-Umbú	10,470	268:895\$226	Incl. obras de arte, até 3m. de vão
São Joaquim-Urubicí	10	253:054\$070	Idem
Santana-Urubicí	10,400	178:340\$000	Idem
	<u>30,870</u>	<u>700:289\$296</u>	

### E s t u d o s

Estradas	Km.	Custo	Observações
Lages-Anita Garibaldi	40	2:323\$000	
Anita Garibaldi-Umbú	20	5:259\$700	
São Joaquim-Urubicí	47	14:526\$300	
Urubicí-Grão Pará	25	15:809\$275	
Santana-Urubicí	52,700	15:520\$000	
	<u>184,700</u>	<u>53:438\$275</u>	

V — RESIDÊNCIA DE CRUZEIRO

C o n s e r v a ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Herval-Campos Novos	52	7:772\$200	Incl. obras de arte
Campos Novos-Canôas	57	8:520\$000	" " " "
Rio das Antas-Pinheiro Preto	20	2:989\$400	" " " "
Cruzeiro-Catanduvas	26	3:890\$200	" " " "
Catanduvas-Ponte Serrada	58	8:670\$000	" " " "
Ponte-Serrada-Passo dos Indios	97	14:400\$000	" " " "
Passo dos Indios-Pôrto Goyo En	28	4:185\$500	" " " "
Passo dos Indios-Caxambú	33	4:932\$400	" " " "
Caxambú-São Carlos	22	3:290\$000	" " " "
São Carlos-Mondai	70	10:400\$000	" " " "
Mondai-Itapiranga	10	1:495\$000	" " " "
Rio das Antas-Rio Bonito	40	6:131\$500	" " " "
	513	76:676\$200	" " " "

R e c o n s t r u ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Herval-Campos Novos	6	20:138\$600	Incl. obras de arte
Campos Novos-Canôas	2	6:530\$600	" " " "
Variante-Santa Clara	8	27:108\$300	" " " "
Variante Catanduvas	8	26:787\$100	" " " "
Catanduvas-Tunal	3	11:045\$700	" " " "
S. do Coração-Ponte Serrada	3	10:600\$900	" " " "
Xaxim-Passo dos Indios	2	6:538\$700	" " " "
Passo dos Indios-Pôrto Goyo En	6	21:022\$600	" " " "
Passo dos Indios-Caxambú	2	7:029\$700	" " " "
Caxambú-São Carlos	10	33:859\$100	" " " "
São Carlos-Palmitos	1	3:721\$200	" " " "
Rio das Antas-Mondai	1	3:213\$900	" " " "
	52	177:596\$400	

## C o n s t r u ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Cruzeiro-Concórdia	26,900	259:300\$482	Contrato (incl. obras de arte, até 3 metros de vão)
Perdizes-Campo Experimental de Vitivinicultura	3,190	36:820\$300	Administração
Xaxim-Ponte Serrada	18,300	121:846\$600	Contrato (incl. obras de arte, até 3 metros de vão)
Itapuí-Papuan	13,000	117:800\$000	Administração
Agua Doce-Herciliópolis	6,000	69:791\$450	Contrato (incl. obras de arte, até 3 metros de vão)
	67,390	605:558\$832	

## E s t u d o s

Estradas	Km.	Custo	Observações
Cruzeiro-Concórdia	26,900	19:974\$000	
Perdizes-Campo Experimental de Vitivinicultura	3,190	3:911\$000	
Xaxim-Ponte Serrada	18,300	10:075\$900	
	48,900	33:960\$900	

## VI — RESIDÊNCIA DE TUBARÃO

## C o n s e r v a ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Laguna - Florianópolis (Paulo Lopes - Vila Nova)	37	5:256\$700	Incl. obras de arte
Tubarão - Florianópolis (S. Bonifácio)	91	65:453\$950	" " " "
Braço do Norte-Anitapolis	60	20:114\$000	" " " "
Gravatá-Braço do Norte	20	16:628\$650	" " " "
Braço do Norte-Orleans	26	12:001\$400	" " " "
Orleans-Urussanga	27	5:736\$400	" " " "
Urussanga-Cresciúma	25	7:449\$200	" " " "
Rocinha-Bom Jesus	6	2:430\$000	" " " "
	292	135:070\$300	

## R e c o n s t r u ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Tubarão - Florianópolis (S. Bonifácio)	9,770	60:760\$950	Incl. obras de arte
Orleans-Urussanga	21	39:332\$500	" " " "
Urussanga-Cresciúma	12,500	23:907\$900	" " " "
Cresciúma-Araranguá	18,500	49:871\$700	" " " "
Imaruí-S. Martinho	10	32:748\$300	" " " "
Tubarão-Cresciúma, via Cubículo	19	8:144\$250	" " " "
	<hr/>	<hr/>	
	90,770	214:765\$600	

## C o n s t r u ç ã o

Estradas	Km.	Custo	Observações
Laguna-Florianópolis	2,200	28:640\$700	Incl. obras de arte, até 3m. de vão
Araranguá-Praia Grande	5,780	6:672\$500	Idem
Tubarão-Cresciúma (via Cubículo)	2,240	24:130\$150	Idem
Imaruí-São Martinho	10,190	191:688\$800	Idem
Rocinha-Bom Jesus	1	62:430\$500	Contrato (incl. obras de arte)
	<hr/>	<hr/>	
	21,410	313:562\$650	

## E s t u d o s

Estradas	Km.	Custo	Observações
Laguna-Florianópolis	—	2:440\$000	
Grão Pará-Urubici	—	1:381\$300	
Aratingaúba-São Marti- nho	10,190	5:616\$100	
Araranguá-Praia Grande	68,200	11:352\$200	
	<hr/>	<hr/>	
	78,390	20:789\$600	

VII — RESIDÊNCIA DE CANOINHAS

**C o n s e r v a ç ã o**

Estradas	Km.	Custo	Observações
Caçador-Curitibaños	108	9:542\$000	Incl. obras de arte
Caçador-Campos Novos (Rio das Antas)	65,500	6:968\$500	" " " "
Pôrto União-Mafra (Do- na Francisca)	183	19:923\$500	" " " "
Canoinhas-Itaiópolis-Ma- fra	105	4:172\$100	" " " "
	<u>461,500</u>	<u>40:606\$100</u>	

**R e c o n s t r u ç ã o**

Estradas	Km.	Custo	Observações
Pôrto União-Mafra (Do- na Francisca)	45,384	76:408\$500	Incl. obras de arte
Canoinhas-Itaiópolis-Ma- fra	10,800	17:356\$400	" " " "
Caçador-Curitibaños	1,500	2:438\$800	" " " "
Caçador-Campos de Pal- mas	3,000	6:077\$500	" " " "
	<u>60,684</u>	<u>102:281\$200</u>	

**C o n s t r u ç ã o**

Estradas	Km.	Custo	Observações
Pôrto União-São João	1,100	23:768\$900	Incl. obras de arte, até 3m. de vão
Pôrto União-Poço Preto	6,500	15:179\$900	Idem
Campo de Aviação-Pôr- to União (Variante)	—	6:940\$800	Idem
Caçador-Campos de Pal- mas	5,000	27:500\$000	Contrato (incl. obras de arte, até 3m. de vão)
	<u>12,600</u>	<u>73:389\$600</u>	

**E s t u d o s**

Estradas	Km.	Custo	Observações
Variante Santa Rosa	2,940	2:500\$000	
Variante São Lourenço	0,980	1:202\$000	
Variante Campo de Avia- ção de Mafra	1,500	182\$000	
Variante Campo de Avia- ção de P. União	—	73\$500	
Canoinhas-Curitibaños	—	68\$600	
Pôrto União-São João	20,000	7:245\$200	
	<u>25,420</u>	<u>11:271\$300</u>	

**QUADRO DA DESPESA GERAL DO EXERCÍCIO**

Diretoria e Residências	Conservação		Reconstrução		Estudos		Construção	
	Km.	Custo	Km.	Custo	Km.	Custo	Km.	Custo
Florianópolis . . . . .	739,500	871.321\$700	220,000	803.430\$900	63,920	43.185\$700	38,000	488.972\$080
Joinville . . . . .	342,000	215.673\$100	31,500	158.737\$000	31,000	22.559\$400	36,000	751.715\$300
Blumenau . . . . .	330,000	185.731\$700	83,179	120.530\$100	—	—	—	—
Lages . . . . .	736,470	195.069\$474	177,500	314.575\$223	184,700	53.438\$275	30,870	760.239\$296
Cruzeiro . . . . .	513,000	76.676\$200	52,000	177.596\$100	48,390	33.960\$900	67,390	605.558\$832
Tubarão . . . . .	292,000	135.070\$300	90,770	214.765\$600	78,399	20.789\$600	21,410	313.562\$650
Canoinhas . . . . .	461,500	40.606\$100	60,648	192.281\$200	25,420	11.271\$300	12,600	73.389\$600
<b>Total</b> . . . . .	3 414,470	1 720.148\$574	715,633	1 889.916\$723	431,829	185.205\$175	203,270	2 933.487\$758

  

Diretoria e Residências	Obras de arte		Total		Administração e despesas diversas	Anuário às Prefeituras	Saldo	Total geral
	Custo	Km.	Km.	Custo				
Florianópolis . . . . .	128.279\$372	1 041,420	2 335,189\$752	737.247\$648	306.258\$000	—	3 378.695\$400	
Joinville . . . . .	—	412,500	1 146.684\$800	141.193\$900	—	6.125\$000	1 287.878\$700	
Blumenau . . . . .	131.085\$700	413,179	437.347\$800	132.153\$000	—	88.081\$250	575.630\$800	
Lages . . . . .	96.960\$000	1 129,540	1 360.332\$268	142.596\$682	—	68.295\$925	1 591.010\$200	
Cruzeiro . . . . .	233.366\$443	680,780	1 127.158\$775	65.727\$400	—	29.456\$800	1 261.192\$100	
Tubarão . . . . .	58.610\$400	482,570	742.798\$550	199.940\$050	—	2.913\$900	882.193\$400	
Canoinhas . . . . .	—	504,704	227.548\$200	127.750\$950	—	—	358.213\$000	
<b>Total</b> . . . . .	648.301\$915	4 684,693	7 377.060\$145	1 456.614\$580	306.258\$000	194.872\$875	9 334.805\$600	

Entre as obras de maior vulto executadas pela Diretoria, no exercício passado, devemos registrar as seguintes:

1) — **Ponte em concreto-armado** sobre o rio Itapocuzinho, na estrada Joinville-Jaraguá, inaugurada a 18 de janeiro do corrente ano.

Mede 34 metros de extensão, e é subdividida em tres vãos. um central de 16 e dois laterais de 8 cada um. A sua largura é de 5 metros e a altura dos pilares de 12. Os encontros foram construídos de alvenaria de pedra com cimento, na proporção de 1:3. Os pilares inteiramente de concreto. As fundações do lado de Jaraguá foram estaqueadas. A superstrutura é toda de concreto, obedecendo ao sistema de vigas contínuas sobre quatro apoios. As cargas admitidas para o cálculo foram: rôlo compressor de 8 toneladas e mais a sobrecarga de 400 Kg. por metro quadrado.

Importou em 137:486\$800 o custo da obra, nêle incluída a retificação do leito do rio nas proximidades da ponte.

2) — **Ponte sobre o rio Garcia**, com o vão livre de 29.m60, entregue ao tráfego no dia 4 de junho do ano passado. Superstrutura de madeira e ferro, coberta de zinco. Infraestrutura de pedra argamassada de cimento e areia. Custo 44:173\$462.

3) — **Ponte sobre o rio Mãi-Luzia**, em Nova Veneza. Compõe-se de 2 lances, em vigas trapezoidais, de 21,5m. cada um. Custou 44:683\$800. Foi-lhe dado o nome do engenheiro José Gomes de Oliveira, falecido prematuramente quando na direção da Residência de Lages, a que prestou assinalados serviços.

4) — **Estrada Itapuí-Papuan** — (Tirolezes), em Cruzeiro. Iniciada a sua construção em fins de 1936, já foram entregues ao tráfego 17km.440, que custaram 152:800\$000.

5) — **Água-Doce-Herciliópolis**, em Cruzeiro. Entregues ao tráfego seis quilômetros de custo de 69:791\$500.

6) — **Estrada Painei-Santana** — 26km. da rodovia que, partindo daquela vila, no município de Lages, deverá atingir a estrada de ferro Tereza-Cristina, atravessando o município de São Joaquim, pelos vales dos rios Canôas e Urubici. Terá a extensão total de mais ou menos 150 km. Custou o trecho inaugurado em 13 de setembro do ano passado, 323:116\$200, inclusive as obras de arte que importaram em 54:060\$000 e a indenização de 10:000\$000 por um acidente de trabalho.

7) — **Estrada Urubici-São Joaquim** — Tem a extensão total de 47,180 quilômetros a parte construída, sendo que dez o foram na administração do coronel Aristiliano Ramos e .. 37,180 na atual. Custou 789:566\$500, dos quais apenas . . . 57:200\$000 foram pagos pelo meu antecessor.

8) — **Estrada São Martinho-Imaruí** — Liga a cidade dês-

te nome à rodovia que de Florianópolis conduz a Tubarão. Iniciada há longos anos, nunca foi concluída, ficando, por falta de conservação, completamente intransitável.

Tem a extensão de 36km.443, sendo de construção inteiramente nova 11,400 e 25,043 de reconstrução.

Na construção daquêles, inclusive da ponte sôbre o rio Capivarí com 46m., dispendeu-se a importância de . . . . . 255:667\$500, e na reconstrução 126:997\$300.

Foi entregue ao tráfego no dia 16 de outubro último.

## EM CONSTRUÇÃO

**Estradas:** — Prossegue a Diretoria na construção das seguintes estradas:

- 1) — de Araranguá a Praia Grande;
- 2) — de Santana a Urubici;
- 3) — de Anita Garibaldi, em Lages, a Capinzal, em Campos Novos;
- 4) — de Cruzeiro a Concórdia;
- 5) — de Xaxim, em Xapecó, a Ponte Serrada;
- 6) — de Joinville a Itapocú, em Paratí;
- 7) — de Major a Pinheiral em Tijucas;
- 8) — de Major, em Tijucas, a Garcia em São José;
- 9) — de Biguassú a Boa Vista, em Tijucas;
- 10) — de São Francisco a Joinville;
- 11) — de Brusque ao Centro do Moura, em Tijucas.

Estas duas últimas serão entregues ao tráfego até o fim do ano corrente.

**Obras de arte:** — Entre outras de menor vulto, as seguintes, que devem ficar concluídas êste ano:

1) — Ponte sôbre o rio Tubarão, em Orleans, de 4 vãos parciais de 22 metros cada um. Está orçado em 96:904\$900 o respectivo custo.

2) — Ponte sôbre o rio Tubarão, na cidade do mesmo nome. Contratada, mediante concorrência administrativa, com a Companhia geral de obras e construções S. A. (Geobra), com séde no Rio de Janeiro, por 685:300\$000.

Ê em concreto-armado, com 140ms. de comprimento, sistema de viga reta, com 7 vãos.

Foram previstas as cargas de 1 rôlo compressor de 16 toneladas; caminhão de 9 toneladas e carga uniformemente distribuída de 450 quilos por metro quadrado.

## PORTOS E RIOS DO ESTADO

**Pôrto de Florianópolis** — Em dezembro do ano passado, iniciou-se, na baía do norte, a dragagem do canal de acesso ao pôrto de Florianópolis. Foram dragados 69.609 ms<sup>3</sup> 564 que, ao preço de 5\$300, elevaram as respectivas despesas a . . 368:930\$600. A dragagem foi executada entre os quilômetros 6 e 7 do canal.

No primeiro semestre do corrente ano continuaram os serviços de dragagem. Foram escavados em janeiro e fevereiro 82.722 ms.<sup>3</sup> 364 e em março e abril 89.869 ms.<sup>3</sup> 920, respectivamente por 399:762\$500 e 397:774\$700.

Entraram nêsse pôrto durante o ano passado 35 embarcações estrangeiras com 117.290 toneladas de registro e 724 nacionais com 223.643.

**Pôrto da Laguna** — A Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil — Cobrasil—, com a qual foram ajustadas as obras, construiu o ano passado 111 metros do molhe-norte, com a tonelagem de 76.192.593 e a despesa de 1.261:876\$214. Significam essas cifras que o preço do metro linear de molhe foi de 11:368\$254 e a tonelagem 686,419.

Em setembro suspendeu-se o serviço de avanço do molhe, para se executarem obras complementares e de refôrço. No refôrço empregaram-se 21.722.047 toneladas de pedra, no valor de 399:393\$378. As obras complementares, que se limitaram aos groines 5, 7 e 9 consumiram 5.578,546 toneladas de pedra, no valor de 71:690\$994.

Tendo sido de 106 metros o avanço total dos groines, apura-se o seguinte resultado por metro linear: preço 676\$330, tonelagem 52,627.

Em resumo, de 1.º de janeiro a 20 de dezembro foram colocadas nas obras do pôrto da Laguna 103.493,186 toneladas de pedra no valor de 1.732:960\$536.

Entraram no pôrto da Laguna no ano findo 160 navios com 25.458 toneladas de registro. Em relação ao ano anterior, decresceu em 28 o número de navios e subiu de 1.547 a tonelagem.

**Pôrto de Itajaí** — Terminou a Companhia contratante a construção do guia-correntes da margem esquerda. Mede . . . 1.073,030 ms. de extensão, e com enrocamento de pedras se lhe fez a construção.

Visa êsse guia orientar as correntes do rio para a embocadura, impedindo ao mesmo tempo que continuem a destruição de sua margem, com ameaça ao arrabalde de Navegantes e a instabilidade do rumo das águas.

Tambem o molhe norte ficou pronto, numa extensão de 1329,67 ms.

Essa obra, de acôrdo com o projéto de 1928, tem o desenvolvimento total de 1.548,014 ms., sendo formado por uma curva revêssa, que se decompõe em duas circulares, de raios diferentes.

Consta tambem do projéto o guia correntes da margem direita. Enraizado no cáis de saneamento da cidade, tem por objetivo encaminhar o curso das águas para o pontal de areias alí existente.

O seu avançamento durante o ano foi de 170,00ms., com a tonelagem de 33.860,710 e o custo de 582:245\$855.

O guia-correntes da margem esquerda, que ficou concluído, teve o avançamento de 218,00 ms. com a tonelagem de . . . 8.472,660 e o custo de 117:422\$292.

Êsse guia consumiu em média, por metro linear, 38,865 toneladas, e custou 538\$634. O da margem direita 199,181 toneladas, custando 3:424\$976.

**Defesa de margens** — Essas obras constam de dois diques de enrocamento às margens concavas do Itajaí-assú, nas curvas do Saco-Grande e na do Thieme, esta do lado da cidade.

Os diques são em curva. O primeiro se desenvolve numa extensão de cerca de 1.788,54 metros e o segundo na de 479,90.

A ponte submersa da curva do Saco-Grande foi inteiramente construída o ano passado, sendo utilizadas 35.464,976 toneladas de pedra, de 498:375\$551, de custo.

**Espigões** — Dos espigões previstos no novo projéto foi iniciada a construção de dois, dispendendo-se nêsse serviço . . . 182:148\$210 e utilizando-se 12.322,765 toneladas para o avançamento de 129,00 metros.

**Resumo** — Os seguintes algarismos resumem o movimento dos serviços no pôrto de Itajaí durante o ano findo:

Obras	Tonelagem	Custo
Refôrço do molhe-norte . . . . .	22.557,048	416:602\$155
Guia-correntes margem direita ..	33.861,770	582:245\$855
Guia-correntes margem esquerda .	8.472,660	117:422\$292
Defesa de margens ... .. .	35.464,976	498:375\$551
Espigões ... .. .	12.822,765	182:148\$210
	114.179,219	1.796:694\$063

Por administração, foi feita nêsse pôrto uma carreira para reparo do material flutuante, na qual se gastaram . . . . . 29:704\$600.

Entraram nesse pôrto em 1937, 565 navios nacionais, com 162.033 toneladas de registro, sendo 90 a vela e 475 a vapor. No ano anterior entraram 512, com a tonelagem de 161.600, sendo 82 a vela e 430 a vapor.

Verificando o Departamento Nacional de Pôrto e Navegação que os antigos projetos para os portos de Itajaí e Laguna, aprovados em 1926, não estavam dando os resultados esperados, mandou proceder a novos estudos. Concluíram êstes pela ineficiência dos referidos projétos. Foram, porisso, organizados novos, com orientação inteiramente diversa para os molhes em execução. De acôrdo com êles estão sendo continuadas as obras.

**Portos de São Francisco e Imbituba** — Naquêl entraram no ano passado 934 navios com 768.104 toneladas de registro Nêste 192 com 159.489.

**Limpeza de rios** — Durante o segundo semestre do ano findo, foram desobstruidos os rios Araçatuba e Forquilha, afluentes do rio Una, no município da Laguna. No primeiro a desobstrução atingiu 58, ms<sup>2</sup>, 586, correspondentes a 6.250 quilômetros de extensão. No segundo 56 ms<sup>2</sup>, 740, correspondentes a 5.700 quilômetros. A largura média do primeiro, na parte limpa, é de 9m.60 e a profundidade 2m,80 e no segundo 10m.50 por 2m.20.

A despesa com a desobstrução de 115 ms<sup>2</sup>, 326, correspondentes a 11,950 km., andou em 19:997\$200.

Sem um serviço permanente de desobstrução, não se manterão em condições de navegabilidade êsses rios. O rio For-

quilha é navegável em toda a sua extensão, ao passo que o outro só o é do pôrto das 7 pontes, na estrada Florianópolis — Vila Nova, até a sua confluência.

**Rio Itajaí-assú** — Iniciaram-se nêles diversos serviços para lhe melhorarem as condições de navegabilidade. A despesa foi de 195:545\$700.

**Rio Tubarão** — Foram iniciados os estudos dêsse rio, para o levantamento de uma planta exata e estudo da desobstrução da parte cortada por uma antiga derivação, de danosos feitos para as populações marginaes.

## ESTRADA DE FERRO SANTA CATARINA

A Estrada de Ferro Santa Catarina desdobra sua atividade nas seguintes secções:

### I — Construção:

- a) Trecho Itajaí-Blumenau;
- b) Trecho Rio do Sul-Barra do Trombudo.

### II — Tráfego:

- a) Secção Ferrea:
  - 1) Via permanente — 113,360 kms.
  - 2) Ramal Subida.
  - 3) Hamônia — 9,900 kms.
- b) Secção Fluvial — 72,000 kms.
- c) Secção Rodoviária (em formação).

### I — Construção

a) — Trecho Itajaí-Blumenau — Continuam em abandono as obras iniciadas em 1926 para a construção do trecho Itajaí-Blumenau.

Durante o ano findo com a verba de 2.000 contos, consignada no orçamento da União, continuaram os trabalhos de construção do trecho Blumenau-Itajaí.

Dentre as obras de arte e serviços executados, numeram-se:

1 — Acabamento final do tunel à estaca axial 2357, em Blumenau.

2 — Construção da infraestrutura em concreto armado e montagem da superestrutura do viaduto metálico de 115 metros de extensão, dando acesso à ponte metálica sobre o rio Itajaí-Assú, em Blumenau.

3 — Serviços de raspagem e pintura da ponte metálica de 200 metros, sobre o rio Itajaí-assú, em Blumenau.

4 — Acabamento da nova estação de Blumenau, localizada na estaca 2397.

5 — Conclusão das obras de defesa do encontro esquerdo da ponte de 200 metros, que, dessa forma, teve a estabilidade garantida contra as contínuas enchentes do rio Itajaí-Assú.

6 — Acabamento da passagem inferior da Boa Vista, em dois vãos vencidos por vigas de concreto armado, de forma que permite o cruzamento de veículos.

7 — Relocação do trecho até Gaspar, numa extensão de 11.800 metros, cujo projeto e orçamento foram submetidos à aprovação do governo federal.

8 — Movimento de terra em todo o trecho atacado, inclusive a explanada da nova estação, cujos trabalhos ainda prosseguem.

9 — Vários boeiros simples capeados e drenos para escoamento das águas e segurança da linha, onde as condições locais o exigiram.

10 — Muros de arrimo com 50 e 17,80 metros de comprimento, às estacas 2265 e 2269, respectivamente, situados à rua Minas Gerais.

11 — Início da construção da passagem inferior à estaca 2279 + 13,25, com 10 metros de vão, cujas fundações foram terminadas.

**2) — Trecho Rio do Sul-Barra do Trombudo** — No trecho Rio do Sul-Barra do Trombudo, para entrega do referido trecho ao tráfego, o que teve lugar em 24 de julho, foram efetuados os trabalhos:

12 — Descarga e acabamento final do corte fronteiro à estação de Barra do Trombudo.

13 — Descarga e taludamento do corte feito para assentamento do chicote do triângulo de reversão, em Barra do Trombudo.

14 — Lastramento da linha, explanada e trecho de estrada de rodagem, na estação a inaugurar.

## II — Tráfego

1 — Reforço da linha, com o aumento do número de dor-

mentes, imposto pela usura dos trilhos e pelo crescimento do tráfego nestes últimos anos.

2 — Pintura das pontes das linhas em tráfego que estavam mal conservadas.

3 — Conserto geral e pintura nos edifícios das estações de Itoupava Seca, inclusive armazem, Salto Weissbach, Encano, Indaial e Warnow.

4 — Fechamento da linha para a sua segurança.

5 — As variantes existentes no trecho Subida-Riachuelo, com raios de curvas apertadíssimas e que tão grandes danos vinham causando ao tráfego e ao material rodante, foram melhoradas, permitindo maior regularidade no movimento dos trens.

6 — Devido à concorrência dia a dia crescente das empresas de auto-caminhões, foi estudada e feita a modiificação das tarifas em vigor, visando-se sómente aqueles produtos que os caminhões haviam subtraído à Estrada. O resultado benéfico da medida pôde ser logo apreciado no primeiro mês da vigência das novas tarifas e pôde ser verificado no aumento da receita da Estrada.

Como medida acessória ou complementar, foram adquiridos para a Estrada caminhões, afim de que pudesse a Estrada com eficiência enfrentar a concorrência que se lhe deparrava.

Adquiriu-se uma balança para pesagem de vagões, o que era indispensável para controlar o tráfego. Encontra-se ainda na Alfandega de Itajaí, essa balança, visto que as autoridades fiscaes lhe não quiseram conceder isenção de direitos, embora adquirida para a União e com recursos dela.

De outro lado, sofria a secção fluvial grande concorrência das empresas de navegação.

Após ponderados estudos reduziram-se por isso os fretes. Essa medida determinou immediato aumento da receita, diminuindo consideravelmente o deficit que desde anos vem apresentando a Secção.

7 — Para que as Oficinas satisfizessem às necessidades da Estrada, instalou-se o material adquirido no ano anterior e adquiriram-se novas máquinas operatrizes. Foram as seguintes:

a — Desempenadeira Raimann Modelo "A P Ma".

b — Furadeira universal de corrente, Raimann Modelo "O. M."

c — Furadeira horizontal Raimann Modelo “O. E. M.”.

d — Lixadeira de fita, universal, Raimann Modelo “S. U. E. M.”.

Todas estas máquinas são acionadas por motor elétrico, independente.

e — Foram, também, adquiridos 10 macacos “JOYCE”, de 20 toneladas, que se encontram retidos em Itajaí, à espera do desembaraço alfandegário.

f — Para instalação de luz elétrica nos carros de passageiros, nove equipamentos completos foram comprados, estando êste material também retido em Itajaí.

8 — Foram entregues ao tráfego, dois novos vagões de mercadoria, fechados, e com capacidade de 20 toneladas cada um.

9 — Procedeu-se durante o ano à substituição de aros novos em vários veículos, o que permitiu restituir ao tráfego unidades já encostadas.

10 — Foi reincorporado no tráfego fluvial o rebocador “Santa Catarina”, que há longos anos estava encostado nos estaleiros, em Itajaí. Esta medida permitiu pudesse a Estrada melhor atender aos embarcadores.

Em 30 de janeiro de 1935, com a Inspetoria Federal firmou a Estrada um acôrdo para cobrança de uma taxa adicional de 10 % sôbre as tarifas em vigor para aplicação no seu aparelhamento.

A portaria ministerial n. 794, de 30 de novembro de 1936, aprovou o programa de obras e aquisições a ser atendido no quadriênio 1935-1938 com o produto da adicional.

Em 8 de março de 1937, foram apresentados os projéto e orçamentos das obras constantes do programa citado, sendo aprovados pelo decreto n. 2.072, de 22 de outubro de 1937.

Neste programa foram previstas novas estações para Indaial e Aquidaban, bem como aumento do material rodante da Estrada, reformas e adaptações no edifício do escritório central, etc.

Em 31 de dezembro existia em depósito no Banco do Brasil, a quantia de 310:316\$800, da arrecadação da adicional e respectivos juros.

Por serviços atendidos e como adiantamento para aquisição de material, entregou o govêrno federal à Estrada, a importância de 86:300\$000, da qual se prestaram as devidas contas.

### Movimento financeiro

Os resultados apurados nas tomadas de contas semestrais pelo governo federal foram os seguintes:

	Secção ferrea	Secção fluvial	Total
Receita . . . . .	1.604:028\$500	161:140\$300	1.765:168\$800
Despesa . . . . .	1.520:350\$178	240:012\$400	1.760:362\$578

Diferenças . . . . . + 83:678\$322 — 78:872\$100 + 4:806\$222

Verificou-se, portanto, um saldo de 4:806\$222

#### Secção Ferrea

Os resultados financeiros, por mês e por quilômetro de linha em tráfego, foram:

Mês	Receita		Despesa		Saldo (+) ou deficit (-)	
	Total	Por km.	Total	Por km.	Total	Por km.
Janeiro . . . . .	130:144\$500	1:139\$619	113:626\$900	994\$962	+ 16:517\$600	+ 144\$637
Fevereiro . . . . .	121:853\$560	1:067\$018	109:349\$000	957\$522	+ 12:504\$500	+ 109\$496
Março . . . . .	136:791\$360	1:197\$822	124:997\$700	1:094\$551	+ 11:793\$600	+ 103\$271
Abril . . . . .	129:904\$600	1:138\$044	122:201\$800	1:070\$068	+ 7:762\$800	+ 67\$976
Maior . . . . .	129:703\$800	1:109\$490	120:894\$300	1:058\$619	+ 5:809\$500	+ 50\$871
Junho . . . . .	136:960\$800	1:199\$307	170:677\$878	1:494\$552	- 33:717\$078	- 295\$245
<b>1.º semestre . . . . .</b>	<b>782:418\$500</b>	<b>6:851\$300</b>	<b>761:747\$578</b>	<b>6:670\$294</b>	<b>+ 20:670\$922</b>	<b>+ 181\$006</b>
<b>Julho . . . . .</b>	<b>131:592\$500</b>	<b>1:152\$299</b>	<b>123:701\$900</b>	<b>1:083\$204</b>	<b>+ 7:890\$600</b>	<b>+ 69\$095</b>
<b>Agosto . . . . .</b>	<b>131:256\$600</b>	<b>1:149\$357</b>	<b>116:969\$900</b>	<b>1:024\$255</b>	<b>+ 14:286\$700</b>	<b>+ 125\$102</b>
<b>Setembro . . . . .</b>	<b>132:034\$300</b>	<b>1:156\$167</b>	<b>120:689\$900</b>	<b>1:056\$829</b>	<b>+ 11:344\$400</b>	<b>+ 99\$538</b>
<b>Outubro . . . . .</b>	<b>140:940\$100</b>	<b>1:234\$151</b>	<b>129:491\$300</b>	<b>1:133\$899</b>	<b>+ 11:448\$860</b>	<b>+ 100\$252</b>
<b>Novembro . . . . .</b>	<b>133:465\$500</b>	<b>1:168\$700</b>	<b>125:941\$900</b>	<b>1:102\$819</b>	<b>+ 7:523\$600</b>	<b>+ 65\$881</b>
<b>Dezembro . . . . .</b>	<b>152:321\$000</b>	<b>1:333\$809</b>	<b>141:807\$700</b>	<b>1:241\$749</b>	<b>+ 10:513\$300</b>	<b>+ 92\$060</b>
<b>2.º semestre . . . . .</b>	<b>821:610\$000</b>	<b>7:194\$483</b>	<b>758:602\$600</b>	<b>6:642\$755</b>	<b>+ 63:007\$400</b>	<b>+ 551\$728</b>
<b>Total geral . . . . .</b>	<b>1.604:028\$500</b>	<b>14:045\$783</b>	<b>1.520:350\$178</b>	<b>13:313\$049</b>	<b>+ 83:678\$322</b>	<b>+ 732\$634</b>

Os resultados comparados dos dois ultimos anos foram:

Designação	1936	1937	Diferença em 1937	
			Em réis	Em %
Receita . . . . .	1.377:969\$900	1.604:028\$500	+ 226:058\$600	+ 16,41
Despesa . . . . .	1.361:452\$600	1.520:350\$178	+ 158:897\$578	+ 11,67
Saldo . . . . .	16:517\$300	83:678\$322	67:161\$022	+406,61
Receita por quilômetro em tráfego	12:818\$325	14:045\$783	+ 1:227\$458	+ 9,58
Despesa por quilômetro em tráfego	12:664\$675	13:313\$049	648\$374	+ 5,12
Relação % da despesa para a receita . . . . .	98,80	94,78	—	+ 4,02

As receitas e despesas nos ultimos cinco anos foram:

Anos	Receita	Despesa	Saldo (+) ou deficit (-)
1933 . . . . .	825:472\$791	797:979\$328	+ 27:493\$463
1934 . . . . .	1.095:615\$839	1.094:733\$609	+ 882\$230
1935 . . . . .	1.178:521\$000	1.146:127\$129	+ 32:393\$871
1936 . . . . .	1.377:969\$900	1.361:452\$600	+ 16:517\$300
1937 . . . . .	1.604:028\$500	1.520:350\$178	+ 83:678\$322

**Discriminação da receita**

Receita, por espécie, dos anos de 1935, 1936 e 1937:

TÍTULOS	P R O D U T O S		
	1935	1936	1937
Passageiros de 1. <sup>a</sup> classe	29:062\$700	31:505\$200	33:657\$200
Passageiros de 2. <sup>a</sup> classe	306:916\$600	329:181\$500	390:614\$600
Soma . . . . .	335:979\$300	360:686\$700	424:271\$800
Encomendas e bagagens	24:653\$600	32:575\$200	43:277\$000
Mercadorias . . . . .	648:747\$500	812:209\$400	947:454\$400
Animais . . . . .	14:576:400	15:437\$600	19:348\$100
Veículos . . . . .	351\$600	235\$900	103\$400
Armazenagens . . . . .	974\$800	1:493\$300	1:506\$200
Ad-valorem . . . . .	56:605\$800	61:355\$200	62:645\$700
Diversos e eventuais . .			
Total da receita do tráfego . . . . .	92:111\$800	86:876\$900	92:220\$000
Receitas diversas . . . . .	1.174:000\$800	1.370:870\$200	1.590:826\$600
Receitas diversas . . . . .	4:520\$200	7:099\$700	13:201\$900
Receita total . . . . .	1.178:521\$000	1.377:969\$900	1.604:028\$500

Os diferentes titulos da receita, comparados com o total, dão as seguintes relações %, nos três ultimos anos:

T í t u l o s	1935	1936	1937
Passageiros . . . . .	28,51	26,18	26,45
Encomendas, bagagens e veiculos . . . .	2,12	2,38	2,70
Mercadorias . . . . .	55,05	58,94	59,07
Animais . . . . .	1,24	1,12	1,21
Armazenagens, ad- valorem, eventuais e accessorias . . . . .	13,08	11,38	10,57
Totais:	100,00	100,00	100,00

### OBRAS PUBLICAS

Tal como no anterior, o ano passado foi de grande atividade na Diretoria de obras públicas. E o ano em curso regista progressiva continuidade no desenvolvimento do programa que se traçou o govêrno do Estado.

Dispendeu a Diretoria com a administração dos diversos serviços que lhe competem a importância de 140:989\$868, como o discriminam êstes dados:

Direção . . . . .	13:680\$000
Secção técnica . . . . .	27:303\$400
Secção de contabilidade . . . . .	6:191\$100
Secção de expediente . . . . .	17:048\$060
Secção de reclamações . . . . .	1:806\$500
Almoxarifado . . . . .	17:114\$338
Portaria . . . . .	1:838\$900

#### Manutenção da repartição:

Operários inválidos . . . . .	4:440\$000	
Tempo à disposição . . . . .	10:414\$400	
Diárias a operários acidentados . .	3:038\$400	17:892\$800

#### Transporte:

Auto Plymouth (em serviço na Di-

retoria de terras e coloniza- ção) . . . . .	376\$000	
Auto Limousine . . . . .	10:615\$286	
Caminhão da Prefeitura municipal	3:911\$600	
Caminhão n. 2 . . . . .	11:032\$284	
Caminhão n. 3 . . . . .	7:971\$000	
Caminhão n. 5 . . . . .	4:208\$600	33:114\$770
		<hr/>
		140:989\$868
		<hr/>

Os serviços que lhe incumbem são os seguintes:

- a) — construção, reconstrução, consertos e conservação de edifícios públicos;
- b) — água e esgotos da Capital;
- c) — telefones da Capital;
- d) — luz e força da Capital, após a rescisão judicial do contrato existente, cuja fiscalização lhe cabia;
- e) — conservação da ponte Hercílio Luz;
- f) — luz e força da cidade da Palhoça.

#### OBRAS EXECUTADAS

Contratadas em 1936, foram concluídas o ano passado as seguintes:

1) — grupo escolar de Pôrto União ..	233:257\$200
2) — grupo de Indaial .. . . . . .	116:617\$600
3) — quartel para a força pública em Curitibanos .. . . . . .	142:540\$000
4) — Penitenciária da Pedra Grande .	1.459:722\$000
sendo 463:264\$000 de obras acres- cidas;	
5) — Cáis da Laguna (prosseguimento) e armazem sôbre êle .. . . . . .	196:245\$500

Foram no exercício executadas estas:

a) — **por contrato:**

1) — reforma do prédio do Instituto de Educação . . . . .	29:161\$000
2) — construção do grupo escolar de Hamônia .. . . . . .	144:452\$200
3) — construção do grupo escolar de Mafra . . . . .	147:164\$000
4) — construção do grupo escolar de Campos Novos .. . . . . .	191:788\$600
5) — construção da estação experi- mental de viti-vinicultura de Per- dizes .. . . . . .	257:641\$700

6) — construção do prédio do Departamento de Saúde Pública à rua Felipe Schmidt desta Capital . . . .	745:199\$600
7) — grupo escolar de Três Barras ..	158:467\$500

As construções ainda não terminadas, se-lo-ão até o fim do ano.

**b) — por administração:**

1) — Abrigo de menores — Continuação . . . . .	696:127\$795
2) — Colônia Santa Teresa — Continuação . . . . .	788:020\$400
3) — grupo escolar da Trindade . . . .	73:246\$950
4) — reforma do palácio do governo	142:185\$065
5) — reforma do palácio da Assembléia legislativa . . . . .	232:398\$587
6) — grupo escolar da Pedreira, inclusive mobiliário, em Joinvile . . . .	52:929\$900
7) — grupo escolar de Painei, em Lages . . . . .	47:224\$000
8) — pavilhão do hospital de Lages	125:000\$000

Além dessas, e doutras de menor vulto, executou a Diretoria, diretamente, ou por intermédio dos engenheiros-residentes da Diretoria de estradas as seguintes obras:

a) — instalação sanitária no Albergue noturno da Capital . . . . .	4:605\$870
b) — reparos na cadeia pública de São José . . . . .	11:251\$800
c) — no edifício do Departamento de Educação . . . . .	15:623\$700
d) — no edifício do Departamento de Estatística e Publicidade . . . . .	5:025\$000
e) — no Departamento de Saúde e no Centro de Saúde da Capital . . . .	26:689\$400
f) — no da Diretoria de Obras . . . . .	5:260\$600
g) — instalação de água na fazenda Assis Brasil . . . . .	2:260\$700
h) — no prédio da Faculdade de Direito . . . . .	3:392\$200
i) — no grupo Lauro Müller, desta Capital . . . . .	2:685\$200
j) — no grupo Dias Velho, desta Capital . . . . .	8:508\$800
k) — no grupo Ana Gondin, em Laguna	4:851\$400
l) — construção de duas salas no grupo de Campo Alegre . . . . .	10:600\$000

m) — concertos no grupo Silveira de Souza, desta Capital . . . . .	7:642\$800
n) — no grupo Vidal Ramos, de Lages	6:035\$000
o) — no grupo Jeronimo Coelho, de Laguna . . . . .	27:042\$600
p) — no edificio da Imprensa oficial ..	2:291\$500
q) — em diversos proprios estaduais	3:409\$000
r) — construção do posto fiscal do Passo do Socorro, em Lages . . . . .	6:435\$500
s) — do posto de Campina dos Maias, em São Bento . . . . .	4:700\$000
t) — reparos no posto veterinário de São José . . . . .	3:438\$170
u) — nos prédios fronteiros à Penitenciária . . . . .	5:822\$200
v) — calçamento no grupo Dias Velho e no Instituto de Educação . . . . .	8:745\$600
x) — reforma no grupo escolar de São Joaquim . . . . .	28:217\$100.

O Estado auxiliou com vinte contos de réis a construção da Prefeitura municipal de Mafra, em cujo andar superior foi instalado o forum. Com o seu mobiliário dispendeu o Estado 9:480\$000.

### SERVIÇO D'AGUA NA CAPITAL

Com o serviço de conservação das represas e das rédes adutoras e de distribuição, e com a construção de outras, dispenderam-se durante o exercício findo — 62:265\$616.

A quantidade de água distribuida foi em média de . . . . 3.225.000 litros em 24 horas a 3.026 habitações. A extensão das linhas de distribuição atinge 26.366ms., tendo as linhas adutoras a de 19.299ms.

Para evitar o desperdício de água, iniciou o Estado a instalação de hidrômetros do tipo volumetrico, adquirindo 1.000 aparelhos pelo preço de 117:231\$100, com as despesas aduaneiras. Adquiriu-se tambem por 14:575\$500 uma estação de ensaios de hidrômetros.

Assim que estejam instalados os aparelhos adquiridos, outros serão encomendados para estender o serviço a toda a cidade.

### SERVIÇO DE ESGOTOS

Nos serviços de conservação das estações de elevação e da réde de esgotos, bem como na construção dalguns trechos de rédes coletoras, empregou o Estado a quantia de 70:611\$477.

A extensão total das rêdes coletoras é atualmente de .. 14.056ms., compreendendo 2.045 prédios.

### PONTE HERCILIO LUZ

Procederam-se nessa ponte aos seguintes serviços:

a) — retoques na pintura a zarcão e uma mão geral de pixol;

b) — substituição e pintura do assoalho na parte destinada a veículos, na largura de 4,00 a 4,30ms. e extensão de 4,31ms;

c) — substituição e pintura do assoalho na parte destinada a pedestres, na largura de 3,00 a 3,70 ms. e extensão de 195 ms.

Nesses serviços dispenderam-se 79:604\$500.

### TELEFONES

A Companhia telefônica catarinense continúa a ampliar as suas rêdes.

Assim é que em 1937, foram ligados à rêde geral as cidades de Cresciuma e Urussanga e as vilas de Pedras Grandes e Braço do Norte, no município de Tubarão, Ilhota, no de Itajaí e Rio do Testo, no de Blumenau.

Estuda-se atualmente a ligação das cidades do Rio do Sul e Hamônia.

### LUZ E FÔRÇA DE FLORIANÓPOLIS

O Tribunal de Apelação deu ganho de causa ao Estado na ação proposta para anular o contrato assinado em 26 de abril de 1935.

Não se conformando com a decisão, interpôs o contratante recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Como não tivesse efeito suspensivo êsse recurso, foi o Estado imitado na posse dos bens.

Estudam-se medidas de emergência para melhorar o funcionamento da luz e fôrça à Capital, até que se possa dar solução definitiva ao caso.



construído à rua Rui Barbosa, o Juízo de Menores, criado em 1935, pelo decreto n. 78, de 22 de agosto.

O Abrigo, porém, só no próximo ano poderá funcionar, pois lhe faltam ainda algumas construções complementares.

A' falta de estabelecimento para recolhê-los, têm sido os menores julgados em abandono confiados à guarda e ao zêlo de pessoas reconhecidas idôneas, mediante remuneração fixada pelo Juiz e paga pelo Estado.

Já se processou o estado de abandono de duzentos menores, de entre quinze dias a 17 anos.

A' Penitenciária, na conformidade do artigo 87 do código de menores, e em local separado dos demais condenados e sob regime adequado, haviam sido recolhidos até 15 de julho último, 22 menores delinquentes. Sob liberdade vigiada, instituto que vem apresentando excelentes resultados, encontravam-se 21.

Até aquela data haviam sido expedidas 625 carteiras de identidade a menores julgados aptos para o exercício de profissões que lhes não são defesas por lei.

Instalado há menos de três anos, o Juízo de menores já instaurou cerca de 400 processos cíveis, administrativos e criminais, inclusive cento e doze iniciados por apreensão de menores encontrados em mendicância, vadiagem, ou libertinagem.

A vigilância sôbre os menores tem sido executada dentro dos moldes prescritos pelo respectivo Código. Estende-se às casas de jogo, de bailes públicos, de diversões, de tolerância, aos bars, etc.

Foi regulada a entrada em salas de espetáculos, o acesso às de bilhar e a assistência a folguedos carnavalescos, e proibida a permanência dos menores de 14 anos em lugar público desacompanhados dos responsáveis legais depois das vinte horas.

Para ampliação da área de 33.800 ms.2 de terras, adquirida por 50 contos em 1935 para o Abrigo, comprou a Fazenda do Estado êste ano mais as seguintes: da viuva Joaquim Costa e Filhos, -- 84 m.4 de frente à rua Rui Barbosa com fundos ao mar, por 35:000\$000; de Indio Costa e sua mulher por 90:000\$000 17.943 ms.2 à rua Delminda Silveira, com todas as casas existentes.

Foi também regularizada a situação dos terrenos de marinha.

## FUNCIONALISMO PÚBLICO

Por duas vezes em pouco mais de três anos de administração, aumentaram-se os vencimentos de quasi todo o funcionalismo público civil. O último aumento, que começou de vigorar em agosto último, representa acréscimo de despesa superior a mil contos de réis.

Fixou-se em 18 anos a idade mínima e em 45 a máxima para o ingresso no quadro do funcionalismo civil.

A nenhum funcionário será assegurada efetividade no cargo sem prévia inspeção de saúde por junta oficial.

Os funcionários suspeitos de moléstia contagiosa grave ou incurável são afastados de suas funções durante um ano e, aposentados com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, si naquele praso não se curarem. Si a moléstia tiver sido adquirida em serviço, a aposentadoria será, porém, com vencimentos integrais.

Dentro em poucos dias, por já estar em redação final, será decretado o Estatuto dos funcionários civis, o qual lhes regulará a investidura, os direitos e deveres.

Com 36 contos de réis, por ano, subvenciona o Estado o Clube dos funcionários públicos, afim de que possa prestar assistência médica aos seus associados.

## ASSOCIAÇÕES E INSTITUTOS SUBVENCIONADOS

A' Associação catarinense de imprensa e ao Instituto histórico e geográfico vem o govêrno, desde fins do ano passado, auxiliando com o pagamento do aluguel da casa em que estão instalados.

Deu-lhes tambem, para as despesas de instalação, o auxílio de quatro contos de réis.

Ao Instituto, para que melhor possa preencher a sua finalidade, subvenciona ainda com 300\$000 mensais.

Na conformidade da lei federal, instalou tambem o Estado a Ordem dos Advogados, e continúa a lhe pagar o aluguel do prédio, por não ter sido possivel colocá-la no Palácio da Justiça.

## FEIRA INTERNACIONAL DE NOVA YORK

Tendo o Govêrno da República fixado em duzentos contos de réis a contribuição do Estado para a representação do Brasil na Feira internacional de Nova York, já foi tal importância integralmente remetida ao Presidente da respectiva comissão.

### CONCLUSÃO

Apresentando-lhe, senhor Presidente, esta exposição, tanto quanto possível sintética e objetiva, dos negócios públicos do Estado, quero aqui renovar a Vossa excelência o meu vivo reconhecimento pela confiança com que me vem honrando e pelo apôio com que vem assegurando a Santa Catarina dias de paz, de ordem e de trabalho.

Florianópolis, 27 de outubro de 1938.

*Nerêu Ramos,*  
Interventor federal.



EMDA  
19443





Biblioteca do Ministério da Fazenda

3718-47

353.98164  
M548

Santa Catarina. Governadores.

AUTOR

Mensagem 1937

TÍTULO

Este livro deve ser devolvido na última  
data carimbada


3718-47

